# TEMAS E PROBLEMÁTICAS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA EM PORTUGAL

TRABALHOS REALIZADOS POR ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÕES NO ÂMBITO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DO IHC 2016/2017

# COORDENAÇÃO

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÓIES

Professor João Jaime
Professora Cecília Cunha

INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Doutora Ana Paula Pires
Luisa Metello Seixas

# INDÍCE GERAL

APRESENTAÇÃO p.4

MULHERES NAS CADEIAS DO ESTADO NOVO p. 6

PLANO MARSHALL p.34

PORTUGAL E OS EUA PERANTE A QUESTÃO ULTRAMARINA (1968-1974) p. 53

PORTUGAL E O MUNDO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AO INÍCIO DA DÉCADA DE 80 – OPÇÕES INTERNAS E CONTEXTO INTERNACIONAL: AS ORGANIZAÇÕES DE EXTREMA-ESQUERDA NO PREC (1974-1975) p. 81

O CERCO À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (NOVEMBRO DE 1975) p.125

"POVO QUE CANTAS", A CANÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE E DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS (1962-1975) p.169

## APRESENTAÇÃO

O lançamento de mais um *ebook* é, para nós, motivo de renovada satisfação: confirma-se, afirma-se e mantém-se a parceria que tem trazido a muitas alunas e a muitos alunos a possibilidade de experimentar a metodologia de investigação em História e Ciências Sociais.

Acontece que continuamos fiéis a uma cultura de escola, promotora de contactos com outras realidades e entidades, capaz de abrir horizontes e lançar projetos: à partida, a maioria dos alunos que nos procura quer ir além das rotinas de ensino-aprendizagem e sabe que encontra na secundária de Camões um ambiente favorável ao desenvolvimento de didáticas e avaliações alternativas.

Os títulos que constituem este *ebook* provam que o Laboratório de História permite chegar a produtos finais de excelência. Porém, todos os passos que o tratamento cuidadoso de um tema exige são acautelados: começa por escolher-se um tema entre aqueles que o Programa de História A viabiliza; ao tema, associa-se uma problemática/intenção de trabalho e é assim que começa o plano de leituras e de tarefas do projeto; trabalha-se para uma bibliografia classificada e nunca se dispensam as fontes; rejeitam-se as cópias ou as considerações sem fundamento historiográfico.

Neste sentido, nunca será demais agradecer aos tutores do IHC/FCSH da Universidade Nova de Lisboa, sempre disponíveis para resolver dúvidas ou bloqueios e a quem devemos bastante.

Sabemos, pelos comentários de quem já pertenceu ao Laboratório de História, que toda a experiência extravasa o ano letivo em que se deu, para perdurar nas alunas e nos alunos que a levaram a cabo, em prol de competências que correspondem às exigências do ensino superior. Ex-alunas e ex-alunos visitam o velhinho *Lyceu Camões* ou escrevem-nos: trazem-nos histórias individuais, de quem está feliz no seu respetivo curso superior. Esta é uma franca recompensa pela aposta que fizemos, enquanto professores e orientadores.

Desta feita, estamos em presença de um exemplar que reúne duas gerações de estudantes: a que frequentou o Laboratório de 2016-2017, que era do 12º. ano do ciclo de estudos do ensino secundário e aquela que frequentava o 11º. ano em 2017-2018. Assim, o leitor irá encontrar trabalhos que correspondem a uma iniciação, de estudantes que inauguraram o seu percurso neste projeto e que continuarão ligados ao IHC em 2018-2019, mormente por continuarem a dispor de tutores-historiadores para o tratamento de cada tema específico.

Em qualquer caso, a diversidade e o interesse dos títulos em causa, tornam esta coletânea uma peça imperdível: trata-se da materialização de um processo de ensino-aprendizagem que queremos esteja também marcado pela qualidade dos seus produtos finais.

João Jaime Pires (diretor)

Cecília Cunha (coordenadora do Laboratório de História)

# MULHERES NAS CADEIAS DO ESTADO NOVO

Docente: Cecília Cunha

Tutora: Helena Pinto Janeiro

Ani Davidova, 12ºL

# Índice

Introdução ..... 8
A investigação histórica sobre mulheres resistentes durante o Estado Novo ..... 8
1.A imagem da mulher ao longo do Estado Novo ..... 10
1.1.O enquadramento das massas – a mulher na sociedade ..... 17
1.1.1. Obra das Mães para a Educação Nacional ..... 18
1.1.2.Mocidade Portuguesa Feminina ..... 19
1.1.3 .Movimento Nacional Feminino ..... 24
2. Ser mulher na resistência ao Estado Novo ..... 27
3.Discriminação ou igualdade de género na resistência ..... 29
Bibliografia ..... 31
Introdução ..... 36

# Introdução
# A investigação histórica sobre mulheres resistentes durante o Estado Novo

A história das mulheres é uma das áreas que mais tem sido desenvolvida nos últimos tempos em Portugal, em parte, devido à abertura política proporcionada pela Revolução de 1974. A história das mulheres trouxe para a historiografia «novos temas de investigação, novos conceitos e horizontes de estudo»[1], o que tem permitido preencher alguns vazios no campo histórico.

A produção historiográfica portuguesa tem privilegiado o estudo da «condição feminina, em detrimento da problematização das relações entre homens e mulheres no processo histórico»[2]. No entanto, duas linhas temáticas têm-se mantido constantes: a construção social do modelo feminino e a progressiva integração das mulheres no domínio público, ainda que com fortes limitações e entraves.

Após o 25 de Abril de 1974, desperta-se um espírito renovado que procura estudar os anos e os séculos que o antecederam, nomeadamente o século XIX e o século XX, «períodos cronológicos marginalizados pela historiografia estado-novista», dado que por «razões de ordem política e ideológica», foram silenciados e verificou-se «a rarefação de estudos históricos»[3].

Relativamente ao Estado Novo e àquilo que ser mulher na época significava, deve destacar-se o trabalho de Anne Cova e António Costa Pinto, intitulado *O Salazarismo e as Mulheres. Uma abordagem comparativa*, no qual é feita a exposição da atitude do regime e do seu ditador quanto às mulheres e ao seu papel na sociedade, enfatizando, no domínio político e ideológico a apologia do «regresso ao lar», da «glorificação da maternidade», e de um determinado «modelo de família», enquanto espectro básico da sociedade.

A ditadura militar (1926) «não interditou a atividade dos movimentos de mulheres e abriu mesmo a esfera política a uma pequena elite de mulheres"[4], mantendo-se esta situação mesmo depois da entrada em vigor da Constituição de 1933. No entanto, «trata-se de uma abertura que ocorreu numa atmosfera hostil aos direitos sociais e civis

[1] Irene Vaquinhas, Linhas de Investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço (Porto, Revista da Faculdade de Letras, 2002), 201.
[2] *Idem*, 202.
[3] *Idem*, 211.
[4] *Idem*, 216.

adquiridos pela mulher durante a Primeira República»[5].

As instituições femininas oficiais criadas pelo regime, no âmbito da integração e da reeducação da mulher de acordo com os valores promovidos por Salazar, têm sido alvo de largos e aprofundados estudos[6].

A temática relativa às mulheres que participaram na oposição e na resistência ao Estado Novo tem vindo a ser alvo de alguns trabalhos, sobretudo no campo dos testemunhos[7] e não tanto no âmbito da historiografia propriamente dita. Entre eles, destaca-se, porém, o trabalho de Vanda Gorjão, com a obra *Mulheres em Tempos Sombrios – oposição feminina ao Estado Novo*, que oferece, a par de alguns testemunhos que nos permitem ficar a conhecer mulheres que se destacaram pela sua ação política durante a ditadura, as diferentes formas de luta e de militância.

Contudo, e como a própria autora especifica na obra, «o conhecimento acerca da oposição é ainda insuficiente […], o tema tem sido abordado sobretudo em inquéritos empíricos breves. Sobre a oposição feminina, o conhecimento é praticamente nulo».

Convém, por fim, destacar a importância que a história no domínio da mulher teve no âmbito da investigação histórica em Portugal, tendo avançado em termos de «problemáticas, de leitura e de compreensão dos fenómenos históricos»[8].

Relativamente à baliza cronológica dos finais do século XIX e início do século XX temos, atualmente, à nossa disposição um vasto reportório de informações, dado que os historiadores, cada vez mais, procuram seguir caminhos não-explorados, ainda que se verifique algum défice relativamente a assuntos como a «saúde feminina, o discurso médico na configuração de um certo tipo de mulher, o exercício de profissões liberais, biografias de ativistas ou empresarias, etc.»[9].

Com isto, podemos concluir que a história das mulheres contribui de modo vital e indispensável para o enriquecimento da história geral.

[5] *Idem*, 216.
[6] Irene Pimentel, História das Organizações Femininas no Estado Novo, 2000.
[7] Alice Samara, Vanessa de Almeida, Cristina Nogueira, Aurora Rodrigues
[8] Irene Vaquinhas, *op. cit*., 217.

# 1.A imagem da mulher ao longo do Estado Novo

Antes de abordarmos o tema central deste ensaio, convém esclarecer em que termos e que de modo a imagem da mulher no país do Estado Novo se consolidou, de acordo com os valores promovidos por Salazar.

Ao falar da imagem idealizada por Salazar sobre a mulher, é imperativo mencionar o seu olhar anti-individualista sobre a família, da qual o homem e a mulher eram partes integrantes e que, como nos diz a obra de Irene Pimentel[9] constituía o «núcleo primário do Estado Novo corporativo»[10].

A Constituição de 1933, com que entrou em vigor o regime estado-novista, enunciou a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, visando a «negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social», ressalvando, no entanto, «quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família»[11]. Esta cláusula, como se verifica no estudo de Irene Pimentel, era justificada através de um fator biológico – a «natureza» - e de um fator ideológico – o «bem da família» - a partir do qual as mulheres seriam discriminadas -, e tinha como objetivo formular os direitos políticos e familiares da mulher, regulamentando a sua intervenção.

Numa entrevista realizada por António Ferro, dirigente do Secretariado de Propaganda Nacional, a Oliveira Salazar, aquando da interrogação acerca da opinião do Presidente do Conselho relativamente às reivindicações de «liberdade» por parte da população feminina, este respondeu que tinha dúvidas em relação à sua conveniência, uma vez que o homem também não tinha essa «liberdade absoluta que ela reclama [va] para si»[12].

Na mesma entrevista, ao ser questionado acerca da posição da mulher na «renovação da mentalidade», Salazar explicitou todos os aspetos relativamente à sua posição quanto à mulher: «a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. […] Deixemos, portanto, o homem

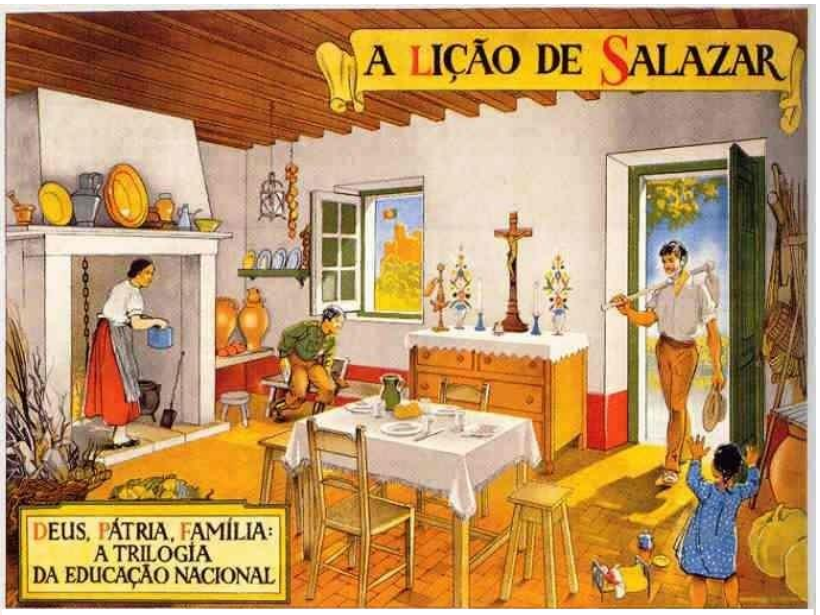
[9] História das Organizações Femininas no Estado Novo, 2000.
[10] *Idem*, 25
[11] Constituição promulgada a 11 de Abril de 1933.
[12] Ferro, A. (1932) *Salazar. O Homem e a Sua Obra*, excertos in http://www.citador.pt/frases/citacoes/s/salazar-o-homem-e-a-sua-obra-antonio-ferro-antonio-de-oliveira-salazar (consultado em 14/04/2017)

a lutar com a vida no exterior, na rua… E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa… Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil.»[13]

Através desta afirmação, é possível observar uma aparente igualdade de valor na diversidade de funções, a defesa da família tradicional, na qual a mulher é o pilar, a finalidade do retorno ao lar, sublinhando a beleza do papel da mãe e da esposa. No entanto, a aparente igualdade de valor relativamente aos diferentes papéis desempenhados pelo homem e pela mulher é mesmo apenas aparente, uma vez que a mulher tinha de se subordinar ao marido, sendo inferior a ele: «Em casa manda ela, mas nela mando eu»[14]

A obra de Irene Pimentel diz-nos que como a ideologia salazarista não se pautou pelos conceitos de «cidadania», de «igualdade» e de «liberdade», reservou às mulheres uma esfera própria de actuação – privada e pública – «mas não atribuiu ao espaço feminino um valor igual ao do masculino porque o subalternizou hierarquicamente em função do sexo».

Se a mulher era glorificada era por desempenhar um papel importante do seio da família. Esta visão da mulher a ocupar a totalidade do espaço na família era apenas aparente, visto que, na realidade e pela legislação, era o homem que possuía o poder e ao qual a família tinha de se subordinar. O regime permaneceu enraizado




«Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional»: cartaz nº7 de uma série de cartazes propagandísticos, intitulada «A Lição de Salazar», editados em 1938 pelo SPN. MAS – Arquivo Mário Soares – Fotografias Exposição Permanente. Disponível em http//:casacomum.org/cc/arquivos?set=e_6902/o_Pasta (2017-4-16).

[13] *Idem*.
[14] ARQUIVO/ÁUDIO/REPORTAGEM RTP: «O ideal feminino do Estado Novo – Desigualdades entre os homens e as mulheres antes do 25 de Abril», 2014, in http://ensina.rtp.pt/artigo/o-ideal-feminino-do-estado-novo (consultado em 14/04/2017)

nos ideais de que a «natureza» predispõe a mulher a ficar em casa, dedicando-se à educação dos filhos, à obediência do marido e à lida das tarefas domésticas. A importância moral, social e económica das tarefas do lar era reconhecida por Salazar, no seu discurso, na tentativa de garantir o apoio das mulheres ao regime.Como é especificado na obra *História das Organizações Femininas no Estado Novo*[15] na mais pura fonte dos fatores morais de produção, representada pela família, osustento devia vir do homem e nunca do trabalho da mulher casada e geralmente até [do] da mulher solteira».

Em 1938, pela comemoração dos dez anos do regime ditatorial, o *Secretariado de Propaganda Nacional* editou uma série de cartazes, intitulados «A Lição de Salazar», a fim de ser comentada pelos professores nas escolas primárias, com o intuito de transmitir a superioridade de um Estado forte e autoritário, como era na altura, o português. Os cartazes tinham como objetivo inculcar os valores do regime, glorificando os seus feitos, até à data, nos vários domínios social, político e financeiro.

A imagem[16] que aqui se apresenta corresponde ao último cartaz da série «A Lição de Salazar» e intitula-se «Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional». Este cartaz sintetiza a vertente pedagógica e moral do regime: faz a apologia do lar humilde, rústico, patriarcal e cristão, valorizando a vida no campo, longe dos vícios dos grandes centros urbanos e industriais.

A égide «Deus, Pátria, Família» representava os inquestionáveis valores nacionais. A família, elemento estruturante da sociedade, assentava na autoridade do pai, na obediência dos filhos e na honra e na submissão da mulher: "Não discutimos a família. Aí nasce o Homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de afetos sem o qual o Homem dificilmente pode viver. Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, […] e despidos moralmente de mais de metade de si mesmos […]"[17]

No que diz respeito à imagem da mulher que aqui se retrara, observamos que se encontra confinada ao lar e à economia doméstica, na realização de tarefas de lida da casa, enquanto que a menina, sua filha, se encontra a brincar com louças e bonecas, para que um dia, no futuro, possa desempenhar o papel que lhe está destinado.

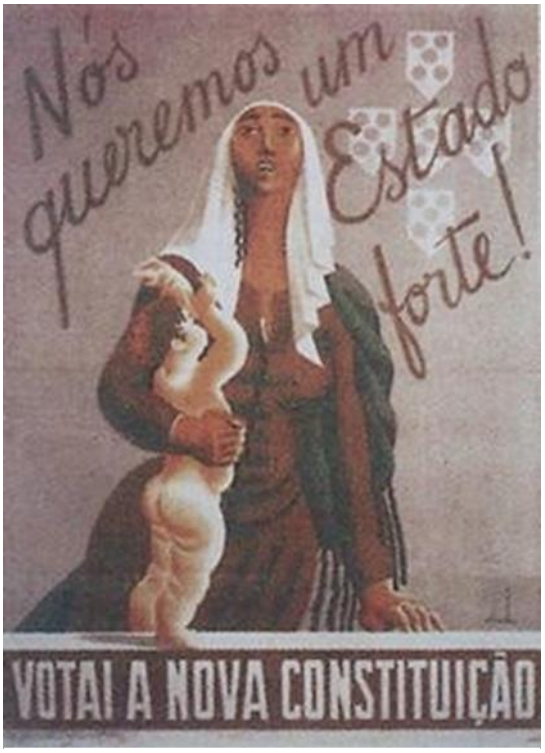
[15] Irene Pimentel, *op. cit.*, 28-29.
[16] Disponível para consulta em anexo.
[17] Salazar, A.O. (2016) *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, 1945-1967.

Os olhares de todas as personagens retratadas (a mãe e ambos os filhos) convergem na figura do pai – o Homem de família -, que entra em casa após um dia de trabalho, e ao qual devem obediência e respeito.

Segundo o ideal de Salazar a mulher tinha sido concebida para ser mãe, tendo sido a «natureza» a ditá-lo, e acrescentava ainda, que tinha de ser uma mãe devota à pátria e que era sua obrigação ocupar-se do «governo doméstico».

A escola, sendo o palco privilegiado do Estado no âmbito da difusão de valores, adaptou os manuais escolares, existindo apenas um, segundo os critérios definidos pelo Ministério da Educação Nacional. Alguns dos valores aí difundidos passavam pela glorificação de Salazar e da sua obra; o papel subalterno da mulher; a caridade, tão importante pois muitas vezes substituía o apoio social do Estado; a religião e a exaltação do passado glorioso da Pátria.

Nos manuais escolares da primária, encontramos um texto intitulado «A dona de casa», que se transcreve de seguida: «Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe. - Minha mãe: já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar. - Está bem, minha filha. Quando fores grande, hás-de ser boa dona de casa.»[18] A partir do texto, é possível, mais uma vez, observar a alusão à função primária destinada ao género feminino – a lida doméstica -, e o modo como o Estado incutia nas raparigas, desde muito cedo, os valores sob os quais um dia mais tarde, teriam de se orientar.



Cartaz de Alamada Negreiros, promovendo o plebiscito à Constituição de 1933. MAS – Arquivo Mário Soares – Fotografias Exposição Permanente

No cartaz da autoria de Almada Negreiros[19] publicado a 19 de março de 1933 por ordem do SPN, em que se promove o

[18] Luta Esquecida, Educação: a Escola, 2010. Disponível em https://lutaesquecida.wordpress.com/category/estado-novo/

[19] (1933), «Cartaz de Almada Negreiros, promovendo o plebiscito à Constituição de 1933», www.casacomum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114247 (2017-4-16)

voto popular na Constituição de 1933, com que entraria em vigor o regime estado-novista. Na imagem, para além do que se pode ler - «Nós queremos um Estado forte! Votai a nova Constituição» -, estão retratadas uma figura feminina e uma criança, que evocam a imagem de Nossa Senhora com o menino, fazendo alusão a um certo catolicismo e apelando ao «sentimento popular de maternidade religiosa»[20] reforçando o papel da mãe na sociedade, que ergue a cabeça para abraçar o novo poder. De modo subtil, o Almada Negreiros pretende expressar o conceito base do Estado Novo – «Deus, Pátria, Família – A Trilogia da Educação Nacional», sobre o qual já nos pronunciámos anteriormente.

Numa outra imagem, que aqui expomos, promovida pelo Ministério do Interior e publicada pelo SPN, datando de 1942, podemos observar o «Modelo de uma família portuguesa», composta por «marido, mulher e 10 filhos saudáveis», que assim o são, uma vez que foram «todos amamentados por sua mãe». Na estampa é valorizado o papel da mãe, através da frase «A maternidade honra e glorifica a mulher», e é enfatizada a importância que a mulher assume no espectro da família, na medida em que o seu papel é criar e educar os filhos, para que estes possam crescer saudáveis.

«Modelo de uma família portuguesa: marido, mulher e ... 10 filhos saudáveis todos amamentados por sua mãe». Publicação do Ministério do Interior (Sub-secretariado da Assistência Social), p.194 Disponível na integra em anexo e em: http://arepublicano.blogspot.pt/2011/04/maes-de-familia-no-estado- novo.html. Consultado em 16/04/2017)

Em 1945, numa publicação do SPN, intitulada «Economia Doméstica», fazia-se o paralelismo entre a arte de gerir o lar e a arte de gerir o Estado, na tentativa de valorizar o papel da mulher. Noutro cartaz, fazia-se referência ao facto de que tudo aquilo de que a mulher portuguesa, se deve a Salazar: «Mulher Portuguesa! Graças ao Estado Novo tens: a estabilidade da família; a liberdade religiosa; a ordem social; a paz que preservou o nosso país da catástrofe e das destruições da guerra […]»[21]

[20] Helena Barbosa, História do Cartaz Português, 2008. Disponível em www.fprovidencia.com/download/pdfs/av93_MuseuDesignBAIXA.pdf.
[21] Cartaz na íntegra em anexo.

A mulher no mercado de trabalho, nomeadamente na indústria, era um assunto que preocupava Salazar e das organizações estatais femininas, dado que, como vimos, na sua percepção, o seu lugar era em casa, tendo sido este aspeto visto como um «afastamento» dos objetivos ideológicos do regime.

Logo em 1933, foi criado o Estatuto Nacional do Trabalho, no qual estava incluído um artivo que abordava o «trabalho de mulheres e menores fora do domicílio» e que, ditava que este seria «regulado por disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social»[22]

Como soluções para o problema da generalização da «proletarização» e «masculinização» da mulher, justificada pela ganância capitalista, foi proposta a proibição a todas as mulheres do «trabalho incompatível com a natureza, a moral e a debilidade física femininas, e, às casadas, o trabalho no comércio e na indústria»[23]

Como é expresso no estudo de Irene Pimentel (PIMENTEL, 2000), a Igreja Católica retratava as fábricas como «haréns turcos» onde as mulheres eram vítimas de

«perseguições ignóbeis de patrões depravados» e das «prepotências dos capatazes». Propôs-se, portanto, a separação dos sexos nos serviços e locais de refeição e a chefia do pessoal feminino concretizada por mulheres.

Outras tantas profissões estavam sob o alcance das preocupações do regime. Entre elas se contavam a «invasão das repartições públicas», isto é, carreiras diplomáticas, magistraturas judiciais, chefia na administração local e postos de trabalho no Ministério das Obras Públicas e Comunicações. O acesso a todas estas profissões foi negado pelo Estado às mulheres, proibindo o trabalho feminino na administração estatal e «reduzindo o leque de profissões – sobretudo liberais»[24] às quais as mulheres podiam aceder.

Para além destas proibições, no exercício de algumas profissões, como era o caso das professoras primárias, o seu casamento era permitido, no cumprimento das condições de «bom comportamento moral e civil e o usufruto de vencimentos ou rendimentos»[25] documentalmente comprovados, para além do facto de que a mulher teria de pedir autorização ao Ministério da Educação Nacional.

O Código do Processo Civil de 1939 vem asfixiar a autonomia jurídica da mulher, submetendo-a ainda mais à tutela do marido. Às mulheres é interdito o poder de afiançar,

[22] Conforme Art. 31.º do Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933.
[23] Irene Pimentel, *op. cit.*, 2000, 39.
[24] *Idem,* 41.
[25] O Estado Novo e as Mulheres. Disponível emhttp://www.oocities.org/marco_lx_pt/cspexpo.htm. Consultado em 18/04/2017).

exercer comércio, viajar para fora do país, celebrar contratos e administrar bens sem a autorização escrita do marido.

Já no caso das telefonistas, o pessoal feminino do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as hospedeiras e as enfermeiras, estas estavam proibidas de contrair matrimónio. A proibição de casamento das enfermeiras foi decretada na revogação do Decreto-Lei n.º 31 107, de 18 de Janeiro de 1941, em 1942, pedida pelo subscretariado de Estado da Assistência, Guilherme de Melo e Castro.

Este apertado sistema jurídico foi uma das estratégias encontradas pelo Estado Novo para consagrar o lugar da mulher na manutenção do programa político-ideológico de Salazar, sob a aparência de uma falsa igualdade: independentemente da classe social a que pertencessem, o seu destino era ser esposa, mãe, confinada no domínio privado - o lar -, e defendendo o mesmo objetivo – o Bem Comum da Pátria.

Apesar de tudo, o direito de voto foi sendo concedido às mulheres de forma parcial– não tendo sido por elas conquistado, mas «decretado pelo Chefe», que o concedeu não por o considerar um direito, mas porque as mulheres escolhidas da elite estado-novista poderiam servir os propósitos do regime nos campos que lhes estavam destinados: a assistência e a educação –; dependendo da idade, do facto de serem ou não chefes de família e das suas habilitações académicas – e foram-lhes abertas as portas das duas câmaras parlamentares, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa (1934). Simultaneamente, a ideologia difundida era a do regresso da mulher ao lar, privilegiando as facetas de esposa e mãe, apesar da gradual modificação deste aspeto, dado que se generalizaram, após a Segunda Guerra Mundial, os casos de mulheres que trabalhavam no domínio público.

Para concluir, aos olhos do regime, a mulher existia para ser a mãe extremosa, a esposa dedicada, uma verdadeira fada do lar. O único futuro que podia ambicionar era o de fazer um bom casamento que garantisse o sustento da família, que, custasse o que custasse, tinha de se manter unida, estável e forte. Oliveira Salazar não permitia que a ordem social fosse questionada e todos os assomos de feminismo iam sendo silenciados.

## 1.1.O enquadramento das massas – a mulher na sociedade

Para que fosse possível consolidar a sua visão, Salazar viu-se obrigado a criar organismos de enquadramento de massas, que possibilitassem a reeducação, fazendo da instrução um meio de doutrinação e de inculcação dos valores do Estado Novo.

No caso das mulheres, o enquadramento fez-se por intermédio de organizações estatais como a Mocidade Portuguesa Feminina, que abordaremos mais adiante, e que tinham como objetivo reeducar as mulheres adultas e educar as crianças e as jovens: «reeducar a mulher, levando-a de novo para a sua função natural do lar»[26] para além de promover a «formação/educação», valorizando a educação na família, os papéis tradicionais. As intenções destas organizações estavam relacionadas com o educar as raparigas, tendo em conta a necessidade de tomar a família (e dentro dela, mais especificamente, a mulher) como base da estrutura corporativa do Estado Novo.

Transmitiam-se ensinamentos relativamente a como cuidar dos filhos e do lar, defendia-se bons costumes, a prática da caridade e a colaboração com a escola na educação moral e cívica.

Segundo nos diz a obra de Irene Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, e citando alguns autores[27] a principal objetivo da política educativa do Estado Novo foi incutir «a passividade das atitudes e o conformismo dos comportamentos através da desmobilização e despolitização», ou seja, evitar a criação de «dinâmicas de massas» e a «participação formal na vida pública», através de métodos subtis de coação.

Segundo a obra de José Paz Barroso, à qual tivemos acesso através do estudo de Irene Pimentel, o regime utilizou organizações como a Mocidade Portuguesa (masculina e feminina), uma «estrutura orgânica específica para a "formação integral da juventude" simultaneamente sobreposta, complementar e titular ao próprio liceu»[28] para mudar as mentalidades e «impôr a ideologia monolítica na escola». Este autor considera que organizações deste género foram criadas devido à desconfiança do Estado relativamente à «capacidade socializadora» da escola, da família e da Igreja.

---

[26] Pimentel, I. (2000) *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, 30.

[27] **Educating for Passivity – A Study of Portuguese Education (1926-1968), University of London/Institute of Education**, Ph. D. Thesis, 1988. Citado por José João Paz Barroso, in *A Organização Pedagógica e a Administração dos Liceus…,* 549-551.

[28] Barroso, J.J. P. *A Organização Pedagógica e a Administração dos Liceus (1836-1960)*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 1993, 2 vols.

Segundo o que nos diz Irene Pimentel, embora o regime tivesse incentivado a evolução dos tempos, tentou sobretudo «refrear as mudanças, procurando, desse modo, conservar a mulher dentro do seu papel e das tarefas tradicionais de esposa, doméstica e de mãe de Portugal do amanhã»[29] do qual a perpetuidade do regime e da sua ideologia estava dependente.

Tal como referimos anteriormente, Salazar praticava uma política fortemente anti-individualista relativamente à família. Na Constituição de 1933 estava estipulado que o indivíduo existe apenas «através do agregado familiar a que está ligado por natureza», e a família era considerada como «base primária da educação, da disciplina e da harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política […]»[30]

As organizações estatais de enquadramento feminino que iremos abordar (OMEN, MPF e MNF), contribuíram, aos olhos do regime para a renovação da «mentalidade portuguesa». Segundo nos diz Irene Pimentel, era necessário «regenerar e reconstruir»[31] a família em crise, remetendo para a ideia tradicional de mulheres e homens obedientes. Neste processo era necessário lutar contra os inimigos ideológicos, que passavam pelos ideais «materialistas, bolchevistas e pagãos […] e as doutrinas individualistas, anárquicas e emancipatórias» (PIMENTEL, 134). Aos olhos do regime, as mulheres estariam a ser obrigadas a trabalhar fora de casa, mais livres, «ridicularizando» a mulher no lar. Portanto, as organizações deveriam lado a lado com a família e a escola, e reeducar a mulher.

### 1.1.1. Obra das Mães para a Educação Nacional

Uma das organizações criadas pelo então Ministro da Educação Nacional[32] e que visava o enquadramento das mulheres na sociedade foi a Obra das Mães para a Educação Nacional[33]. Este organismo visava a «educação integral» das mulheres, procurando «estimular a ação educativa da família […] e preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternais, domésticos e sociais»[34] objetivos atingidos através de onze formas de atuação, como nos mostra o *Dicionário de História do Estado Novo*, e

[29] Irene Pimentel, *op. cit*., 24.
[30] Conforme artigo 12º do Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933.
[31] *Idem*, 134.
[32] António Carneiro Pacheco (1887-1957).
[33] AAVV (1996) *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas, 675.
[34] Conforme Decreto-Lei nº 26 893, de 15 de Agosto de 1936.

as quais se apresentam listadas em anexo.

Maria Filomena Mónica refere-se à OMEN afirmando que, apesar da originalidade da organização no domínio da assistência social à infância, este foi "um instrumento sem qualquer relevância, de um plano destinado a estabelecer laços entre a escola e a família"[35]

Já a principal dirigente da organização, condessa de Rilvas, esclareceu em 1938, e como podemos ver na obra de Irene Pimentel, que a OMEN não era «uma obra de assistência material», tendo como objetivo intervir «no campo moral, pela reeducação da mulher, fazendo-a regressar ao lar e ensinando-a a amar seus filhos». O Estado, por sua vez, estava encarregue de apoiar a família e a mulher enquanto mãe.

### 1.1.2.Mocidade Portuguesa Feminina

A Mocidade Portuguesa Feminina estava subordinada à OMEN, uma vez que a secção feminina da MP não se regia pelas regras da secção masculina. Este organismo propunha-se a «estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família»[36] O organismo tencionava moldar, desde a infância e a juventude, dos 7 aos 14 anos, a «nova mulher», futura mãe, esposa obediente e católica, visto que para o Estado Novo a mulher era o «pilar» da família, estando-lhe reservadas as tarefas de educadora dos filhos e o serviço da caridade.

Entre os objetivos iniciais da MPF destacavam-se a regeneração da mulher pela «ideologia autoritária e nacionalista»[37] através da educação integral, na qual participavam a escola, a Igreja e a família.

O Decreto que criara a organização estabelecia a obrigatoriedade de frequência de todas as portuguesas, estudantes ou não, dos sete aos catorze anos, e estipulava que a MPF tinha em vista formar uma mulher «nova», através da educação moral – a educação cristã, «em cooperação com a família e os agentes de ensino […]»; cívica – inspirada no Bem Comum, definindo-se a «consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade histórica da Nação»; física – associada à higiene, «visará o

[35] Mónica, M. F. (1978) *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária*, Lisboa, Presença, 355.
[36] Conforme Decreto-Lei nº28 262 de Dezembro de 1937.
[37] *Dicionário de História do Estado Novo*, op. cit., 610.

fortalecimento racional, a correção e a defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiância no esforço próprio […]»; e, por fim, uma das categorias mais relevantes – a educação social, que «cultivará […] a previdência, o trabalho coletivo, o gosto pela vida doméstica e o de servir o Bem Comum, ainda que com sacrifício, e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientado para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado.»[38]

Um dos objetivos da organização era também «masculinizar», até determinado ponto, as raparigas, o que, contudo, subsistia o medo de o mesmo ocorrer através da «militarização». Ao olhar da direção, se era «necessário fazer o homem mais homem possível», não poderia existir nada que desencaminhasse a mulher da sua missão "natural" e seria um desvio aproximá-la "da formação masculina"»[39]

«A expansão da MPF nos liceus e escolas». Balanço da MPF, 1940. «A expansão da MPF nos liceus e escolas», CasaComum.org. Disponível: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06916.002.022 (2017-4-16)

Num discurso proferido por Maria Guardiola, Comissária Nacional do MPF, ficou claramente definida a orientação que se pretendia fornecer às filiadas, diferenciando-se da secção masculina: «A Mocidade Portuguesa Feminina nasceu do mesmo grande pensamento patriótico que criou a Mocidade Portuguesa masculina; mas, sendo irmãs são diferentes; […] enquanto a MP adestra na sua instrução pré-militar defensores para a Pátria, […], a MPF habilita-se a prestar a sua colaboração dentro do lar, da família que o seu amor, o seu trabalho e o seu espírito cristão tornarão a base sólida do Estado Novo.»[40]

A MPF propunha-se, assim, através da Formação Moral e Nacionalista, a nacionalizar» as raparigas, dando origem a uma «nova» mulher, «cristã e portuguesa, cujo lugar na sociedade orgânica salazarista seria a família, base do renascimento e da grandeza de Portugal, e cuja atuação não passava pela intervenção política direta, […]

[38] Estatuto OMEN, 1937, in Irene Pimentel, História das Organizações Femininas no Estado Novo, 2000, 202.
[39] Pimentel, *op. cit*., 214
[40] Discurso de Maria Guardiola proferido no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho em finais de 1938, citado por Lopes Arriaga in *Mocidade Portuguesa. Breve História de Uma Organização Salazarista, Lisboa, Terra Livre*, 1976, 126.

mas pela "colaboração" e pela "cooperação" com os esposos e com os governantes.»[41]

Curso de Graduadas, «Aula de Enfermagem».

Curso de Graduadas, «Aula de Culinária».

Visando ensinar às jovens a prática de profissões, estas eram obrigadas a frequentar aulas de enfermagem, de economia doméstica, de culinária e de puericultura, como podemos observar nas imagens.

Com a intenção de transmitir ideais e valores, a organização criou o Boletim da MPF que, segundo Irene Pimentel, tentou «formar uma elite feminina, colaboradora da elite masculina do Estado Novo, e criar uma mulher "nova"»[42], dado que devido à elevada taxa de analfabetismo que se verificava no país entre as classes mais baixas, quem acabava por ler as publicações da organização eram as raparigas das classes médias e altas.

Desde cedo o Boletim teve estabelecidos os princípios orientadores da concessão da mulher idealizada – as normas de conduta adequadas às filiadas e ainda, a identificação dos «inimigos» que as jovens deverião combater: «o egoísmo, o materialismo e o feminismo»[43]. A mulher educada pelos valores da MPF deveria ser «disciplinada, forte, viril sem ser masculina, com espírito profundamente cristão e nacional, orientada para a ação no Lar, na família e na sociedade»[44]. O Boletim da MPF propunha-se ainda a combater nas raparigas «a futilidade, o hedonismo, a soberba, a vaidade e a arrogância». De facto, eram inúmeros os artigos publicados no boletim. Dos mais variados temas, desde os modos como se comportarem em camaradagem com os rapazes até dicas de como passar a ferro.

[41] Pimentel, op. cit., 300-301
[42] Pimentel, I. (2007) *A Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: Esfera dos Livros, 56.
[43] *Idem*, 56.
[44] *Idem*, 56.

Como nos diz Irene Pimentel**,** «O lar era a fortaleza da mulher, era nele que ela podia exercer a sua chefia, dar largas às suas "virtudes femininas"». Por conseguinte, o Boletim da MPF começou desde logo a publicar uma rubrica, aliás tradicional em todas as revistas femininas, intitulada «Lar», que transmitia, «não só os aspectos práticos da pretensa 'missão feminina' – arrumar a casa, passar a ferro, cozinhar – como a ideia de que a função futura das suas leitoras era o casamento e a maternidade».

Em 1947, foi criada a revista *Menina e Moça*, que substituiu o Boletim da MPF e logo de início se notou uma maior moderação a nível ideológico e político, quando comparada com o Boletim. Contudo, apesar desta mudança, a revista continuou a servir de veículo de transmissão às raparigas dos valores essenciais do Estado Novo.

A MPF desenvolveu uma incansável ação propagandística, da qual daremos conta através da exposição de várias rúbricas da revista *Menina e Moça*, em anexo, e abordando, de modo mais aprofundado, algumas outras.

Nas publicações estimulavam as jovens a aprender uma profissão, no entanto: «tendo de escolher uma profissão, mesmo só a mais honrosa de todas, a da mãe, Manuela depois do que já dissemos, deves ainda e sempre ter presente que a maioria das raparigas, ao escolher uma profissão erra gravemente, porque olha demasiado alto, e, em tudo: não vá o sapateiro além da chinela!»[45], isto é, no domínio do Lar é que a mulher encontraria a plena realização pessoal.

A MULHER IDEAL!

HÁ raparas que desejariam casar-se, mas hesitam, têm medo... A mulher ideal parece-lhes difícil ou impossível (?) de encontrar.

Ouçamos um, que vai dizer-nos os defeitos que teme e as qualidades que sonha na companheira da sua vida.

Talvez entre as nossas leitoras se encontre alguma tão perfeita que não tenha nenhum destes senões...

• Desejaria uma mulher capaz de dirigir um bom jantar e até de o fazer, sendo preciso... Mas que não me massacrasse com queixas por causa do racionamento e dificuldades do momento: a falta de peixe, o preço das batatas, etc., etc.. Nem me contasse intermináveis histórias domésticas: a criada que namora um polícia, o gato que bebeu o leite, a vizinha que sacudiu o tapete sobre a roupa lavada...

• Uma mulher que me deixasse ler o jornal em paz, sem me interromper a cada momento ou ficando amuada porque não lhe presto atenção...

• Uma mulher que quando eu estivesse a trabalhar soubesse fazer silêncio à minha roda e não me atordoasse a cabeça com os gritos do rádio...

• Uma mulher que não olhasse para a minha mãe com olhos de nora ciumenta e insuportável, mas que fosse para ela mais uma filha, evitando-me complicações familiares...

• Uma mulher que não me esgotasse a paciência fazendo-me sempre esperar... Que estivesse pronta a tempo de chegarmos ao teatro antes de levantar o pano, à estação antes de partir o comboio e à mesa antes da sopa estar fria...

• Uma mulher que não me desiquilibrasse o orçamento com as contas da modista, mas que se contentasse de vez em quando com um vestido arranjado, para que também eu pudesse ir ao alfaiate...

• Uma mulher sincera e leal, que não usasse de artes e manhas para conseguir o que deseja e que nem sempre é razoável...

• Uma mulher que não fizesse questão de tudo, mal humorada e agressiva como um gato assanhado...

• Uma mulher capaz de compreender a doce sujeição que a esposa deve ao marido — segundo preceitua a St.ª Madre Igreja — e não proclamasse a cada momento: "cá em casa quem manda sou eu!...".

• Uma mulher que não continuasse a flirtar depois de casada, julgando se tudo permitido, e que só a mim desejasse agradar...

• Uma mulher que não fosse desconfiada como um detective amador que revista os bolsos, cheira a roupa, abre as cartas ao bafo de uma panela...

• Uma mulher que não fosse inquisitorial com as suas perguntas: "Onde estiveste? Com quem falaste? Que fizeste? Porque te demoraste?"

• Uma mulher que não fosse uma máquina falante, tagarelando sem descanso, mesmo quando não tem nada que dizer...

• Uma mulher que não me fizesse sair para a rua mascando como um palhaço quando à saída de casa me desse um beijo de despedida...

. . . . . .

Por conseguinte, a *mulher ideal* deverá ser boa dona de casa mas sem massar os outros com os acontecimentos caseiros, compreensiva dos gostos e necessidades alheias, afectuosa par a família do marido, pontual, discreta com os seus amigos, económica, sincera e leal, com bom génio, dócil, séria, confiante, pouco tagarela e sem usar "batom".

Será alguma de vós a melro branco?!...

«A Mulher Ideal», *in Menina e Moça*, n.º 9, 1948.

Numa publicação de *Menina e Moça*, de 1948, intitulada «A Mulher Ideal»[48], pode ler-se, no que se refere ter sido feito a partir do testemunho de diversos rapazes, as seguintes palavras:

«Uma mulher capaz de compreender a doce sujeição que a esposa deve ao marido

[45] *Menina e Moça*, n.º 161, Junho 1961, «A Rapariga e a Profissão» n.º 9, 1948. Disponível em https://c7.staticflickr.com/6/5165/5252801822_578c52186b_o.jpg . Consultado em 18/04/2017.

[…] e não proclamasse a cada momento: "cá em casa quem manda sou eu!..."» ou, «[…] nem me contasse intermináveis histórias domésticas: a criada que namora um polícia, o gato que bebeu o leite, a vizinha que sacudiu o tapete sobre a roupa lavada…», e ainda, «Uma mulher que quando eu estivesse a trabalhar soubesse fazer silêncio à minha roda e não me atordoasse a cabeça com o jazz do rádio», entre outras. Na conclusão do artigo, afirma-se que a mulher deverá ser "boa dona de casa», sem, no entanto, massar os outros com os acontecimentos caseiro, […] ser afetuosa para a família do marido, […] económica, sincera e leal […] e sem usar "baton"".

A revista inseria também uma matéria subordinada ao tema «Serás tu uma boa filha? Aplica a ti mesma este "teste".». A oito perguntas, presumiam-se as respostas de vários tipos de rapariga: a egoísta, a preguiçosa, a vaidosa, a cabeça no ar e a boa filha. À pergunta «O que sabes tu do serviço da casa?», as respostas deveriam ser, por exemplo, para a vaidosa, «Cozinha? Que horror. E as unhas?!»; para a cabeça no ar «Vê-se pelos livros de cozinha, à ultima hora» e, obviamente, para a boa filha, «Há segredos de êxito na cozinha, como no resto»[46]

Numa outra publicação[47], presente tanto no Boletim da MPF, de 1941, como em *Menina e Moça*, de 1950, intitulada «Curso de Donas de Casa», podemos observar que se expunha, passo a passo, a realização de várias tarefas domésticas, ensinado as jovens a praticá-las. Este tipo de publicações foi utilizado na medida em que servia para veicular os «requisitos» com que nascia a nova imagem da mulher.

«Curso de Donas de Casa», in Boletim da M. P. F., n.º 2, 1941, *Menina e Moça*, n.º 35, 1950.

Como nos diz Irene Pimentel**,** «O lar era a fortaleza da mulher, era nele que ela podia exercer a sua chefia, dar largas às suas "virtudes

[46] *Idem*, 1948, 10

[47] «Curso de Donas de Casa», in Boletim da M. P. F., n.º 2, 1941, *Menina e Moça*, n.º 35, 1950. Disponível em: https://c6.staticflickr.com/6/5210/5252193741_3fde2a6925_o.jpg. Consultado em 18/04/2017.

femininas"». Por conseguinte, o Boletim da MPF começou desde logo a publicar uma rubrica, aliás tradicional em todas as revistas femininas, intitulada «Lar», que transmitia, «não só os aspectos práticos da pretensa 'missão feminina' – arrumar a casa, passar a ferro, cozinhar – como a ideia de que a função futura das suas leitoras era o casamento e a maternidade».

### 1.1.3 .Movimento Nacional Feminino

O MNF foi um organismo criado por iniciativa de Cecília Supico Pinto (1921-2011)[48] e por «senhoras indignadas de todos os meios»[49], «sem carácter político e independente Estado que se destina [va] a congregar todas as mulheres portuguesas interessadas em prestar auxílio moral e material aos que lutam pela integridade do território pátrio»[50], baseadas num conservadorismo paternalista, e que era necessário devido à pobreza e à violência que a Guerra do Ultramar veio trazer.

Algumas das suas ações passavam pelo reforço do contacto entre os soldados e a sua família, também consolidado através do Serviço de Óbitos e da Secção de Notícias, que permitia confirmar ou desmentir os boatos acerca da situação no Ultramar.

O MNF prestou também auxílio aos capelães militares, apoiou a construção de capelas em Angola e Moçambique, e incentivou os militares a regularizarem os seus casamentos, para além do apoio material que forneciam, através da angariação de fundos por meio de «festas sociais e junto de particulares»[51], e enviando encomendas para os

Campanha propagandística do MNF apelando ao envio de cigarros para os soldados.

Campanha «Chegada do Pai Natal», 1965.

[48] Criadora e dirigente do MNF
[49] Dicionário de História do Estado Novo, *op. cit.*, 639.
[50] Estatuto aprovado a 10 de Agosto pelos ministros do Ultramar e do Interior.
[51] Dicionário de História do Estado Novo, *op. cit.*, 639.

territórios ultramarinos. Por fim, as visitas constantes de Cecília Supico Pinto e de outras senhoras do MNF às bases militares africanas e a sua presença aquando do embarque das tropas consolidavam o apoio prestado pela organização no domínio da guerra.

O MNF propunha-se também a educar as mulheres para as tornar «aptas a reintegrar os desmobilizados no regresso ao Lar» e encorajava as que acompanhavam os maridos em África, a «valorizar a mulher negra»[52].

A organização criou também uma revista «Revista Presença», em que divulgava as suas atividades no terreno, junto dos militares, mas também em Lisboa, dando conta das suas iniciativas, no âmbito da promoção da ajuda às mulheres que acompanhavam os maridos e àquelas que os teriam de reintegrar na sociedade e ainda, das campanhas de recolha de fundos que organizava.

«Revista Presença», Livros Ultramar – Guerra Colonial, MNF, n.º 1, de Outubro de 1963. Disponível em http://livrosultramarguerracolonial.blogspot.pt/2014/12/ultramar-revista-presenca-n-01-de.html. Consultado em 18/04/2017.

Cecília Supico Pinto junto de um grupo de militares em África. «O MNF» Dos Combatentes da Guerra do Ultramar. Disponível em http://ultramar.terraweb.biz/CeciliaSupicoPinto.htm (Consultado em 18/04/2017)

As esposas eram um complemento às tarefas de apoio do MNF, à propaganda que aconselhava as mães a «sacrificar os seus filhos pela Nação». A presença feminina em África tinha um forte pendor político, uma vez que as mulheres «não deviam mover-se, nem pensar, nem agir», mas «ser a mãe, a irmã, a distracção amorosa, a imagem feminina, boa, a pura gota de água […]»[53]

[52] *Idem*, 639
[53] *Sei que esteve em África. Quer Contar?* In «Buala», 2010. Disponível em www.buala.org/pt/a-ler/sei-que- esteve-em-africa-quer-contar. Consultado em 18/04/2017.

Com isto, chegamos à conclusão de que se cumpriu, deste modo, o objetivo de integrar todas as camadas da juventude em organizações que, sob a alçada do Estado Novo, lhes incutiria os princípios ideológicos por ele defendidos. A juventude constitui um dos pilares da sociedade e, estando consciente disto, tornou-se imperativo criar organizações que enquadrassem a juventude e lhes incutissem a ideologia salazarista.

«O MNF em Moçambique», Dos Combatentes da Guerra do Ultramar, 1966/67. Disponível em http://ultramar.terraweb.biz/Imagens/mocambique_AnibalLourencoSousa.htm.Consultado em 18/04/2017

Todos os esforços do regime no domínio das mulheres, como as organizações oficiais de que dispunha e sobre as quais nos debruçamos previamente, convergiam para a sua reeducação e para o seu enquadramento na sociedade, de acordo com os valores que o Estado defendia e que, como vimos, pretendia «reenviar» a mulher para o lar e retirá-la do mercado de trabalho e do espaço público.

O regime pretendeu, ao criar os organismos de enquadramento femininos, manter as mulheres associadas a tarefas especificamente femininas, reafirmando «a separação dos sexos» e estabelecendo «uma educação especificamente feminina»[54].

O regime ditatorial de Salazar encarava os homens e as mulheres como indivíduos, mas só como «parte integrante da família» - a base da estrutura corporativa do Estado Novo -, estando isto presente na Constituição de 1933, ao estabelecer que uma das obrigações do Estado para com a família era a sua defesa como grupo «natural»[55].

Posta esta conclusão, cumpre agora averiguar acerca das mulheres que se revoltaram contra esta posição antifeminista e acerca das diferentes formas de luta e de militância por elas levadas a cabo, no âmbito da oposição e da resistência ao Estado Novo.

[54] Pimentel, *op.cit.*, 403
[55] Conforme Art. 13.º

# 2.Ser mulher na resistência ao Estado Novo

A oposição ao Estado Novo contou com a presença e a participação das mulheres. Como nos diz a obra de Vanda Gorjão[56], as mulheres detiveram um «protagonismo singular» em áreas como as atividades humanitárias, pacifistas e feministas e, fundamentalmente, na ação política.

A oposição feminina orientou-se segundo três tipos de luta: a das camponesas e operárias que, como nos diz Vanda Gorjão[57], organizaram protestos, greves, marchas, contra a falta de géneros ou exigindo a subida dos salários; a das «companheiras», que trabalhavam nos bastidores da clandestinidade mantendo, em casas do Partido Comunista, e como forma de apoio ao trabalho clandestino e «numa partilha de responsabilidades políticas com os "camaradas" que atuavam no exterior», a fachada de uma vida familiar normal; e, por fim, a das intelectuais, responsáveis por uma oposição ideológica de elite, e sobre as quais se debruça o estudo da historiadora[58].

Os diferentes tipos de oposição conduzida por mulheres são nos justificados por Vanda Gorjão, que afirma que a sua «configuração e as respetivas dinâmicas variam [vam] em função de muitos fatores, entre os quais a composição social dos meios oposicionistas.» (GORJÃO, 2002, 19).

As mulheres da «oposição de elites» pertenciam a meios privilegiados da aristocracia, da burguesia ou da classe média urbana, e a círculos sociais e culturais de acesso restrito, nomeadamente, famílias «liberais, republicanas, socialistas, comunistas, ou anarco-sindicalistas» (GORJÃO, 2002, 20). Este fator permitiu-lhes ter uma visibilidade social mais forte e uma certa «proteção» em momentos de perseguição e de encarceramento.

Relativamente ao protagonismo feminino na oposição, a sua ação manifestou-se de duas formas: numa postura «vivencial», mais ligada ao quotidiano e às vivências com que já estavam familiarizadas e por isso associada ao espaço privado, num meio político informal; e, por outro lado, numa postura mais «politizada», atingida através da integração em organizações e grupos partidarizados, estando esta faceta da resistência feminina diretamente ligada às mudanças desejadas no setor político e administrativo

[56] *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, 2002
[57] *Idem*, 19
[58] Notícias da Amadora – Semanário Popular, *Mulheres Políticas, Lutadoras Antifascistas*, por Isabel Almeida Santos, 2003, in 64.71.144.19. Consultado em 15/04/2017.

tendo sido mais organizada e formalizada, uma vez que se realizou «numa esfera de atividade política específica»[59].

Contudo, «o quotidiano foi palco da política»[60], estando este último constantemente integrado nas vivências quotidianas, lado a lado com as relações e sociabilidades familiares, sociais e culturais. Este fator ganha importância, na medida em que as vivências políticas das famílias de origem de muitas das mulheres resistentes tornaram possível e provável a politização das mesmas, havendo, como nos diz Vanda Gorjão, um processo de «contaminação simbólica» que, em muitos casos se estendeu no seio das famílias que elas próprias constituíram. As «dinastias políticas», assim denominadas pela autora, reforçam a componente emocial e afetiva que se vivia nos processos de politização e de atividade política.

[59] Gorjão, V. *op. cit.*, 268
[60] *Idem*, 268.

# 3.Discriminação ou igualdade de género na resistência

A vivência política das mulheres foi marcada, desde o início, pela «possibilidade básica do exercício da cidadania, que a legislação eleitoral autorizava ou negava»[61], isto é, o facto de não terem o direito ao voto limitou a sua participação pública no contexto político, mas também social.

Tornou-se, portanto, imediatamente evidente que a oposição feminina se diferenciou da oposição levada a cabo pelos homens. A obra de Vanda Gorjão diz-nos que a atividade oposicionista feminina foi fortemente condicionada pela «pertença de género» (GORJÃO, 2002, 22) e foi vivida pelas mulheres e percecionada pelos homens de acordo com a imagem da mulher na sociedade portuguesa, sendo esta, como esclarecemos anteriormente, a associação da mulher ao espaço privado.

No entanto, apesar da diferença na oposição proveniente da desigualdade de géneros, a resistência feminina não se verificou como sendo «menor» que a dos homens. Vanda Gorjão salienta o facto de que as mulheres «puseram em prática modos organizados de protesto e de mobilização social com uma perceção muito exata das oportunidades criadas no espaço público» e sublinha ainda que as suas reivindicações se basearam num «conhecimento fundamentado […] do espaço de possibilidades de intervenção política» num regime como o Estado Novo (GORJÃO, 2002, 19).

O quadro social do Estado Novo, mais propriamente no que diz respeito à história da oposição, era muito marcado pelas desigualdades sexuais, existindo uma «moldura social» que limitava, constrangia e discriminava as mulheres relativamente às várias esferas da sociedade, sobretudo da política e da social. Estas desigualdades refletiram-se na intervenção oposicionista feminina, na medida em que se verificava uma presença muito menor de mulheres nos meios da oposição e da resistência, ao comparar com o número de homens; a presença quase nula em posições de destaque político; uma maior «concentração em coletivos femininos»; e, a atuação decisiva nos «bastidores» da oposição (GORJÃO, 2002).

Ainda que se tenha verificado que a intervenção oposicionista feminina era valorizada por alguns homens, a atividade das mulheres não deixava de estar submissa ao poder masculino e de ser «instrumentalizada em função de interesses e estratégias dos

[61] GORJÃO, *op. cit*. 2002, 21

grupos oposicionistas» (GORJÃO, 2002), o que acabou por prolongar a situação de desigualdade e subordinação das mulheres face aos homens, como explica Vanda Gorjão: «[…] as mulheres continuaram a ser vistas na oposição, antes do mais, como "representantes" do sexo feminino e só depois como individualidades. E, na verdade, mesmo quando assumiram responsabilidades políticas, foi diminuto o poder de que se viram investidas.»[62]

[62] *Idem*, 269

# Bibliografia


➢ Obras Gerais:

- AAVV, *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto, Vol. 8 (9 vols.) (Porto: Figueirinhas, 1999), «Mocidade Portuguesa Feminina» (pp. 501-503); «Movimento Nacional Feminino» (pp. 556-557).
- AAVV, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas, Vol. 2 (2 vols.) (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), «Mocidade Portuguesa Feminina» (pp. 609-611); «Movimento Nacional Feminino» (p. 639); «Obra das Mães para a Educação Nacional» (pp. 675-676).
- AAVV, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 Anos depois*, dir. Heloísa Paulo, Helena Pinto Janeiro, IHC/FCSH (Lisboa: Edições Colibri, 2010).
- PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*, dir. João Madeira (Lisboa: «A esfera dos livros», 2007).

➢ Monografias:

- ALMEIDA, Vanessa de, *Mulheres na Clandestinidade* (Lisboa: Edições Parsifal, 2017).
- ARANHA, Ana, *No limite da dor: a tortura nas prisões da PIDE* (Lisboa: Edições Parsifal, 2014), pp. 38-56.
- FONSECA, Teresa, *A memória das mulheres – Montemor – o – Novo em tempo de ditadura* (Lisboa: Edições Colibri, 2007).
- GORJÃO, Vanda, *Mulheres em tempos sombrios – A oposição feminina ao Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Socias, 2002).
- MEDINA, Miguel, *Esboços*, Vol. 1 (2 vols.) (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999), «Diana Andringa» (pp. 63-84).
- NOGUEIRA, Cristina, *Vidas na Clandestinidade* (Lisboa: Editorial «Avante!», 2011).
- PATO, Helena, *Já uma estrela se levanta* (Lisboa: Editorial Tágide, 2011).
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História da Oposição à Ditadura* (1926-1974) (Lisboa: Figueirinhas, 2013).
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

• RODRIGUES, Aurora, *Gente Comum – uma História na PIDE* (Alentejo: Editora 100luz, 2011).

**Fontes**

• Testemunhos orais

- Entrevista a Aurora Rodrigues por Ani Davidova, (Local, Data, Formato, Duração)

- Entrevista a Conceição Moita por Ani Davidova, (Local, Data, Formato, Duração)

- Entrevista a Diana Andringa por Ani Davidova, (Local, Data, Formato, Duração)

- Entrevista a Helena Pato por Ani Davidova, (Local, Data, Formato, Duração)

• Centro de Documentação do Museu do Aljube/Núcelo de Arquivo

- CD ALJUBE/ARQUIVO/ENTREVISTAS, Entrevista a Aurora Rodrigues por Ana Aranha, Ciclo «Vidas Prisionáveis», (Local, Data, Formato, Duração).

- CD ALJUBE/ARQUIVO/ENTREVISTAS, Entrevista a Helena Pato por Ana Aranha, Ciclo «Vidas Prisionáveis», (Local, Data, Formato, Duração).

• Documentário «48» de Susana de Sousa Dias, *in* http://www.rtp.pt/cinemax/index.php?t=48.rtp&article=3415&visual=2&layout=7&tm=13

• ARQUIVO/ÁUDIO RTP, Entrevista a Margarida Tengarrinha por Ana Aranha, «Histórias Clandestinas».

# PLANO MARSHALL

Docente: Cecília Cunha

Tutora: Isabel Baltazar

Leonor Bibas e Carlos Filipe Baltazar

12ºL

# Índice

Introdução ..... 36
1.A Política de Neutralidade ..... 37
1.1. Relação do Regime Salazarista com as duas Frentes de Guerra (Inglaterra e Alemanha) 37
1. 2. Conjuntura e Balança Comercial durante a Guerra ..... 39
2. Evidências Ditatoriais no Portugal dos anos 30 e 40 do Século XX ..... 43
2.1. Propaganda Alemã e Inglesa em Portugal ..... 43
2.2 O Papel da Oposição na Política de Neutralidade: o MUD ..... 46
Conclusão ..... 49
Bibliografia ..... 50
Anexo ..... 51

# Introdução

Neste trabalho, irá ser abordada a Neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tendo como problemática a credibilidade da neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial e como esta afetou a vida nas escolas portuguesas.

Este tema está integrado no *Programa de História A* redigido por Cristina Silveira e Margarida Brum, e coordenado por Clarisse Mendes, inserido no departamento do Ensino Secundário do Ministério de Educação, a 16 de março de 2001 e a 1 de abril de 2002 (in http://www.dge.mec.pt/). Os módulos que apresentamos serão: O módulo 7 - Crises, Embates Ideológicos e Mutações Culturais na Primeira Metade do Século XX (Unidade 1- As transformações das primeiras décadas do século XX e Unidade 2.5 - Portugal: O Estado Novo) e o Módulo 8 - Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao Início da Década de 80 – Opções Internas e Contexto Internacional (Unidade 1.1 - A reconstrução do pós-guerra).

Estamos, então, perante um momento histórico em que tanto as nações beligerantes como os países que as rodeiam, se encontram numa situação crítica em termos de futuro político. Portugal não é exceção, especialmente por se encontrar numa situação de regime ditatorial: questionamos até que ponto a sua neutralidade significou uma demarcação dos autoritarismos, em particular face aos regimes nazi e fascista.

Pretendemos, também, comprovar que, apesar da posição de neutralidade, se manteve inalterável a situação política interna, que afetou o quotidiano dos cidadãos portugueses. O caso que destacaremos neste trabalho será a opressão vivida nas escolas, comum em regimes de carácter ditatorial, mencionando, com especial destaque, o Liceu Camões.

Este trabalho tem como base a leitura das obras inseridas na bibliografia, bem como a nossa principal fonte, recolhida do Arquivo do Liceu Camões.

# 1.A Política de Neutralidade

Com este capítulo, pretendemos analisar como o Regime Salazarista Português, ao manter uma "neutralidade colaborante" durante a Segunda Guerra Mundial, acabou por considerar as duas Frentes para assegurar a sua subsistência. Segundo a obra dirigida por José Mattoso, «(…) *a política de neutralidade, definida em nota oficiosa logo a 1 de Setembro de 1939, imediatamente após o ataque alemão à Polónia, surgia, assim, como a forma de garantir os grandes objetivos estratégicos da política externa portuguesa (…) num contexto de inalterada fidelidade à aliança britânica.*»[63]

Por seu turno, e a partir da comparação e análise de gráficos e tabelas, sabemos que Portugal também colaborou com os beligerantes do Eixo: desenvolveu indústrias (como o volfrâmio e conservas), registando nesse período uma balança comercial de saldo positivo.

## 1.1. Relação do Regime Salazarista com as duas Frentes de Guerra (Inglaterra e Alemanha)

Como já referimos, o regime salazarista apoiava-se na condição de neutralidade, proclamada em 1939, para trabalhar a favor dos seus interesses e coexistir perante as duas Frentes de Guerra lideradas pelo Reino Unido e pela Alemanha. «*No entanto, era uma falsa neutralidade a do ditador*»[64], pois a sua estratégia baseava-se em alterar os seus apoios para cada uma das Potências, com o fim de perceber «(…) *para que lado pendia o prato da balança*»[65], ou seja: sem saber quem ganharia o confronto, Salazar acautelava o regime português, pois «(…) *qualquer inclinação imprudente*»[66] resultaria numa ameaça ao Estado Novo «(…) *ou à própria independência nacional*»[67].

A escolha de uma posição a favor de um dos partidos na Guerra revelar-se-ia uma ameaça ao regime de Salazar, por vários fatores:

[63]In MATTOSO, José. *História de Portugal*, Sétimo Volume, Lisboa Círculo de Leitores, 1994 (1ª edição),«Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)», pág.302.
[64] In SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995. «Salazar e a Guerra» (1ª edição), pág.82.
[65]*Ob.Cit*. pág.82.
[66]In MATTOSO, José. *História de Portugal*, Sétimo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994 (1ª edição),«Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)», pág.301
[67]*Ob. Cit*., pág. 301

Portugal mantinha com a Inglaterra, o seu «*velho aliado*»[68], uma relação delicada, visto que, se afrontasse a «*grande potência marítima e colonial*»[69], as colónias portuguesas estariam em causa; sem pôr em causa a amizade luso-britânica, Portugal continuaria a beneficiar do conhecimento naval inglês e podia apostar na reconstrução da nossa marinha, pois «(…) *foi a Inglaterra que apoiou desde o início a reconstrução da marinha*»[70].

No entanto, ao apoiar a Inglaterra na Segunda Guerra Mundial, Salazar correria o risco dos ingleses utilizarem as colónias Portuguesas para negociar com a Alemanha: «*Não era a primeira vez que os ingleses negociavam a cedência das colónias portuguesas*»[71].

Portugal afigurava-se um país aliciante para ambas as potências, devido à sua posição geográfica e estratégica. Além disso, era um país a contactar pelos beligerantes de cada lado, até pelo «*(…) facto de ser um dos poucos países neutros da Europa*»[72].

Na verdade, a neutralidade de Salazar foi uma "neutralidade colaborante". Por um lado apoiava a Alemanha, «*Salazar ajudava Hitler*»[73], temendo até que esta potência poderosa pudesse invadir o território Português. Por outro lado, o tipo de autoritarismo antiliberal e anticomunista preconizado por Hitler iria de encontro à permanência de Salazar no poder, por oposição aos regimes liberais e democráticos.

Contudo, no período terminal do conflito, Oliveira Salazar - percebendo que a força dos Aliados se encontrava em vantagem - passou a colaborar com a Inglaterra, deixando para trás a sua cooperação com a Alemanha, visto que, como «*Hitler estava a perder*»[74], continuar a favorecer esta potência seria prejudicial para o regime. A 8 de maio de 1945, após a rendição governo alemão, Salazar afirmou que «(…) *do nosso contentamento está em que a Inglaterra se encontra entre, e no primeiro plano, das nações vitoriosas*»[75].1

[68]In SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995, «Salazar e a Guerra» (1ª edição), pág.81.
[69] *Ob. Cit.*
[70]In TELO, António José, P*ropaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*, Perspectivas& Realidades, Lisboa, 1990 (1ª edição), pág.83
[71]In SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995, «Salazar e a Guerra» (1ª edição), pág.81
[72]In TELO, António José, P*ropaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*, Perspectivas& Realidades, Lisboa, 1990 (1ª edição), pág.83
[73]In SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995, «Salazar e a Guerra» (1ª edição), pág.83.
[74] In SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995. «Salazar e a Guerra» (1ª edição), pág.84.
[75] *Ob. Cit*.

## 1. 2. Conjuntura e Balança Comercial durante a Guerra

Durante o período de 1939-45, Portugal encontrou na situação de guerra uma forma de assegurar a sua posição colaborante, desenvolvendo indústrias necessárias para os exércitos, como a do volfrâmio e de conservas[76], modo de alimentação dos soldados combatentes. Assim, desenvolveu a indústria interna e enriqueceu com as exportações feitas. Apresentamos, assim, tabelas e gráficos relativos às exportações, importações e à produção de artigos para auxiliar as duas principais frentes de guerra.

**Evolução Percentual das Principais Exportações em Contos**

| | ***1938*** | ***1941*** | ***1942*** | ***1943*** | ***1944*** | ***1945*** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Volfrâmio*** | 1,5 | 18,1 | 32,5 | 20,9 | 10,0 | ____ |
| ***Vinhos/aguardentes*** | 20,4 | 6,1 | 6,9 | 8,8 | 15,8 | 10,2 |
| ***Conservas*** | 17,0 | 17,5 | 10,5 | 22,4 | 21,2 | 17,3 |
| ***Cortiça em obra*** | 4,2 | 6,0 | 5,7 | 4,3 | 6,1 | 7,5 |
| ***Algodão-fio/tecido*** | 7,3 | 7,8 | 5,9 | 6,2 | 7,1 | 12,7 |

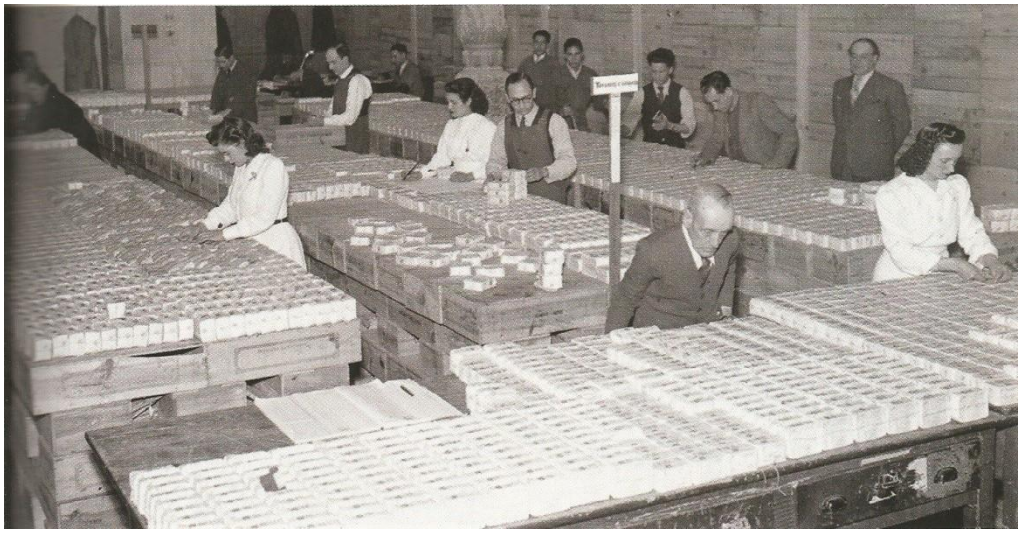
In TELO, António José, Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945, Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição)

Nesta tabela, observamos que a indústria com o valor mais elevado de exportações é a do volfrâmio, começando com um aumento significativo entre 1938 e 1941, passando a atingir um pico de 32,5 % em 1942, mantendo-se numa posição constante a partir daí. A cortiça revela-se a indústria com menos exportações nos anos em questão. A indústria que assiste a uma dificuldade algo elevada será a têxtil (destacado aqui o algodão-fio e o tecido), devendo-se a condições adversas que a mesma assiste, tendo «(…) *como principal problema a falta de matéria prima e os cortes de energia*»[77], conduzindo à baixa exportação que se assiste durante estes anos com maior depressão no ano de 1942, com apenas 5,9 % em exportações.

As conservas de peixe revelam-se como a «(…) *principal indústria de exportação durante a guerra*»[78], com níveis extraordinários de trabalhadores e de fábricas,

[76]Exemplo destas indústrias anexado na pág.18.
[77]In TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945*, Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição), pág.25
[78]In TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945*, Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição), pág.25

assinalando-se «(…) *em 1945 cerca de 20 000 trabalhadores em 246 fábricas*»[79]. O pessoal de trabalho era predominantemente feminino e infantil, com «(…) *horários de trabalho* [que] *podem ir de 10 a 13 horas, com dia de descanso semanal*»[80].



Fábrica de Conservas Portuguesa durante o período bélico da Segunda Guerra Mundial
In VIEIRA, Joaquim. *Portugal Século XX Crónica em Imagens 1940-1950*, Círculo de Leitores e Autor, 2000 (Edição nº4089), pág. 49

**Produção de Conservas de Peixe**
(em 1000 t)

| | ***1938*** | ***1939*** | ***1940*** | ***1941*** | ***1942*** | ***1943*** | ***1944*** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Sardinha*** | 33,4 | 37,3 | 46,8 | 38,1 | 38,5 | 38,7 | 29,9 |
| ***Similares*** | 5,0 | 4,1 | 3,5 | 6,3 | 10,4 | 9,0 | 7,9 |
| ***Atum*** | 0,8 | 0,9 | 1,2 | 1,2 | 1,6 | 2,1 | 1,1 |
| ***Total*** | 39,2 | 42,3 | 51,5 | 45,6 | 50,5 | 49,8 | 38,9 |

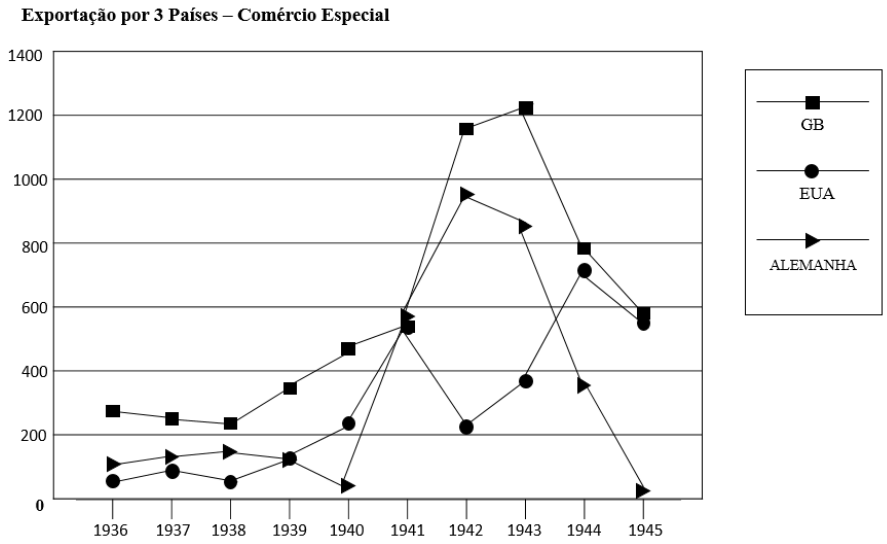
[79]*Ob.cit.*
[80]*Ob.cit.*

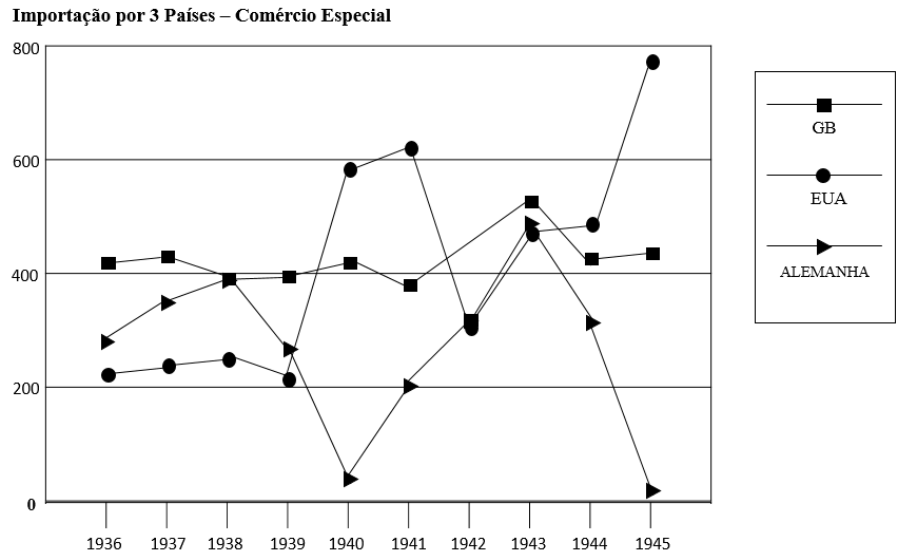
**Exportação de Conservas de Sardinha**
(em 1000 t)

| | *1938* | *1939* | *1940* | *1941* | *1942* | *1943* | *1944* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Total*** | 30,4 | 40,7 | 36,2 | 49,9 | 32,9 | 37,5 | 33,5 |
| ***Alemanha*** | 10,4 | 9,9 | ____ | 11,4 | 19,0 | 18,4 | 9,0 |
| ***GB*** | 4,6 | 14,6 | 17,2 | 23,6 | 7,1 | 17,2 | 20,7 |
| ***EUA*** | 1,7 | 3,1 | 4,6 | 1,8 | ____ | 0,1 | 0,7 |

In TELO, António José, Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945, Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição)

As conservas de peixe possuíam níveis de produção constantes e elevados ao longo dos anos em questão (de 1938 a 1944), com níveis de exportação bastante elevados e muito próximos do próprio nível de produção. Ao percorrermos as tabelas e gráficos destas páginas, constatamos que Grã-Bretanha foi o país que recebeu mais exportações de conservas portuguesas, logo a seguir a Alemanha. Os EUA estão presentes como importadores, mas num número muito menor.






In TELO, António José, Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945, Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição), pag 24

Assim, «*O comércio externo conhece uma situação única durante a guerra, com três anos de saldos positivos da balança comercial*»[81], como os gráficos comprovam. Atribui-se este facto a um grande aumento da tonelada exportada, começada por «(…) *um modesto valor de 743 escudos em 1938 […], sobe espectacularmente para 1436 escudos em 1940 […], 6395 em 1942 e um incrível máximo de 8151 escudos em 1943*»[82], dado em contraste com os níveis de importação que constituem apenas «(…) *cerca de 1/4 desse valor*». Segundo António José Telo[83], o volfrâmio é o principal produto exportador que influencia esta posição tão favorável para a balança comercial em Portugal, devido ao seu aumento extraordinário de preço, o que pode ser comprovado na tabela que apresentámos anteriormente.

Em síntese, conseguimos observar uma balança comercial extraordinariamente positiva, durante os anos do conflito, com principais compradores presentes nas duas Frentes de Guerra, deixando Portugal numa posição economicamente favorável na sua "neutralidade", aparentemente equidistante, mantendo-se todo um espaço de manobra e de sobrevivência para o regime de Salazar.

[81]In TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945,* Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição).
[82]In TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945,* Vega, Lisboa, 1991 (1ª edição).
[83]Referente à obra *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945.*

# 2. Evidências Ditatoriais no Portugal dos anos 30 e 40 do Século XX

Neste capítulo, iremos observar o Regime Salazarista Português numa fase de transição clara de uma neutralidade equidistante para colaborante, revelada pela forma como era transmitida a propaganda dos beligerantes: sobressaíram as preferências ideológico-políticas pelo regime Nazi, tal como demonstraremos.

De seguida, iremos assistir ao impacto dos acontecimentos mundiais na vida dos cidadãos portugueses, destacando os alunos dos Liceus em Portugal, em especial com o caso do Liceu Camões.

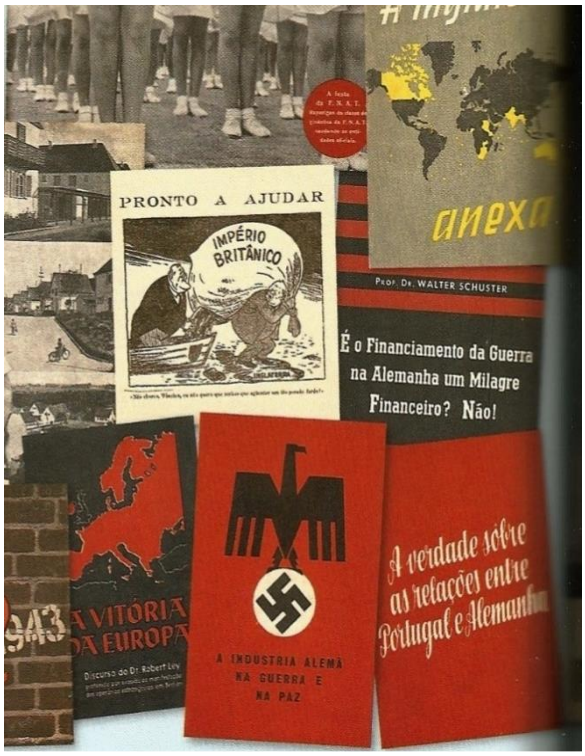
## 2.1. Propaganda Alemã e Inglesa em Portugal

A propaganda foi um instrumento muito importante usado pelas Frentes de Guerra: de uma maneira ou de outra, o esforço dos beligerantes era no sentido de influenciar Portugal; a propaganda visava formar opiniões contra ou a favor dos Aliados, contra ou a favor do Eixo. Os beligerantes «(…) *sabiam que os apoios dependiam da imagem que tivessem nos diferentes públicos, e esta era formada essencialmente por um fator: os recursos empenhados na propaganda*»[84].

Ao tomar uma posição neutral, mas colaborante, Portugal era visto como uma fonte de apoios para ambos os atores de guerra, razão pela qual a Alemanha e a Inglaterra «bombardearam» a população Portuguesa com propaganda[85]. Em crescendo, Portugal recebia e exibia anúncios ingleses e alemães, o que correspondia a uma posição neutral perante as forças centrais da Segunda Guerra Mundial. As duas imagens que se seguem são disso exemplo.

[84] InTELO, António José, P*ropaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*, Lisboa, Perspectivas& Realidades, 1990 (1ª edição), pág.11

[85]Exemplo de propagandas anexadas nas págs.16 e 17.



In VIEIRA, Joaquim. *Portugal Século XX Crónica em Imagens 1940-1950,* Círculo de Leitores e Autor, 2000 (Edição nº4089), págs. 38 e 39

Nos anos 30 e 40 do século XX, Portugal experimentou uma mudança de mentalidades em parte justificada pela entrada de propaganda que, mesmo sendo submetida à política da censura, era explícita e fascinante, pois trazia para um país fechado e oprimido uma nova imagem do mundo: até 1939, era um «(…) *mundo filtrado em grande parte pelos meios de informação estreitamente controlados pelo regime*»[86].

Referimo-nos à introdução de «(…) *jornais, revistas, panfletos, cartazes, folhetos e livros»*, enquanto *«(…) simultaneamente, os novos meios técnicos - a rádio e o cinema - ultrapassam a fronteira e chegam a Portugal com mensagens diferentes e impossíveis de controlar*»[87]: novos pensamentos, diferentes hábitos e quotidianos entraram no país e influenciaram os portugueses, que até aí viviam num «casulo», protegidos de influências exteriores e da publicidade estrangeira. As peças de "atualidades" que abriam as sess~oes de cinema, o forte papel da rádio, as revistas e a publicidade chegavam a todos, mesmo àqueles que eram analfabetos (e eram muitos…).

[86]*Ob.cit*, pág.13
[87]In TELO, António José, P*ropaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*, Perspectivas& Realidades, Lisboa, 1990 (1ª edição), pág.13

A propaganda beligerante necessitava de controlo, pois era mantida uma face neutral perante o conflito mundial. No âmbito da neutralidade colaborante, «(…) *tudo em Portugal era etiquetado em termos dos dois grandes blocos que se digladiaram*»[88], em que cafés, hotéis, jornais «(….) *eram divididos em seguros, neutros e inimigos*»[89], o que se coadunava com a entrada, o tráfico e a saída de militares e agentes estrangeiros do país, sem que daí surtisse qualquer sobressalto ou conflito diplomático.

Os principais órgãos encarregados do controlo da propaganda procediam «(…) *com o objetivo de manter a neutralidade e impedir influências negativas e perigosas em importantes sectores sociais*»[90]: Eram o «*Secretariado de Propaganda Nacional e os Serviços de Censura, com a colaboração das polícias e da alfândega*»[91].

A Censura não era indiferente à propaganda das duas Frentes de Guerra. Regulada pelos militares, mantinha «(…) *um controle estreito sobre a imprensa, quer central, quer regional*»[92]. Assim, tudo o que era dirigido para publicação tinha de ser «(…) *previamente apresentado à Censura*»[93], e sofria então cortes de acordo com os interesses do regime.

A Censura, numa fase inicial, mantinha um perfil neutral, como o país, para evitar possíveis desentendimentos com as duas nações beligerantes. Este facto foi facilmente ignorado, tanto pelas nações que enviavam a sua propaganda, como pela própria Censura, observando-se, então, «*desde 1939*», que existia uma «(…) *simpatia pelos aliados na maior parte dos grandes jornais*»[94]. Enquanto a Censura zelava pelas ordens do Governo na senda da diplomacia, autorizava *«(…) notícias e fotografias provenientes das agências do Eixo*»[95].

Mais: certa imprensa nacional revelava um apoio evidente a Hitler. «*Os jornais portugueses publicavam integralmente as "Proclamações" do Fuhrer*»[96]. A Rádio foi também muito utilizada para a propaganda, sendo transmitidos discursos de Hitler, «*através do apoio descarado prestado pela Rádio Clube Português, pela Rádio*

[88] *Ob.cit* ,pág.11
[89] *Ob.cit.*
[90] *Ob.cit,* pág.15
[91] *Ob.cit.*
[92] *Ob.cit.*
[93] *Ob.cit.*
[94] *Ob.cit,* pág.16
[95] InTELO, António José, P*ropaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*, Perspectivas& Realidades, Lisboa, 1990 (1ª edição), pág.16
[96]In SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995. «Salazar e a Guerra» (1ª edição), pág.83

*Renascença e pela Emissora Nacional*»[97].

Em suma: apesar das notícias, a neutralidade suportada por Salazar não significou uma alteração de regime, que prosseguiu com a Censura, em clima de medo e de repressão.

## 2.2 O Papel da Oposição na Política de Neutralidade: o MUD

O Movimento de União Democrático foi fundado a 8 de outubro de 1945, por um grupo de democratas, com o objetivo de ser oposição legal ao governo fascista. É travada uma luta contra a opressão sentida no quotidiano da população portuguesa e a favor de eleições livres.

O MUD foi fundado por Mário de Lima Alves, Teófilo Carvalho Santos, Manuel Mendes, Gustavo Soromenho, José de Magalhães Godinho, Afonso Costa (filho) e «(…) *aderem depois velhos republicanos como António Luís Gomes, Helder Ribeiro, Santos Silva, Domingos Pereira, Silva Nobre, Maldonado Freitas, Pestana Júnior. Dos novos oposicionistas, Acácio Gouveia, Pinto Barriga, Joaquim de Carvalho, Azeredo Perdigão, Jaime Gouveia, Mário de Castro, Adelino da Palma Carlos e Carlos Sá Cardoso*»[98]. Foi uma organização legal até 1 de maio de 1948, apesar das fartas dificuldades que encontrou para se exprimir e apresentar aos portugueses.

O exemplo desta nova tendência oposicionista desceu ao próprio Liceu Camões, conforme fonte que iremos abordar de seguida: trata-se de breve apresentação pública do MUD, na altura com um mês de existência, que revela que esta união ainda era precária. O reitor informou os professores de uma possível infiltração do Movimento no liceu. Em oposição à política de Salazar, o MUD combatia, também junto do público escolar, o confinamento ditatorial e as suas leis.

### 2.2.1. O Caso do Liceu Camões: a Repressão nas Escolas

O documento recolhido no Arquivo do Liceu Camões, que data 20 de novembro de 1945, apresenta-se como um exemplo da evidente opressão e contenção de liberdade

[97] *Ob.cit.*
[98] In http://www.politipedia.pt/movimento-de-unidade-democratica/

de escolha presente nas escolas no período em que Salazar apregoava a neutralidade. A posição diplomática oficial não amortizou a repressão que vinha desde a implantação do Estado Novo.

Devido aos recetores da carta («*Ex.mos Snrs. Professores do Liceu*»[99]) e a forma como os acontecimentos são referidos, conseguimos deduzir uma situação em que um ou vários professores seriam simpatizantes ou militantes do Movimento de União Democrática. O reitor utiliza, então, como argumento, que esses professores estariam mobilizados na tentativa de angariar apoiantes entre os alunos: «(…) *são crianças de 11 a 12 anos, alguém se permitiu perguntar-lhes se eram simpatizantes ou aderentes ao Movimento de União Democrática*»[100]). Para o reitor, este era um ato de desrespeito à lei e à declaração assinada pelos professores no "Auto de Posse"[101]: Apesar de ser pouco provável o recrutamento entre os alunos, a julgar pela idade que tinham, o reitor Manuel Duarte Frazão, replicava, assim, o esforço do regime, de conter qualquer tipo de organização e de opiniões políticas democráticas.

Após o fim do conflito, o regime português tenta «manter» a sua posição neutral, simulando uma abertura política e anunciando eleições livres. A propósito, está a célebre frase de Salazar, numa entrevista para os jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, no dia 14 de novembro de 1945, «*Considero as próximas eleições tão livres como na livre Inglaterra*».[102] Organizada no MUD, a Oposição permitiu-se observar uma liberdade que depressa se revelou «falsa», já que sem o desgaste da derrota dos fascismos, o regime sobreviveu ao desfecho da Guerra. Ora, este documento revela o "microcosmo" desta sobrevivência, em que professores seriam penalizados por aderir e tentar propagandear as ideias de democracia.

Observamos então o reforço da ideia, esclarecida anteriormente, da neutralidade colaborante que coexiste com a orientação política do Estado Novo, no sentido em que a liberdade de escolha política, neste caso, é proibida e controlada, com o argumento de que a "política" é coisa imprópria para ser introduzida no liceu: «*Sem de qualquer modo pretender coartar a quem-quer-que-seja o direito incontestável de cada um ter em política as opiniões que entenda, parece-me que tal se não compadece com as boas*

[99]Excertos retirado do documento anexado nas págs. 19 e 20.
[100]*Ob. Cit.*
[101] Os professores ao exercerem o seu cargo, eram obrigados, previamente, a assinarem um Auto de Posse, onde afirmavam serem apoiantes do Regime Salazarista, mesmo não sendo. Consequentemente, os Reitores informavam o ministério sobre possíveis atividades políticas e manifestos contra o sistema político.
[102]In http://www.fmsoares.pt/

*normas a seguir num Estabelecimento do Estado, por funcionários cuja missão deve ser fundamentalmente ensinar e educar*.».

Com este exemplo, podemos colocar a hipótese de que terão ocorrido situações semelhantes a esta, ou seja, a contenção de manifestos e manifestações de opinião própria, em várias escolas portuguesas, nos anos em questão. Segundo Sarah Adamopoulos, «*Portugal começava, no final dos anos 40, a conhecer uma cada vez maior repressão a todas as formas de oposição ao regime. Nos liceus e nas faculdades, os professores cujos nomes estavam ligados ao MUD (Movimento de Unidade Democrática, criada em 1945) são afastados*»[103].

[103] ADAMOPOULOS, Sarah; VASCONCELOS, José Luis Falcão de, *Liceu de Camões: 100 anos 100 testemunhos*, Quimera Editores, Lisboa, 2009 (1ª edição), «País Absorto», pág. 109.

# Conclusão

A questão que colocámos no início deste trabalho foi a crédito da neutralidade portuguesa ao longo dos anos em que decorreu a Segunda Grande Guerra e como esta conviveu com as mesmas práticas repressivas mormente na vida nas escolas portuguesas, com destaque para o Liceu Camões.

Observámos, então, uma neutralidade de carácter colaborante, criada com o objetivo de manter salvaguardado o regime salazarista. Salazar colaborou com as duas frentes de guerra, através da divulgação de propaganda dos beligerantes, mas também da exportação de conservas e de volfrâmio. Soou uma simpatia ideológica pelo Eixo, porém não se deixou para trás os Aliados, sempre com o intuito de "saber durar".

Todo este ambiente se fez sentir também na vida das escolas, o que o documento apresentado parece confirmar: depois da neutralidade e da vitória dos Aliados, a esperança de que o regime de Salazar cedesse aos ventos da História. É neste contexto que surge o MUD. Passados meses, voltava a perseguição a quem tentava divulgar as ideias do movimento oposicionista: o facto de todos os professores continuarem a ter assinar o auto de fidelidade ao Estado Novo são prova de que o regime se manteve intacto.

# Bibliografia


**Obras Gerais**

- ADAMOPOULOS, Sarah; VASCONCELOS, José Luis Falcão de, *Liceu de Camões: 100 anos 100 testemunhos,* Lisboa, Quimera Editores, 2009 (1ª edição), «País Absorto»;
- MATTOSO, José. *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994 (1ª edição), Sétimo volume, «Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)»;
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945*,Lisboa, Vega, 1991 (1ª edição);
- Idem, P*ropaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1990 (1ª edição).

**Monografias**

- SAMPAIO, Maria Teresa. *A Segunda Guerra Mundial*, Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995. «Salazar e a Guerra» (1ª edição).

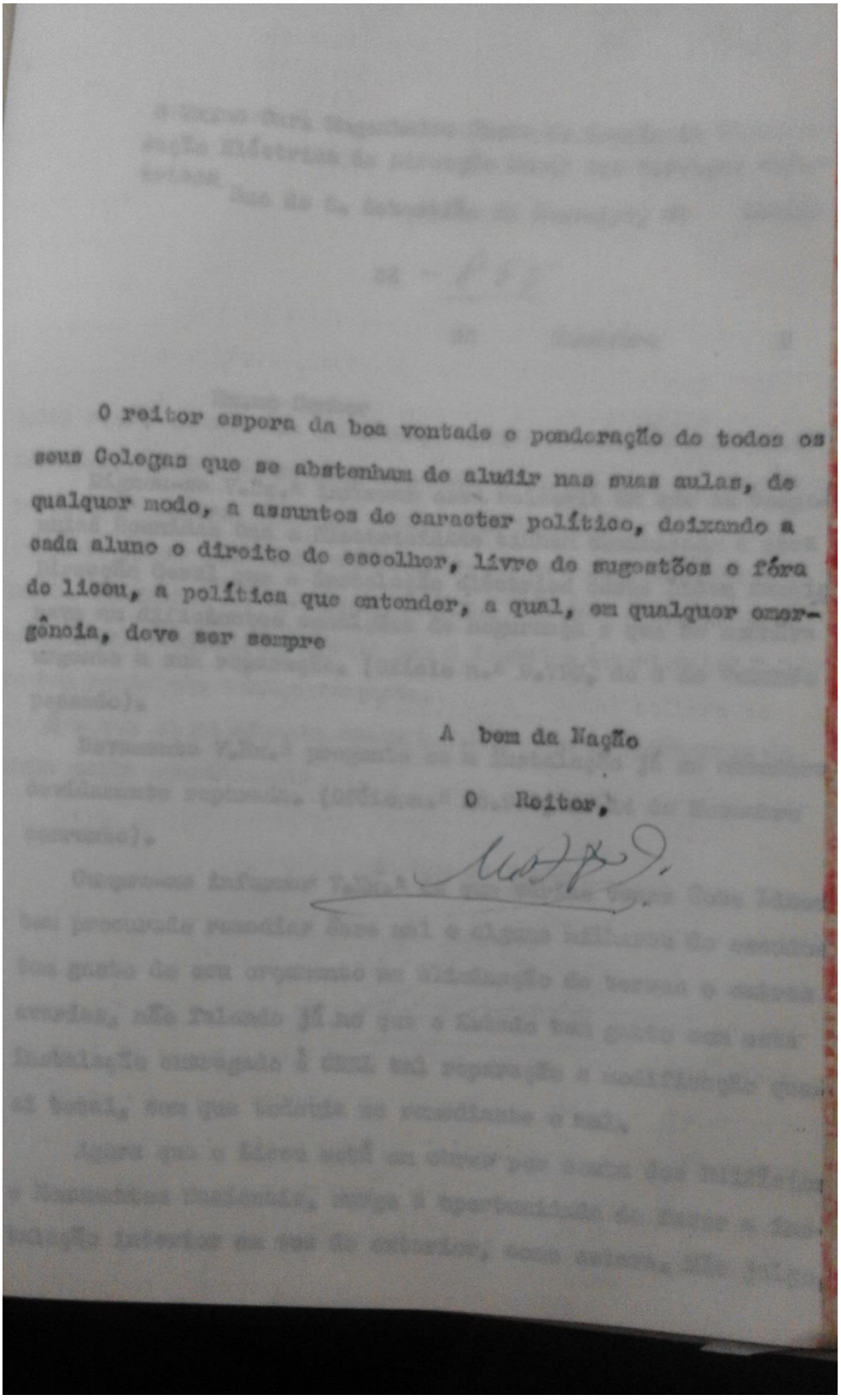
**Links**

- ABRANTES, Domingos, «O MUD, a unidade antifascista e o PCP», consultado a 24/4/2016, in http://dorl.pcp.pt/.
- «MUD – Movimento de Unidade Democrática (1945)», consultado a 24/4/2016, in http://www.politipedia.pt/.

**Fontes**

- VIEIRA, Joaquim. *Portugal Século XX Crónica em Imagens 1940-1950,* Lisboa, Círculo de Leitores e Autor, 2000 (Edição nº4089).
- Arquivo Histórico Escola Secundária de Camões, Copiador, ano de 1945, Vol. 34, Ofício 854, 20 de novembro de 1945.

# Anexo



O reitor espera da boa vontade e ponderação de todos os seus Colegas que se abstenham de aludir nas suas aulas, de qualquer modo, a assuntos de caracter político, deixando a cada aluno o direito de escolher, livre de sugestões e fóra do liceu, a política que entender, a qual, em qualquer emergência, deve ser sempre

A bem da Nação

O Reitor,

# PORTUGAL E OS EUA PERANTE A QUESTÃO ULTRAMARINA (1968-1974)

Professora: Cecília Cunha

Tutor: Doutor Rui Lopes

João Tomé Mendonça

12ºL

# Índice

Introdução....55
1. À laia de contextualização - Portugal no tempo de Marcello Caetano (1968-1974)....58
2. "Orgulhosamente sós" na cena internacional ou a permanência duma política colonial61
2.1.As diferentes posições das administrações americanas (1961-1974) 63
2.1.1.A avaliação do Congresso Americano sobre o cumprimento do embargo....66
3.O Acordo dos Açores (1971) e a sua importância?....71
Conclusão....72
Bibliografia Classificada....73
Anexos....77

# Introdução

A Guerra Colonial (1961-1974) envolveu vários fatores e cenários, entre os quais devemos destacar o universo das relações diplomáticas: além das posições do regime, no plano interno e de extração ultramarina, estão as diversas formas e posições dos países, entidades e personalidades internacionais, como foi o caso da ONU e sem descurar o protagonismo de Washington.

Assim, o nosso trabalho examinará as relações luso-americanas no período que foi da subida ao poder de Marcello Caetano – 1968 – até 1974, data da queda do regime. A nossa escolha corresponde a uma etapa da Guerra e das relações de Portugal com a comunidade internacional plena de casos, logo tomámos como central a fonte …

A fonte, Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973, é um documento realizado pelo Congresso americano em plena Administração Nixon, e recorre a uma série de audiências, tanto a representantes dos diversos departamentos do governo norte-americano, mas também de jornalistas e de relatórios externos, com o fim de expor as relações entre as duas nações atlânticas desde da implementação do embargo de armas de 1963.

Lançamos, pois, a seguinte problemática central:

Qual a evolução das relações diplomáticas luso-americanas no período marcelista?

O tema que apresentamos neste trabalho compreende-se entre 1968, aquando da subida ao poder de Marcello Caetano, e 1974, data que o regime ditatorial é derrubado em Portugal. Examinando as relações luso-americanas.

Para tanto, tomou-se como central a fonte Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973, e lança-se a seguinte problemática central:

**Qual era o estado das relações diplomáticas luso-americanas, em especial, no período marcelista?**

Partimos desta problemática e chegamos ao desdobramento da problemática central em:

- Qual o ponto da situação política, económica e colonial durante a época marcelista?
- Quais as posições das administrações norte-americanas sobre o Império português e a Guerra Colonial no período de 1963-1974?
- Que Presidentes norte-americanos se mostraram mais benevolentes com a vertente colonial do regime e quais foram os que tomaram atitudes contraditórias à retórica de Lisboa?
- Qual o papel da ONU e do Movimento dos Não-Alinhados na condenação do colonialismo português?
- Qual a posição do governo português perante os vários apelos à descolonização feitos, tanto pela comunidade internacional, como pelos EUA?
- O que representa o Acordo dos Açores de 1971?

A nossa metodologia levou-nos a visitar o CIDAC (Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral) para a recolha de documentação, pesquisa online das obras indicadas pelo tutor, Doutor Rui Lopes, nas bibliotecas municipais, consulta de algumas obras na Biblioteca-Museu República e Resistência e a Biblioteca de São Lázaro.

Encontramos algumas dificuldades, principalmente quanto à fonte, visto que esta se encontra em inglês, podemos também apontar que o documento se encontra repleto de referências a inúmeros memorandos e decretos-lei que desconhecíamos. Para ultrapassarmos estas arduidades tivemos de recorrer a uma consulta dos memorandos e decretos-lei.

**Agradecimentos**

À minha família pela ajuda incondicional!

À Professora Cecília Cunha pela oportunidade e pelo apoio.

Ao Instituto de História Contemporânea por acompanhar esta pesquisa.

Ao meu tutor, o Professor Doutor Rui Lopes pelo acompanhamento e disponibilidade.

# 1. À laia de contextualização - Portugal no tempo de Marcello Caetano (1968-1974)

Para podermos analisar as relações diplomáticas luso-americanas, temos de começar por referir os traços essenciais da política marcelista: como era Portugal aquando da nomeação para Presidente do Conselho de Ministros do professor Marcello Caetano? Em concreto, qual a situação económica e política do país neste período?.

Marcello Caetano herda da governação salazarista um país economicamente atrasado face à Europa Ocidental, embora a política de autarcia e nacionalismo económico estivesse ultrapassada.

Portugal já tinha aderido a uma série de instituições de cariz económico e financeiro, tais como, o Fundo Monetário Internacional (FMI) [1960][104], o GAAT (1962)[105], o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (1962)[106]. A entrada da nação em organismos reguladores da economia mundial e por consequência a aceitação das regras de comércio internacional, levou à liberalização da economia, à queda de muitos dos condicionalismos e a aproximação da Europa, sendo que o intervalo de tempo entre 1960 e 1974, marca o abandono da autarcia em favor da liberalização económica e de uma lenta inclusão no projeto europeu[107].

A "abertura à Europa" é visível através da adesão à EFTA (1960)[108], o que permitiu um aumento das exportações portuguesas[109].

Será então Marcello Caetano que irá negociar com a Comunidade Económica Europeia um acordo comercial, sendo o mesmo assinado em 1972, demonstrando assim a tentativa de convergência à Europa na fase final do Estado Novo

Durante o período de governação marcelista o peso da agricultura foi diminuindo chegando em 1973, a ter o seguinte peso na economia: "contribuía com 16% para o PIB e ocupava 34% da força de trabalho"[110]

[104] AAV, *História Económica de Portugal 1143-2010*, 2014, 3ª Edição, A esfera dos livros, Lisboa pp. 390
[105] *Idem*
[106] *Idem*
[107] Corkill, David, «O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp.
[108] *Idem*
[109] *Idem*

O desenvolvimento económico das colónias levado a cabo pelos planos de fomento e pela criação do «espaço económico português». Esta zona económica manteve as indústrias pouco competitivas, perpetuou os comportamentos desfasados no tempo e preservou uma classe empresarial que fundamentava as suas ações na ajuda estatal[111].

Politicamente falando Marcello Caetano tentou uma tímida liberalização do Estado, através da denominada "Primavera Marcelista".

Esta liberalização focou-se em três aspetos, políticos, sociais e educacionais.

As reformas políticas, das quais podemos destacar a realização de eleições em Outubro de 1969, onde foi permitido a participação da oposição no ato eleitoral. E o retorno de Mário Soares, conhecido opositor do Estado Novo; o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que era crítico das políticas de António de Oliveira Salazar[112].

Do ponto de vista social, o novo projeto do marcelismo permitiu a ampliação das pensões estatais ao mundo rural, houve uma melhoria nas condições dos contratos coletivos e a garantia de autonomia dos sindicatos nacionais, levaram à perceção de uma mudança no regime[113].

A reforma educativa levada a cabo pelo ministro Veiga Simão procurava resolver os problemas impostos pela cada vez maior procura do ensino por classes sociais até então dissociadas do mesmo, a saturação da rede escolar do ensino primário, a pouca acessibilidade do ensino secundário e o facto do ensino superior se encontrar descompensado do seu tempo[114].

As linhas gerais do «Projecto do Sistema Escolar Português» seriam o aumento da escolaridade para oito anos, uma nova estrutura do ensino básico em dois ciclos, cada

---

[110] Corkill, David, «O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp.220

[111] Corkill, David, «O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 225

[112] Rosas, Fernando, «O que foi o marcelismo?» ,AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp.16

[113] *Idem*.

[114] Proença, Maria Cândida, «A reforma educativa de Veiga Simão», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 235

um com quatro anos e a criação de diversos cursos complementares, sendo estes Letras, Ciências, Tecnologias, Estéticas e Artes Aplicadas.

Veiga Simão acreditava também que seria indispensável uma mudança radical no que toca ao ensino superior, que consistia num alargamento do mesmo, um maior grau de variedade de instituições, modernização de cursos, da metodologia e da necessidade do aumento da investigação científica[115].

Todos estes fatores levaram a uma crença de otimismo e liberalização do regime liderado por Marcello Caetano. No entanto, depois das eleições de 1969 esta crença num período transitório para uma democracia foi frustrada e interrompida até à queda do regime[116], podemos assim afirmar que o "epicentro" do regime continuou a ser a "questão ultramarina" e que a negação de soluções políticas fora de um contexto de guerra levou à descrença e frustração acima referida.

O descontentamento com o regime atingia ainda as altas patentes das Forças Armadas, com especial foco para as posições dos Generais Costa Gomes e Spínola, este último autor de uma obra *Portugal e o Futuro*, que reiterava que «a vitória exclusivamente militar é inviável»[117], note-se que esta crítica é feita por um General que combatera no terreno (Guiné) e um dos mais prestigiados da nação.

[115] Proença, Maria Cândida, «A reforma educativa de Veiga Simão», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 245

[116] Rosas, Fernando, «O que foi o marcelismo?» , AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp.16

[117]Rezola, Maria Inácia, «As Forças Armadas, os capitães e a crise final do regime», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 356

## 2. “Orgulhosamente sós” na cena internacional ou a permanência duma política colonial

Para além daquilo a que chamaremos a permanência de uma opção colonialista, na continuidade da ideologia e política salazarista, o problema colonial não se confinou a uma correlação de forças e de desgaste internos: tornou-se um tema transnacional, com as várias organizações supranacionais a manifestarem-se sobre conflito nas três principais frentes de Guerra e a tomarem posições nos diferentes palcos internacionais.

Na verdade, Portugal era a última potência imperial europeia que no final da década de sessenta ainda mantinha domínios ultramarinos e que se opunha com firmeza à autodeterminação dos territórios coloniais africanos.[118]

No entanto, Portugal, ainda se baseava nalguns apoios, assim como jogava com certas omissões que se mantiveram ainda após o término do mandato de Kennedy: o governo português contava com o apoio firme dos três membros ocidentais do Conselho de Segurança; os EUA, o Reino Unido e a França eram as nações que - aquando da apresentação de resoluções mais adversas a Portugal - tomavam posições de defesa do nosso país. No entanto, estas posições eram mais influenciada pelo contexto da guerra fria do que formatadas por apoios às políticas coloniais de Portugal[119].

Por outro turno, Portugal aderiu à ONU em 1955: esta entrada tardia deveu-se ao não reconhecimento do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas[120], sobre os territórios não-autónomos que o país possuía (Goa, Diu, Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé-e-Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique). O Estado português não considerava os territórios a seu cargo “não-autónomos” e delegava para si a autoridade nessas províncias.

Como sabemos, as Nações Unidas tomaram posições contra à retórica de Lisboa sobre os seus territórios ultramarinos. Esta “guerra” diplomática viria a ser combatida nas mais altas instâncias internacionais, o que, por sua vez, levou à condenação das atitudes colonialistas e neocolonialistas de Portugal através da aprovação de resoluções

[118] Oliveira, Pedro Aires, «Política externa», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 304-305

[119] Oliveira, Pedro Aires, «Política externa», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 304-305

[120] Encontra-se transcrito em anexo

na Assembleia Geral. Dezenas de resoluções censuravam as políticas coloniais portuguesas, com destaque para duas, a número 1514 e a número 1543.

A resolução 1514 de dezembro de 1960, afirma que todos os povos têm o direito à autodeterminação, condenando o Colonialismo e todas as suas formas. No mesmo documento a ONU reitera que a existência do colonialismo previne a cooperação económica, impede o desenvolvimento social, cultural e económico dos povos e opõem-se ao ideal de paz universal das Nações Unidas[121].

Acreditava-se que os processos de libertação são irresistíveis e irreversíveis, consequentemente tornam-se legítimos para o caminho à autodeterminação[122].

A Assembleia Geral declarava ainda que qualquer forma de submissão dos povos a exploração e dominação chocava com os valores da Carta das Nações Unidas. Clamava-se que "Todos os povos têm direito a autodeterminar-se"[123].

O quarto e quinto ponto da resolução e os que tocam mais diretamente a Portugal afirmam, que todas as ações armadas ou repressivas de qualquer tipo dirigidas contra os povos dependentes devem cessar, para que os mesmos possam exercer pacificamente e livremente o seu direito de completar a sua independência, a sua integridade territorial do seu território; no quinto ponto a Assembleia Gral que devem ser tomadas medidas imediatas, pela Organização dos Territórios Não-Autónomos para transferir o poder para as pessoas do território em causa, sem reservas , e sem nenhuma distinção por raça, crenças e cor para que todos possam usufruir de total independência e liberdade[124].

Na resolução número 1542 de dezembro de 1960 a Assembleia Geral das Nações Unidas informa Portugal que não tendo transmitido até à data informações sobre os seus territórios, considera-os segundo o capítulo XI da Carta das Nações Unidas como territórios não-autónomos, estes territórios são: o arquipélago de Cabo Verde; Guiné Portuguesa; São Tomé e Príncipe e as suas dependências; São João Batista de Ajuda; Angola incluindo o enclave de Cabinda; Moçambique; Goa e as suas dependências; Macau; Timor.

[121] A resolução número 1514 encontra-se em anexo.
[122] *Idem*
[123] *Idem*
[124] *Idem*

Isto significava que todos estes territórios ficavam com o estatuto de territórios não-autónomos, o que levava á legitimidade da luta de libertação segundo a resolução número 1514.

## 2.1.As diferentes posições das administrações americanas (1961-1974)

Durante o período de 1961 e 1974 a Casa Branca foi ocupada por três presidentes, John F Kennedy, Lyndon B. Johnson e Richard Nixon, tendo cada um tomado atitudes diferentes perante a questão ultramarina portuguesa. Nos pontos que se seguem abordaremos, em específico, duas delas, a posição do Presidente Kennedy e do Presidente Nixon, visto que estas são antagónicas.

Em 1961, John F. Kennedy é empossado Presidente dos Estados Unidos da América. Quase simultaneamente, eclode em Angola o conflito armado. Este novo líder dos EUA, tem uma nova visão sobre a política externa a empreender na África Meridional. As suas diretrizes vão contra a retórica de Lisboa, que vê os territórios africanos e não só, como parte integral de Portugal. O Presidente americano deixou de apoiar o regime ditatorial nas instâncias internacionais, em concreto, no Conselho de Segurança da ONU, esta posição tornou-se evidente quando a resolução 163[125] (1961) foi apoiada tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética[126]. Através desta resolução, o órgão da instituição internacional condenava as ações repressivas de Portugal no território angolano e pedia ao regime para atuar de acordo com as resoluções tomadas pelo mesmo órgão a resolução 1514[127]. Durante todo o mandato do Presidente Kennedy Portugal sentiu dificuldades. No contexto da guerra fria, era a principal potência ocidental que criticava o colonialismo português na ONU.

Em 1969, Richard Nixon foi investido no cargo de Presidente dos Estados Unidos da América, trazendo uma nova visão sobre as relações entre as nações transatlânticas, garantindo ao embaixador português em Washington que "as «injustiças» de que

[125] Encontra-se presente em anexo.
[126] Oliveira, Pedro Aires, «Política externa», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 288
[127] A análise resolução encontra-se na página número sete deste documento.

Portugal fora vítima nos anos anteriores não se iriam repetir sob a sua Administração."[128]. Nixon juntamente com Kissinger – secretário de estado defendiam uma política para a África Meridional, onde Portugal era um aliado fundamental no combate contra a expansão do comunismo [129].

Durante a presidência de Richard Nixon, Portugal desfrutou de uma maior complacência, que não tivera anteriormente, este facto levou a uma maior facilidade[130] de obtenção de ajuda militar e financeira, no entanto ainda existiam limitações e entraves.

Militarmente Portugal sofria de um embargo de armas, pelo que era sobre um pesado escrutínio que existiam transações de armamento. Porém estas existiam, não só devido a Portugal fazer parte da OTAN e de manter forças militares aptas dentro do dispositivo militar da aliança.

Ainda no quadro militar, durante a administração Nixon foi possível observar aumentos na quantidade de militares que receberam treino em instalações americanas. Mais especificamente a diferença entre o período de 1968-1969, visto que houve uma transição de administração em Washington, em 1968 obtiveram instrução 74 militares[131] portugueses de todos os ramos das forças armadas, enquanto que, no ano seguinte o número subira para 130[132], o número quase que duplicou. O que pode significar uma maior disponibilidade da Administração Nixon para facilitar o treino de militares portugueses, quer no âmbito da OTAN, quer até mesmo em guerra antiguerrilha.

Economicamente Portugal recebia ajuda financeira de organismos como o Banco Import-Export e do programa do *Foreign Assistance Act*.

Washington mostrou-se mais compreensível com a questão ultramarina portuguesa durante o período da Administração Nixon. No quadro da ONU, quer no Conselho de Segurança, quer na Assembleia Geral. Procurando abster-se ou até mesmo

[128] Oliveira, Pedro Aires, «Política externa», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 309
[129] Schneidman, Witney W., *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* 2005, Tribuna da História, Lisboa, pp. 164
[130] Moreira de Sá, Tiago, *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Dom Quixote, Grupo Leya, 2016, pp.494
[131] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 89. Encontra-se em anexo.
[132] Idem

votar contra resoluções sobre a política colonial portuguesa[133]. Durante os mandatos pós-Kennedy houve um «desaparecimento» de declarações públicas de responsáveis políticos que tivessem alguma ligação ao problema colonial português[134].

Como já foi referido na análise económica do Estado Novo, o regime beneficiava da existência de interesses estrangeiros nas suas possessões ultramarinas, em especial na província de Angola[135]. Este território português detinha uma série de matérias-primas, entre as quais, a mais importante o petróleo.

O enclave de Cabinda situado a norte do rio Congo e separado do território de Angola era um dos grandes investimentos de transnacionais de exploração de petróleo americanas. A companhia americana Gulf Oil chegou mesmo a ser o maior investidor individual em todos os territórios ultramarinos portugueses.[136] Este comércio fez com que o valor das transações entre Angola e os Estados Unidos da América se para cem milhões de dólares, o que correspondia a mais do dobro que nos anos da administração Kennedy.[137]

Em 1963, sob a autoridade do Conselho de Segurança a Organização das Nações Unidas decidiu declarar um embargo de armas a Portugal. Este ato diplomático foi necessário no ponto de vista da organização internacional, devido aos seguintes fatores Portugal mostrava-se indiferente aos pedidos da ONU, não existia um entendimento sobre a interpretação do conceito de autodeterminação[138] e pelo perigo à paz mundial que o conflito ultramarino Pelo que o Conselho de Segurança manteve as diretrizes da resolução número 1514.

[133] Moreira de Sá, Tiago, *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Dom Quixote, Grupo Leya, 2016, pp.494
[134] *Idem*
[135] Moreira de Sá, Tiago, *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Dom Quixote, Grupo Leya, 2016, pp.498
[136] Schneidman, Witney W., *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* 2005, Tribuna da História, Lisboa, pp. 174
[137] Moreira de Sá, Tiago, *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Dom Quixote, Grupo Leya, 2016, pp.498
[138] A resolução 183 (1963) encontra-se em anexo.

### 2.1.1.A avaliação do Congresso Americano sobre o cumprimento do embargo

Em março de 1973, o Congresso americano toma a decisão de averiguar o cumprimento do embargo (1963) que os Estados Unidos fazem às transições de armamento para Portugal. O órgão invoca os seguintes motivos para a realização das audiências, a investigação das vendas realizadas pelos Estados Unidos às Forças Armadas Portuguesas, incluindo comunicações, transportes, e equipamento de radar; venda de aviões para Portugal; venda de

Esta avaliação é realizada pelo Subcomité sobre Africa do Comité sobre os Negócios Estrangeiros do 93º Congresso americano.

O Comité é composto por quarenta e um congressistas – dos quais vinte e um são democratas e dezassete são republicanos - e o Subcomité é constituído por onze parlamentaristas[139]. Muitos daqueles que compunham o Comité tinham opiniões contra a Guerra do Vietname, por exemplo Benjamin S. Rosenthal, houve ainda alguns que apoiavam a luta de libertação, Charles C. Diggs, Jr.

No início da nossa fonte percebemos uma característica essencial e uma das razões para que as audiências fossem realizadas. Os congressistas americanos presentes temiam o arrastamento da maior potência do bloco ocidental para um conflito igual ao Vietname, e viam os conflitos na África Portuguesa como «pequenos» Vietnames, por isso era necessário expor todo o envolvimento dos EUA com Portugal[140].

Todo o equipamento – armas, munições, aviões, veículos, peças suplentes, etc . . . – fornecido a Portugal através da OTAN, deveria ser mantido a Norte do Trópico de Câncer, devido ao facto de este ser o espaço operacional da aliança atlântica.

No início da Guerra Colonial (1961) houve o uso das forças portuguesas que faziam parte do dispositivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Salazar foi célere na sua reação e vinte e cinco mil soldados alistados, que representavam duas das três divisões da NATO do contingente português, enviando-as para a defesa da província de Angola de pois dos acontecimentos de Março de 1961, estando

[139] A análise encontra-se em anexo

[140] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp.2 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.

apetrechados quase na sua totalidade em equipamento militar norte-americano, este material de guerra compreendia aviões propulsionados a jacto, armas automáticas, bombas de *napalm* e veículos militares[141].

Na altura o Presidente Kennedy deu ordens para que o apoio à divisão da OTAN portuguesa cessasse, repreendendo os portugueses pelos canais diplomáticos o uso do armamento fornecido pela aliança na África portuguesa.[142]

No entanto existiam violações das regras da Organização do Tratado do Atlântico Norte por parte dos portugueses, porém os próprios relatórios e a sua frequência são questionáveis. Sendo visível através da discordância entre o que é afirmado na audiência congressional na resposta do Departamento de Defesa sobre a venda de itens da OTAN para Portugal:

"(…) As vendas do Departamento de Defesa (*DoD*) para Portugal no ano fiscal de 1972 totalizam cerca de $3.6 milhões, principalmente em peças suplentes para aeronaves e navios e equipamento de comunicação. (…)"[143]

No entanto estás vendas estavam restritas ao espaço operacional da aliança defensiva, pelo que, o mesmo departamento reitera:

"(…) Itens vendidos pelo *DoD* para Portugal são severamente limitadas à missão de Portugal na OTAN. (…)"[144]

Para além destas informações existem ainda um reforço das regras acima referidas, pelo que a resposta do Departamento afirma para além do controlo geográfico e do controlo interno:

"(…) A política americana desde 1961 tem vindo a ser de negação de armas de origem americana para qualquer dos beligerantes na disputa sobre a África portuguesa. Desde dessa data, nós temos requerido e obtido garantias formais do Governo de

[141] Schneidman, Witney W., *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* 2005, Tribuna da História, Lisboa, pp. 62
[142] *Idem*
[143] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa*. Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 86 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.
[144] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 86-87 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.

Portugal, que qualquer material embargado que o Governo norte-americano forneça será unicamente empregado em áreas de jurisdição da OTAN. Nenhuma arma de guerra é fornecida. (…)"[145]

O mesmo testemunho relata-nos que existem inspeções periódicas – duas vezes ao ano - realizadas pelo grupo assessor de assistência militar[146], sendo que quando existe uma possível violação das regras para o uso de equipamento militar de origem norte-americana, dá-se início a uma investigação meticulosa que passa por uma série de diálogos com as autoridades portuguesas[147]. O depoimento do Departamento de Defesa informa-nos ainda que,

"(…) Não temos conhecimento de qualquer caso de violação das garantias dadas pelos portugueses (…)."

Em oposição, Henry Kissinger o Secretário de Estado do Presidente Nixon, destacou num dos seus memorandos "que apesar de «em vários casos» os portugueses violarem as suas promessas de não utilizar material da NATO em África, «de uma forma geral cumpriram o combinado»"[148].

A venda de herbicidas e desfolhantes era também uma das questões que mais preocupavam os congressistas[149], principalmente devido à venda dos produtos e das aeronaves para espalharem os químicos. Relatando ainda que muitas vezes estes artigos agrícolas eram usados de forma a acabar com as culturas plantadas em determinados territórios nas províncias de Angola e Moçambique, pondo em causa a nutrição de mulheres e crianças. O Departamento de Comércio, entidade reguladora quando questionada pelo comité sobre o porque de mesmo depois de saber que Portugal usava os artigos vendidos para combater na guerra colonial, informou que

"(…) A justificação que encontramos depois de consultar com as outras agências, o Departamento de Estado, foi o facto de termos sido persuadidos a compreender que

[145] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 87 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.
[146] *Idem*
[147] *Idem*
[148] Schneidman, Witney W., *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* 2005, Tribuna da História, Lisboa, pp. 174
[149] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 42 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.

estas aeronaves seriam unicamente usadas no seu propósito agrícola e nunca num programa de tipo militar de desfolhamento. (…)"[150]

O representante do Departamento de Comércio nestas audiências relata-nos que houve uma mudança na lista de desfolhantes que eram permitidos exportar, os desfolhantes "2.4-D" e "2.4.5-T", em 1970, juntam-se à lista dos herbicidas que podem ser exportados para Portugal. Segundo a razão que,

"(…) A mudança foi feita, porque foi determinado que estes [desfolhantes] eram mais orientados para tarefas agrícolas, não sendo desfolhantes, que favorecessem particularmente um desfolhamento militar efetivo. (…)"[151]

No entanto estes itens, que são vendidos para Portugal, "(…) foram usados no Vietname e o seu uso foi descontinuado, porque o Painel sobre Herbicidas do Presidente declarou-os como sendo «um risco único para humanos no caso da sua aplicação em larga escala. (…)", o que nos pode indicar a ambiguidade e complacência da Administração Nixon para com o Governo de Portugal.

É citado ainda um relatório do secretário-geral do MPLA, onde é exposto o uso de herbicidas pelo portugueses

Uma das informações mais revelantes que encontramos na nossa fonte foi o facto de os congressistas americanos terem notado um desleixe substancial na aplicação dos programas de controlo sobre o embargo a Portugal, em pelo menos três áreas distintas[152].

"(…) Em primeiro lugar, a retirada de itens da lista de licenças validadas. Em segundo lugar, garantir licenças para exportação de itens que ainda se encontravam em

[150] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 43 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.

[151] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 60-61 Encontra-se em anexo. Tradução nossa

[152] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 42 Encontra-se em anexo. Tradução nossa.

validação das suas licenças. Em terceiro lugar, o frete de serviços que podiam claramente transportar passageiros civis ou militares. (…)"[153]

A venda de aviões comerciais a Portugal sob o pretexto de uso puramente civil, era completamente ignorado pelas autoridades portuguesas. Afirmando os jornais do país comprador que a Transportadora Aérea Portuguesa comprara dois 747, avião comercial da fabricante *Boeing*, para uso como avião de transporte militar. Para além destas quebras no embargo, existem outros que envolvem a DETA, a companhia aérea de Moçambique. O governo dos Estados Unidos permitia a venda de aeronaves do fabricante americano, e por seu lado, a DETA tinha um acordo com o governo de Portugal para a realização de serviços de cariz militar[154].

Também não podemos deixar de notar a afirmação proferida pelo jornalista Mr. Oudes, que afirma ironicamente o facto de as restrições sobre os desfolhantes e a venda de aviões comercial com capacidade para transportar tropas, acontece depois do memorando número trinta e nove do Conselho sobre a Segurança Nacional dos EUA, ser aprovado como a doutrina a aplicar na África Meridional. Indo ainda mais longe ao ponto de querer acreditar na boa fé da administração e nas garantias dadas por esta, mas a contínua descoberta de vendas de duplo-propósito efetuadas para Portugal pela imprensa, do que pelos próprios funcionários do governo[155].

[153] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 79. Encontra-se em anexo. Tradução nossa.
[154] *Idem*
[155] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp.68. Encontra-se em anexo. Tradução nossa.

# 3.O Acordo dos Açores (1971) e a sua importância?

O Acordo dos Açores de 1971, entre Portugal e os Estados Unidos da América foi essencial para o retorno à normalidade das relações entre as nações atlânticas, Marcello Caetano afirmou publicamente "(…) a sua felicidade pela estabilidade das relações entre os Estados Unidos e Portugal (…)"[156]

Portugal beneficiou em primeira instância com este acordo, porque consegui uma reaproximação embora tímida aos Estados Unidos.

Segundo o depoimento do Departamento de Defesa sobre a assistência a Portugal no âmbito do Acordo dos Açores (1971), "Apenas assistência não-militar foi providenciada a Portugal conjuntamente com a extensão do Acordo dos Açores em 1971."[157] Esta ajuda materializou-se no empréstimo de um navio de pesquisa oceanográfica, um milhão de dólares em ajuda para a educação, cinco milhões de dólares em equipamento não-militar em excesso, termos favoráveis para a compra de PL-480 (produtos agrícolas) no valor de trinta milhões de dólares, e ainda uma oferta do Banco Export-import para o financiamento de projetos na metrópole portuguesa[158].

No final, porém, o Acordo dos Açores foi mais uma demonstração da falta de vontade dos Estados Unidos para se comprometerem incondicionalmente na ajuda ao esforço de guerra português[159]. Da ajuda que recebeu nenhuma era essencial para o combate na África Portuguesa e o financiamento embora bem-vindo não era uma prioridade para uma nação que se encontrava num forço tremendo de guerra.

[156] Schneidman, Witney W., *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* 2005, Tribuna da História, Lisboa, pp. 176
[157] Hearings before the subcommittee on Africa Committee on Foreign Affairs House of Representatives, *Non-implementation of the arms embargo against South Africa and Portugal and the implication of U.S. policy in Southern Africa.* Washington, D.C., March 22, 1973 pp. 99. Encontra-se em anexo. Tradução nossa.
[158] *Idem*
[159] Schneidman, Witney W., *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português* 2005, Tribuna da História, Lisboa, pp. 176

# Conclusão

A par das ações e das oposições internas, a "questão ultramarina" e o desenrolar da Guerra Colonial foram moldados pelas intervenções estrangeiras, nomeadamente das administrações de Kennedy e Nixon.

Deste trabalho de investigação e da análise da nossa fonte tiramos duas conclusões maiores. Se por um lado a América de Kennedy era uma das mais críticas da política colonial portuguesa, chegando mesmo a votar a favor de resoluções muito prejudiciais a Portugal, a Administração Nixon foi sempre cúmplice do regime ditatorial português no seu esforço para travar a Guerra Colonial, quer economicamente, quer militarmente. Enquanto que publicamente a administração Nixon queria deixar uma imagem de abstenção, nas instâncias internacionais, perante a presença portuguesa na África Meridional, por outro lado tinha interesses de manter no poder os brancos que eram a linha da frente do combate contra o comunismo na África Meridional segundo a doutrina "os brancos estão para ficar".

# Bibliografia Classificada

1- Retirado de http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm a 06/04/2017 às 13:20

2- Retirado de http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/documents_onu/cs/CS1961Jun22-163.pdf a 06/04/2017 às 14:25.

3- " (…). Lisboa deixou de contar com o apoio americano no Conselho de Segurança das Nações Unidas – o que se tornou patente em Junho de 1961, quando uma resolução condenatória de Portugal foi apoiada quer pelos Estados Unidos quer pela União Soviética. (…)" Macqueen, Norrie, «Guerras Coloniais», *A transição Falhada, o Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coordenação de Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Círculo de Leitores, 2004, 1ª Edição

4- "(…) Nixon trocaria impressões em tom cúmplice com Franco Nogueira, o ainda ministro dos Estrangeiros português, garantindo-lhe que as «injustiças» de que Portugal fora vítima nos anos anteriores não se iriam repetir sob a sua Administração. (…)"

5- F

6- "(…) Nixon trocaria impressões em tom cúmplice com Franco Nogueira, o ainda ministro dos Estrangeiros português, garantindo-lhe que as «injustiças» de que Portugal fora vítima nos anos anteriores não se iriam repetir sob a sua Administração. (…)" Oliveira, Pedro Aires, «Política externa», AAV, *Transição falhada o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 309

**Webliografia**


https://en.wikipedia.org/wiki/Clement_J._Zablocki

https://en.wikipedia.org/wiki/Wayne_Hays

https://en.wikipedia.org/wiki/Lawrence_H._Fountain

https://en.wikipedia.org/wiki/Dante_Fascell

https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Diggs

https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_N._C._Nix_Sr.

https://en.wikipedia.org/wiki/Donald_M._Fraser

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=F000350

https://en.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Stanley_Rosenthal

http://www.nytimes.com/1983/01/05/obituaries/benjamin-rosenthal-congressman-from-queens-for-2-decades-dies.html

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=R000442

https://en.wikipedia.org/wiki/John_Culver

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=C000979

https://en.wikipedia.org/wiki/Lee_H._Hamilton

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=H000114

https://en.wikipedia.org/wiki/Abraham_Kazen

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=K000025

https://en.wikipedia.org/wiki/Lester_L._Wolff

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=W000680

https://en.wikipedia.org/wiki/Jonathan_Brewster_Bingham

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B000472

https://en.wikipedia.org/wiki/Gus_Yatron

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=Y000014

https://en.wikipedia.org/wiki/Roy_A._Taylor

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=T000099

https://en.wikipedia.org/wiki/John_William_Davis_(Georgia_politician)

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=D000122

https://en.wikipedia.org/wiki/Ogden_R._Reid

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=R000150

https://en.wikipedia.org/wiki/Michael_J._Harrington

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=H000230

. https://en.wikipedia.org/wiki/Leo_Ryan

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=R000558

https://en.wikipedia.org/wiki/Charlie_Wilson_(Texas_politician)

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=w000570

https://en.wikipedia.org/wiki/Donald_W._Riegle_Jr.

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=R000249

https://en.wikipedia.org/wiki/William_S._Mailliard

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=M000070

https://en.wikipedia.org/wiki/Peter_Frelinghuysen_Jr.

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=F000371

https://en.wikipedia.org/wiki/H._R._Gross

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=G000495

https://en.wikipedia.org/wiki/Ed_Derwinski

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=D000269

https://en.wikipedia.org/wiki/Vernon_Wallace_Thomson

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=T000233

https://en.wikipedia.org/wiki/Paul_Findley

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=F000123

https://en.wikipedia.org/wiki/John_Hall_Buchanan_Jr.

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B001008

https://en.wikipedia.org/wiki/J._Herbert_Burke

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B001091

https://en.wikipedia.org/wiki/Guy_Vander_Jagt

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=V000027

https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_H._Steele

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=S000836

https://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_S._du_Pont_IV

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=D000558

https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_W._Whalen_Jr.

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=W000317

https://en.wikipedia.org/wiki/Bob_Mathias

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=M000242

https://en.wikipedia.org/wiki/Edward_G._Biester_Jr.

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B000451

https://en.wikipedia.org/wiki/Larry_Winn

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=W000636

https://en.wikipedia.org/wiki/Benjamin_A._Gilman

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=G000212

https://en.wikipedia.org/wiki/Tennyson_Guyer

http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=G000537

# Anexos

## CAPÍTULO XI

### Declaração relativa a territórios não autónomos

**Artigo 73.º**

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema, de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;

b) Promover seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;

c) Consolidar a paz e a segurança internacionais;

d) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for caso, com organizações internacionais especializadas, tendo cm vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;

e) Transmitir ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.

**Artigo 74.º**

Os membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política relativa aos territórios a que se aplica o presente CAPITULO deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos respectivos territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o bem-estar do resto, do mundo no que se refere às questões sociais, económicas e comerciais

Retirado de http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html às 19:54 de 20/02/2017

Committee on Foreign Affairs

Thomas E. Morgan, Pennsylvania, *Chairman*

- Clement J.Zablocki, Winsconsin, Partido Democrata, eleito pelo sul do Miluaukee, fortemente polaco.
- Wayne L. Hays, Partido Democrata, eleito por Ohio.
- L.H. Fountain, Partido Democrata, eleito pelo estado da Carolina do Norte
- Dante B. Fascell, Partido Democrata, eleito pelo estado da Flórida, apoiou o envio de ajuda para os rebeldes da UNITA em Angola, pós 1974.
- Charles C. Diggs, Jr., Partido Democrata, eleito pelo estado de Michigan, foi o primeiro afro-americano eleito pelo estado, um dos principais opositores do Presidente Nixon, mostrou o seu apoio à luta armada contra o regime do Apartheid no seu "Action Manifesto" (1972).
- Robert N. C. Nix, Partido Democrata, eleito pelo estado da Pensilvânia, foi o primeiro afro-americano a ser eleito para congressista no seu estado.
- Donald M. Fraser, Partido Democrata, eleito pelo estado do Michigan.
- Benjamin S. Rosenthal, Partido Democrata, eleito pelo estado de Nova Iorque, desde muito cedo foi contra a guerra no Vietname.
- John C. Culver, Partido Democrata, eleito pelo estado de Iowa.
- Lee H. Hamilton, Partido Democrata, eleito pelo estado de Indiana.
- Abraham Kazen, Jr., Partido Democrata, eleito pelo estado do Texas, tem ascendência libanesa.
- Lester L. Wolff, Partido Democrata, eleito pelo estado de Nova Iorque.
- Jonathan B. Bingham, Partido Democrata, eleito pelo estado de Nova Iorque, foi presidente do Conselho de Tutela das Nações Unidas, durante o período de 1961-62 enquanto presidia o cargo acima referido serviu também como principal conselheiro do embaixador americano sobre questões coloniais na ONU.
- Gus Yatron, Partido Democrata, eleito pelo estado da Pensilvânia, opôs-se á cada vez maior intervenção dos E.U.A. na Guerra do Vietname.
- Roy A. Taylor, Partido Democrata, eleito pelo estado da Carolina do Norte.
- John W. Davis, Partido Democrata, eleito pelo estado da Geórgia.
- Ogden R. Reid, Partido Democrata (ex-republicano), eleito pelo estado de Nova Iorque, em 1972 mudou de partido, devido a discrepâncias com as ideias de Richard Nixon afirmando que "O partido Republicano encontra-se mais à direita (…) não mostra compaixão e sensibilidade para com os problemas do americano comum.".
- Michael Harrington, Partido Democrata, eleito pelo estado de Massachusetts, aquando da sua eleição em 1969 um dos pontos centrais da sua política era a contestação à Guerra do Vietname.
- Leo J. Ryan, Partido Democrata, eleito pelo estado da Califórnia.

- Charles Wilson, Partido Democrata, eleito pelo estado do Texas.
- Donald W. Riegle, Jr., Partido Democrata (ex-republicano), eleito pelo estado do Michigan, mudou de filiação partidária devido á sua discordância com a política do então Presidente Nixon em relação á Guerra do Vietname.
- William S. Mailliard, Partido Republicano, eleito pelo estado da Califórnia.
- Peter H. B. Frelinghuysen, Partido Republicano, eleito pelo estado de Nova Jérsia.
- H.R. Gross, Partido Republicano, eleito pelo estado de Iowa.
- Edward J. Derwinski, Partido Republicano, eleito pelo estado do Ilinóis.
- Vernon W. Thomson, Partido Republicano, eleito pelo estado do Wisconsin.
- Paul Findley, Partido Republicano, eleito pelo estado do Ilinóis.
- John H. Buchanan, Partido Republicano, eleito pelo estado do Alabama, lutou pelos direitos civis e enquanto esteve na Comissão de Negócios Estrangeiros mostrou grande determinação para pôr termo aos regimes racistas brancos na África do Sul e na Rodésia.
- J. Hebert Burke, Partido Republicano, eleito pelo estado da Flórida.
- Guy Vander Jagt, Partido Republicano, eleito pelo estado do Michigan.
- Robert H. Steele, Partido Republicano, eleito pelo estado do Connecticut.
- Pierre S. du Pont, Partido Republicano, eleito pelo estado de Delaware.
- Charles W. Whalen, Partido Republicano, eleito pelo estado do Ohio.
- Robert B. (Bob) Mathias, Partido Republicano, eleito pelo estado da Califórnia.
- Edward G. Biester, Jr., Partido Republicano, eleito pelo estado da Pensilvânia.
- Larry Winn, Partido Republicano, eleito pelo estado do Kansas.
- Benjamin A. Gilman, Partido Republicano, eleito pelo estado de Nova Iorque.
- Tennyson Guyer, Partido Republicano, eleito pelo estado do Ohio.
- Maria A Czarnecki, *Chief of Staff*
- SUBCOMMITTEE ON AFRICA
- Charles C. Diggs, Jr., *Chairman*

# PORTUGAL E O MUNDO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AO INÍCIO DA DÉCADA DE 80 – OPÇÕES INTERNAS E CONTEXTO INTERNACIONAL: AS ORGANIZAÇÕES DE EXTREMA-ESQUERDA NO PREC (1974-1975)

Docente: Cecília Cunha

Tutora: Maria Inácia Rezola

José Maria Vilela

12ºK

# Índice

Índice ..... 82
Introdução ..... 83
1.Enquadramento histórico do PREC ..... 84
1.1.O que foi o PREC? ..... 84
1.2.Etapas do PREC ..... 85
1.3.Pequeno enquadramento político-partidário ..... 93
2.As Organizações de Extrema-Esquerda no PREC ..... 95
2.1. O MRPP: da importância do assassinato de Ribeiro dos Santos ao repúdio ao "Partido 'Comunista' Português" ..... 96
2.2.Por uma Frente de Unidade Revolucionária ..... 102
Breves conclusões ..... 108
Anexos ..... 110
Bibliografia e fontes ..... 122

# Introdução

O PREC é o período mais belo da História de Portugal no que toca à actividade política e à diversidade ideológica dos portugueses. Durante cada dia do processo revolucionário haveria acontecido algo que marcasse a História, ainda muito enevoada, da nossa democracia, aliciando qualquer pessoa que se interesse por política.

O tema que propus está directamente relacionado com algo sempre presente nos tempos de PREC: a extrema-esquerda. A restauração das liberdades cívicas e fundamentais originou uma intensa vaga de movimentos de esquerda, que, bem ou mal, tiveram uma intensa participação na política e influência na opinião pública, desde cedo demarcadas do PCP, acusando-o de ser revisionista, e tendo sempre uma postura sui generis em relação a certos momentos do PREC, como aconteceu com o gonçalvismo e os Nove.

Dos boicotes aos comícios do CDS, ao apoio a Eanes e aos Nove, como foi o caso do MRPP, todo o percurso político-ideológico destas organizações é interessantíssimo.

Apesar de se tratar de um estudo balizado pelo PREC, recorrerei bastante às obras de Miguel Cardina para perceber a cisão no PC com a corrente marxista-leninista e maoísta. O arquivo de José Pacheco Pereira, a *Ephemera,* disponibilizado na internet, em livro e em exposição toda a propaganda relativa ao PREC, será uma importante fonte para a análise de cartazes e autocolantes partidários.

Com este estudo, pretende-se também satisfazer duas questões relativamente ao PREC; porque é que foi um período tão vincado à esquerda (apesar de saber que a corrente de direita e fascista estava presente, com a ELP e o MDLP, por exemplo), e quais são as características político-ideológicas da extrema-esquerda durante o processo revolucionário, com todas as suas particularidades, partindo do pressuposto que a ideologia vai inevitavelmente mudando ao longo da História, adaptando-se à realidade de cada país.

Será interessante perceber essa viragem brusca à esquerda, com todos os processos de nacionalização de bancos e de empresas, e de ocupação de latifúndios. Na minha opinião, tal viragem deve-se a uma ruptura total com a política opressora de Salazar e Caetano, que gerou uma enorme vaga de pensamentos, que, durante o Estado Novo, eram crime.

# 1.Enquadramento histórico do PREC

## 1.1.O que foi o PREC?

Em rigor, o Processo Revolucionário em Curso começa imediatamente a seguir a 25 de Abril. Mas é no Primeiro de Maio de 1974 que não só a população reconhece o "contrato político" com o Movimento das Forças Armadas, como também se apercebe que a Revolução teria diferentes rumos. É no Primeiro de Maio que a fase da conspiração passa à fase da Revolução propriamente dita.[160]

"Três décadas depois da revolução democrática de 1974 ainda não estão reunidas as condições completas para uma síntese, na aproximação e diferença de ideias, do que representou a luta da oposição antifascista, da sua contribuição para o movimento do 25 de Abril, do que se jogou no período revolucionário de 1974-5, do que ficou passionalmente conhecido, ou com ira ou com carinho, como o PREC".[161] Portanto, o PREC é um período ainda um pouco enevoado, em que a História ainda não consegue apurar o que realmente aconteceu durante esses dois anos.

O que é realmente sabido é que este período revolucionário foi essencialmente militar, em que a tutela do poder estava entregue ao MFA. Politicamente, com o desenrolar da Revolução, Portugal era um país pobre em ideologia, imbuído numa "ressaca" do regime opressor que perdurou durante mais de quarenta anos. Socialmente, verifica-se um claro surgimento de diferentes políticas e projectos sociais, entre civis, partidos e militares. Economicamente, Portugal era um país notavelmente atrasado, repleto de desigualdades sociais, com pouca dinamização cultural e completamente deslocado do contexto europeu.[162]

Caracteriza-se este período como enfraquecido em matéria económica e todas as decisões neste sentido foram de natureza política, como por exemplo as nacionalizações

[160] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 33 e 36.
[161] Luís Fazenda, "As Voltas do PREC", dir: Francisco Louçã e Fernando Rosas, *Passado e Futuro do 25 de Abril*, Porto, Dom Quixote, 2004, p. 53.
[162] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*, s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 19.

de bancos e empresas. A mesma ideologia política acabaria com o corporativismo e com o condicionalismo industrial.[163] Foi, sem dúvida, a política de esquerda vigente que aplicou tais medidas, não só as nacionalizações, mas também a imposição do poder do povo e as consequentes ocupações de indústrias e de propriedades. A Reforma Agrária, uma das matérias mais controversas do PREC, foi protagonizada pelos camponeses e camponesas, antigos assalariados dos latifundiários: com uma tradição de luta vinda dos tempos da ditadura, com base na sua experiência de fome, grupos de trabalhadores rurais iniciaram processos de ocupação de terras, com uma visibilidade muito grande; o país assistiu a estas ocupações e ficou com a imagem de um processo que teria sido de autoria partidária, sobretudo a cargo do PCP, este com implantação nas regiões do Alentejo, por exemplo.

Este último ponto originou, já em 1975, uma divisão político-ideológica do país, através do rio Tejo. Esta divisão, entre o norte e o sul de Portugal, opôs apoiantes de uma política de esquerda e apoiantes de uma moderação do regime, ou de uma política mais à direita.

Mesmo tratando-se de um período com mais perguntas que respostas, consegue-se obter uma resposta para a pergunta feita neste capítulo. O PREC foi um período muito conturbado e tenso, balizado entre a Revolução de 25 de Abril e a promulgação da Constituição de 1976[164], caracterizado pela intensa actividade popular na política e ilustrados com inúmeros episódios históricos, que serão mencionados e explicados posteriormente.

## 1.2.Etapas do PREC

Como foi referido no capítulo anterior, o professor António Reis insere cronologicamente o PREC entre o 25 de Abril de 1974 e a promulgação da Constituição de 1976, ao contrário de outras correntes que defendem que o processo revolucionário acaba com os acontecimentos que se desenrolaram a 25 de Novembro.

Independentemente desse facto, há que notar que o andamento do processo revolucionário não foi igual ao longo do seu período. É importante distinguir o PREC em três fases distintas: do

[163] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 113 e 114.
[164] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*, s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 19.

25 de Abril de 1974 ao 28 de Setembro de 1974; do 28 de Setembro ao 11 de Março de 1975; e do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975.[165]

A primeira fase do processo é caracterizada, sem dúvida, pela presença política de António de Spínola. A primeira parte desta fase é o período entre a Revolução e a formação do I Governo Provisório, em que o poder estava centralizado, ao contrário do que se verifica ao longo do PREC – o poder político era disperso e os centros de decisões eram vários. Durante estas duas semanas iniciais do PREC, a Junta de Salvação Nacional (JSN), era um órgão com uma extrema concentração de poderes.

A terceira lei constitucional decretada pela JSN visava que a Constituição de 1933 se mantinha em vigor numa maneira transitória nos pontos que não contrariavam o programa do MFA ou qualquer das leis constitucionais que iriam ser decretadas.[166]

O I Governo Provisório é empossado a 15 de Maio, presidido por um intelectual e independente, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, Adelino da Palma Carlos. Este Governo apresenta-se como civil e independente, sem ter nenhuma filiação partidária, apesar de ser evidente que o regime tornar-se-ia pluripartidário.[167]

A criação de um governo pluripartidário suscitava o problema de albergar ou não o PCP. Spínola aceita a presença de comunistas no Governo Provisório, que, segundo o professor Medeiros Ferreira, se explica pelo interesse spinolista em complicar as decisões do Executivo, tornando-o complexo. "A presença do PCP no Governo Provisório, se poderia garantir uma certa paz social – o que não aconteceu – ameaçava porém a estabilidade desse mesmo governo pelas reacções que não deixaria de provocar, e por aí punha-se em causa a característica pluripartidária do poder político transitório."[168] Percebe-se, portanto, que a presença comunista tornaria o poder Executivo ainda mais complexo, favorecendo as possíveis intenções de Spínola.

O I Governo Provisório não irá durar mais que dois meses. A formação do II teve em conta algo que não aconteceu na formação do I Governo: a característica pluripartidária. O MFA ganha relevo como agente político e aproxima-se ao PCP. Um

[165] *Op. Cit.*, p. 12.
[166] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 40.
[167] Op. Cit., p. 46.
[168] Op. Cit., p. 47.

dos principais motivos da queda do I Governo foi mesmo a falta de presença de oficiais do MFA.

O poder militar que apoiava Spínola enfraqueceu ainda antes do II Governo Provisório ser empossado, com a aprovação do Decreto-Lei nº310/74, a 8 de Julho, que visava a criação do Comando de Operações do Continente (COPCON) e a consequente ascensão de Otelo Saraiva de Carvalho. O COPCON tornou-se, ao longo do PREC, um "instrumento político-militar de ligação entre o MFA e as aspirações populares".[169]

O II Governo Provisório tomou posse a 18 de Julho de 1974, presidido pelo Coronel Vasco Gonçalves, vindo do seio do MFA. Com a sua ascensão, este órgão de soberania vai se separando de Spínola.

Vendo-se cada vez mais isolado da cena política, incluindo na JSN, cujas relações com outro general de Abril, Francisco da Costa Gomes (que se afastaria do pensamento spinolista a nível a descolonização), se enfraqueceriam, Spínola convoca uma manifestação de apoio à sua pessoa, de carácter mais conservador, apelando à "não-partidarização da manifestação", à "fidelidade no Programa do MFA" e "não aos extremismos", manifestação que acabaria por não ser permitida.

"O fracasso do 28 de Setembro será consequência destas duas realidades. Convocada por partidos de extrema-direita com o objectivo de dar um pretexto a Spínola para que proclamasse o Estado de sítio e assumisse plenos poderes, a manifestação da 'maioria silenciosa' será facilmente boicotada pela actuação conjunta do COPCON, […]."[170] Portanto, Spínola viu esta manifestação com uma dupla intenção: ou teria sucesso com a autodenominada "maioria silenciosa" ou aproveitaria o seu fracasso para poder proclamar o Estado de sítio e obter mais poderes presidenciais. Nenhuma delas teve êxito, porque o pedido de proclamação do Estado de sítio não lhe foi autorizado pelo Conselho de Estado.

Consequência disto foi a renúncia de Spínola, dois dias depois, com um discurso de pesar, afirmando que o período que se vivia nada teria que ver com os ideais do MFA: "Estive com o movimento desde a primeira hora, pelo que conheço perfeitamente o seu espírito e as suas intenções, a que aderi com uma sinceridade que ninguém ousará

[169] *Op. Cit.,* p.48.
[170] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia,* s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 23.

duvidar. E são exactamente esse reconhecimento e essa identificação que conferem irrecusável autoridade moral para concluir que a origem da situação a que chegámos reside na desvirtuação do ideário do Movimento. Encontro-me perante a evidência de o programa do Movimento das Forças Armadas estar a evoluir no quadro de uma acção política tendente, afinal, à sua própria neutralização, em verdadeiro clima de inversão de uma moral cívica, à margem da qual se torna impossível a prática da democracia e da liberdade. Inversão em que, por fidelidade ao espírito do movimento, e pelo respeito ao compromisso que assumi ao aceitar este cargo, não devo nem posso participar."[171] A demissão do general deveu-se sobretudo à ausência de apoio do Conselho de Estado, quando este órgão não aderiu ao pedido de Spínola de adiar as eleições e de proclamar o Estado de emergência. Já a grande diferença entre o general e o MFA era na matéria da descolonização.[172]

A demissão de Spínola abre portas a uma nova fase do processo revolucionário, em que, resolvida parcialmente a questão da descolonização – a opção federalista spinolista caíra juntamente com o seu percursor – os objectivos do Executivo debruçaram-se sobre as eleições para a Assembleia Constituinte, que, segundo o programa do MFA teriam de ser realizadas num espaço de um ano após a Revolução de Abril; e na elaboração do Programa Político Económico e Social, sob a coordenação do então ministro sem pasta Ernesto Melo Antunes.

Ainda a 30 de Setembro, a JSN (sem os generais Galvão de Melo, Diogo Neto e Jaime Silvério, que são afastados na consequência dos acontecimentos de 28 de Setembro) nomeia Costa Gomes como Presidente da República, e um dia depois, empossa o III Governo Provisório, encabeçado por Vasco Gonçalves.[173]

Um dos trabalhos deste governo era preparar as eleições, que Spínola e Palma Carlos (o primeiro-ministro do I Governo Provisório apresentara um documento que, "muito provavelmente de acordo com o então Presidente da República [Spínola]", propunha o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte para finais de 1976 e a realização de um referendo constitucional que dava prioridade ao processo eleitoral

[171] Discurso de renúncia de Spínola, a 30 de Setembro de 1974, perante o Conselho de Estado, "como que a torna-lo responsável por isso", como escreveu o Professor Medeiros Ferreira.
[172] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 49.
[173] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*, s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 24.

para o Presidente da República, "cujo candidato seria Spínola"[174]) queriam adiar ainda no Verão de 1974.

O III Governo Provisório aprova duas leis importantes no sentido de efectuar as eleições: os Decretos n$^{os}$ 621-A, 621-B, 621-C, que consentiu a lei eleitoral relativamente ao recenseamento, e a lei dos partidos políticos, que os legalizaram, fazendo jus ao regime democrático pluralista estabelecido pelo Movimento das Forças Armadas. A mesma lei eleitoral previu a criação de uma Comissão Nacional de Eleições e instaurou o direito de antena de cada partido.[175] A 10 de Fevereiro de 1975, o Presidente da República Costa Gomes anunciaria que as eleições para a Assembleia Constituinte se realizariam no dia 12 de Abril. Só a 19 de Março é que, por decisão do Conselho da Revolução, as eleições são adiadas para o dia 25 de Abril, alegando razões técnicas. [176]

Um dos maiores problemas deste III Governo foi a questão da unicidade sindical (apoiada pelo PCP) contra a unidade sindical. Foi nesta matéria que se desenvolveu um dos maiores conflitos entre PS e PCP, que se verificou numa maior divergência entre os dois partidos. A 30 de Abril de 1975 (já durante o IV Governo Provisório), o Decreto-Lei nº215/75 reconheceu a Intersindical como a aglomeração de todos os sindicatos portugueses, numa Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.[177]

A 11 de Março, Spínola e as suas forças da Base Aérea de Tancos bombardeiam o Regimento de Artilharia Ligeira nº1 (RAL1), causando um morto e vários feridos. De seguida, os pára-quedistas de Tancos cercam o RAL1. Cerca de duas horas depois, e já com uma acção neutralizadora do COPCON, o cerco é levantado e as tropas confraternizam entre si, gritando "MFA!"[178]. Spínola e os seus fiéis acabariam por se exilar em Espanha.[179]

---

[174] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 201.
[175] *Op. Cit*., p.204.
[176] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia,* s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 28.
[177] Aniceto Afonso, Carla Matos Gomes e Maria Inácia Rezola sobre a questão do movimento sindical, em http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/unicidade-sindical/ (acedido a 4-4-17).
[178] Um jornalista da RTP, Adelino Gomes, desenvolveu durante o dia uma intensa actividade jornalística, capturando em câmara o momento das negociações entre o capitão Diniz de Almeida (RAL1) e o capitão Sebastião Martins (pára-quedistas), e o momento de confraternização entre as duas forças.
[179] Cronologia do 11 de Março disponível em http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/ral-1-lisboa/ (acedido a 4-4-17).

O golpe falhado de Spínola levaria a uma maior radicalização do pensamento político e abriria assim uma nova fase no processo revolucionário, que perduraria até ao 25 de Novembro. "O caminho estava doravante aberto aos sectores mais radicais do MFA, que assim viam justificadas as suas opções por uma maior firmeza revolucionária e pela necessidade de converter o MFA no motor de todo o processo."[180] A JSN e o Conselho de Estado são extintos; e cria-se o Conselho da Revolução (institucionalizada com a Lei nº5 de 14 de Março) e reestrutura-se a Assembleia do MFA.[181]

A 25 de Março começam as funções do IV Governo Provisório, em que Vasco Gonçalves era primeiro-ministro. Este governo conta com figuras mais moderadas, como Ernesto de Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Mário Soares, ministro sem pasta.

A campanha eleitoral para a Constituinte tem início a 1 de Abril. Porém, movimentos de extrema-esquerda apelam ao boicote destas eleições, apresentado dúvidas em relação à liberdade de voto, num país que acabara de sair de um regime autoritário. Estes movimentos pretendiam que as eleições fossem adiadas para que o seu impacto não afectasse o processo revolucionário, fazendo campanha pelo voto em branco "como manifestação de apoio ao MFA".[182]

No entanto, Costa Gomes manteve-se firme de que as eleições para uma Assembleia Constituinte, a realizar num espaço de um ano expressas no Programa do MFA, era um elemento basilar na construção de um regime democrático, independentemente dos acontecimentos conturbados que se viriam a registar.

O resultado destas eleições redunda na maior afluência às urnas da História da Democracia portuguesa: 91,2% dos eleitores. O PS, de Mário Soares, vence, com 37,9%, seguido pelo PPD de Francisco Sá Carneiro, com 26,4%. O PCP de Cunhal e o seu aliado Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) surgem como os principais derrotados[183] com 12,5% e 4,5%, respectivamente; e o Partido do Centro Democrático Social (CDS), de Freitas do Amaral, é a quarta força da Constituinte, com 7,6% dos eleitores. Os partidos mais à

[180] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*, s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 29.
[181] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 206-7.
[182] *Op. Cit.*, p.205.
[183] *Op. Cit.*, p.209.

esquerda elegem um deputado, através da União Democrática Popular (UDP). O voto em branco defendido por algumas organizações fixou-se pelos 7%.[184]

Este resultado mostraria claramente o rumo que os portugueses queriam – uma moderação. Porém, o Conselho da Revolução tem em conta o resultado do PS para afirmar a "firme determinação do povo português em caminhar para o socialismo"[185], ou seja, interpreta erradamente o PS como sendo uma força de esquerda, que, na realidade, era um aliado às forças moderadas e de direita. A Assembleia Constituinte arranca funções a 2 de Junho.

Entra-se agora no conhecido "verão quente", período mais agitado do processo revolucionário, onde se verificou uma radicalização da actividade política e partidária.

Em 19 de Junho, o Conselho da Revolução aprovou o Plano de Acção Política, suprapartidário, que define como seu objectivo essencial o da independência nacional" reconhecendo que "essa independência nacional passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista", entendendo que "esse caminho só será feito por via pluralista."[186]

Já a Assembleia do MFA, a 8 de Julho, aprova o "Documento-Guia de Aliança Povo-MFA", onde legitima o "poder popular", isto é, a instauração do poder com base em comissões de moradores e de trabalhadores e defendendo o "saneamento do aparelho de Estado, bem como sua descentralização com vista à construção de um novo aparelho do Estado, de base popular, […]."[187] Os partidos maioritários na Assembleia tomaram esse documento como um ataque à liberdade constituinte.[188]

Entretanto, o IV Governo deixaria de contar com o PS, com forma de protesto à ocupação do jornal *A República*, e com o PPD, caindo a 18 de Julho, passando a direcção política do país a Costa Gomes, a Vasco Gonçalves e a Otelo Saraiva de Carvalho. O V Governo Provisório toma posse a 8 de Agosto com Vasco Gonçalves a

[184] Resultados finais das eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, disponíveis em http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar (acedido a 4-4-17).
[185] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia,* s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 31.
[186] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 215.
[187] Ponto 1.c do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a /wikka.php?wakka=poderpol17 (acedido a 6-4-17).
[188] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 216.

dirigi-lo, com um reduzido apoio político. É nesta altura que uma ala moderada do MFA dirige o "Documento dos Nove", onde, para além de defender um "projecto nacional de transição para o socialismo", demarca-se das democracias de Leste e exige a demissão da "equipa dirigente do MFA." Este documento foi assinado por nove conselheiros da Revolução.[189]

Este documento foi decisivo no afastamento de Vasco Gonçalves do plano governativo. Numa primeira fase, os "Nove" aliam-se a Otelo para afastar Gonçalves das unidades militares sob o seu comando. A voz do ainda primeiro-ministro faz-se ouvir exaltadamente em Almada, a 18 de Agosto. Cedendo à pressão desse documento, Costa Gomes substitui Pinheiro de Azevedo por Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, desaparecendo rapidamente do plano político português.[190]

A 13 de Agosto, é redigido o Documento do COPCON, em oposição ao Documento dos Nove, intitulado "Autocrítica revolucionária do COPCON e proposta de trabalho para um programa político", que propunha para Portugal "um modelo assente no poder popular basista". Era apoiado por militares da extrema-esquerda, e por partidos como o Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), o Movimento de Esquerda Socialista (MES) e também a UDP, cujas propostas estavam representadas nesse Documento.

O VI Governo, agora chefiado por Pinheiro de Azevedo, toma posse a 19 de Setembro, contendo membros do PS, do PPD e do PCP, com o empenho de construir uma democracia representativa, dando, por conseguinte, mais apoio à Assembleia Constituinte.

O que não se verifica é uma mudança no agitado comportamento da população. No mês de Novembro sucedem-se inúmeras manifestações, entre as quais uma manifestação por parte da construção civil que resultou num cerco ao Palácio de S. Bento, sequestrando membros do governo e os deputados constituintes, no dia 11; e uma manifestação organizada por operários de Lisboa e pelas UCP do Alentejo, apoiada por Otelo, no dia 16. A 20 de Novembro, o IV Governo "decide suspender a acção

[189] António Reis, "O Processo de Democratização", dir: António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*, s/l, Círculo de Leitores, 1994, p. 31.
[190] *Op. Cit.*, p. 35.

governativa, por considerar que não estão reunidas as condições necessárias para assegurar a sua normal operacionalidade."[191]

No dia 25 de Novembro, os pára-quedistas de Tancos ocupam todas as bases aéreas do país, com excepção da base de Cortegaça e a base de Monsanto, exigindo a demissão do chefe do Estado-Maior, do comandante da base de Monsanto e dos Nove. O RALIS (antigo RAL1) ocupa os acessos da auto-estrada do norte mas o COPCON dá sinais de recuo, com Otelo a ir mesmo para casa. Costa Gomes, pressionado pelos Nove, proclama o Estado de sítio em Lisboa, assumindo o comando directo das unidades militares da região e neutralizando a sublevação, operação essa encabeçada por Jaime Neves e por Ramalho Eanes.[192]

Os acontecimentos que se desenrolaram a 25 de Novembro ditaram o final da fase mais radical do PREC. Muitos historiadores pensam mesmo que foi a acção de Jaime Neves e Eanes que acabaram com esse período, ainda que muitos achem que foi com promulgação da Constituição em 76. Tendo terminado ou não, o estudo em curso reflecte apenas a história das organizações de extrema-esquerda no PREC entre 1974 e 1975, não abrangendo o período seguinte; portanto dá-se como terminada a análise do enquadramento histórico.

## 1.3.Pequeno enquadramento político-partidário

Apesar do objectivo principal do Programa do MFA ser a instauração de uma democracia pluripartidária, era preciso assegurar a soberania dos órgãos do MFA, a Assembleia e o Conselho da Revolução, já que estes eram suprapartidários e garantiam a libertação do povo português.

Ainda antes das eleições para a Constituinte, foi assinado o primeiro pacto entre MFA e Partidos, a 13 de Abril de 1975, assinado entre Costa Gomes e o PS, PPD, PCP, CDS, MDP/CDE, a Frente Socialista Popular (FSP), e, mais tarde, a Aliança Operário-Camponesa (AOC). Este acordo visava que a Constituição que iria ser feita teria que conter os princípios revolucionários do 25 de Abril e que a Assembleia do MFA e o

[191] *Op. Cit.*, p.37.
[192] *Op. Cit.*, p 37.

Conselho da Revolução continuariam a ser os órgãos de soberania máximos, num período de transição que terminaria com a revisão constitucional, em 1982. A eleição do Presidente da República passaria a ser feita por um colégio eleitoral constituído pela Assembleia do MFA.[193] "Os partidos signatários desta plataforma comprometem-se a não pôr em causa a institucionalização do MFA, e a fazê-la incluir na nova Constituição, juntamente com os restantes pontos acordados neste documento", "mas sem lutas partidárias estéreis e desagregadoras."[194]

Foi com esta plataforma constitucional que o MFA consagrou a sua soberania em Portugal como autor do movimento libertador que teve lugar a 25 de Abril de 74. Porém, a luta partidária não terminou com o pacto. Para além das figuras militares, duas personalidades opostas distinguiam-se e marcavam a luta político-partidária do PREC. Mário Soares, secretário-geral do PS, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Ausentes do país durante o Estado Novo (Soares exilado e Cunhal fugitivo), abraçam-se no Primeiro de Maio de 74. Um ano depois, nesse mesmo feriado, Soares é impedido de entrar na tribuna para discursar por membros da Intersindical.

Soares acusa o líder carismático do PCP de querer instaurar em Portugal uma ditadura (à qual Cunhal responde algo que ficará para a história: "Olhe que não, olhe que não"[195]). Cunhal acusa o PS de participar numa viragem da Revolução à direita, aliado às forças "reaccionárias" do PPD e do CDS.[196]

O episódio que acentua essa clivagem é o comício organizado pelo PS em 19 de Junho de 1975 na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa. Soares convoca os partidos moderados para se fazer ouvir a voz que não queria um rumo radicalizado da Revolução, exigindo a demissão de Vasco Gonçalves: "É uma cúpula de paranóicos, a direcção do PCP. É uma cúpula de irresponsáveis, a dos dirigentes da Intersindical, que não representam o povo português. E as Forças Armadas, dando cobertura a esses irresponsáveis, indo acreditar que havia uma marcha sobre Lisboa, que nunca existiu –

[193] José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe (1974-1985) ", dir: José Mattoso, vol. 8: *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 210.
[194] Primeiro Pacto MFA-Partidos, de 13-4-75, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut20 (acedido a 17-4-17).
[195] Em 7 de Novembro de 75, Soares e Cunhal enfrentam-se num debate transmitido pela RTP, moderado por Joaquim Letria e José Megre, debate que se prolongou por quatro horas.
[196] Joana Lopes, *7 de Novembro de 1975 - «Olhe que não!»*, publicado em 7-11-2008 (acedido a 18-4-17).

que só existiu na cabeça desses paranóicos – constituíram também graves responsabilidades."

Trata-se de um enquadramento apenas partidário, cujos protagonistas eram o PCP e o PS, este em disputa pelo poder com o MFA. A extrema-esquerda, apesar de não estar representada na Constituinte e muitas vezes não se assumindo como um partido clássico, dominava no contexto social, apelando ao poder popular e ao abstencionismo.

# 2.As Organizações de Extrema-Esquerda no PREC

Foi no virar dos anos cinquenta para os sessenta que o Partido Comunista Português (criado em 1921) começou a sofrer as primeiras críticas ao rumo seguido pelo partido, que se deveram à fraca actividade aquando a farsa eleitoral de 1958 e na recusa de acções violentas na vaga de protestos que decorreu entre 1961 e 1962. Para controlar os desvios de esquerda no seio do partido, o PCP manda editar o livro de Lenin, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*.[197]

"(…) uma certa sensação de desencanto perante a experiência soviética junto de sectores tendencialmente apoiantes das posições comunistas, decepção estimulada pelo XX Congresso do PCUS, pela repressão às insurreições populares ocorridas a Leste e pela ruptura ideológica entre a China e a União Soviética."[198] Os historiadores afirmam que os desvios no seio do movimento comunista se deram principalmente à cisão sino--soviética.

Em Portugal, essa cisão teve um rosto: Francisco Martins Rodrigues. Nascido em 1927, ingressa no MUD Juvenil e no PCP nos anos cinquenta. Fugiu de Peniche na

[197] Miguel Cardina, *O essencial sobre a Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus, 2010, p. 37.
[198] Miguel Cardina, *Margem de certa maneira: O maoísmo em Portugal (1964-1974)*, 2010, disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15488/1/Tese%20doutoramento_Miguel%20Cardina.pdf , p. 47.

célebre fuga de 1960, juntamente com Cunhal. Redige uma série de cartas ao Comité Central reflectindo a cisão entre a China e a URSS, e, em reunião com o Comité em Moscovo, em 1963, estabelece os três pontos onde as correntes divergem: "a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada; o necessário protagonismo do proletariado na revolução e a política de unidade nacional antifascista; a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo."[199] "Em vez de o partido procurar mobilizar os trabalhadores para preparar a insurreição armada, estava a fazer acordos com esses tipos e a negociar com militares."[200] Define o PCP como um condutor do proletariado para lutas pacíficas, sendo expulso do partido em 1964.

É a cisão de Martins Rodrigues que origina, em Portugal, a criação de várias organizações marxistas-leninistas, de inspiração maoísta, do lado oposto ao PCP, que no seu órgão de comunicação *Avante!,* afirma ser "uma autêntica provocação tendente a identificar-se com a acção do próprio inimigo [o fascismo]."[201]

## 2.1. O MRPP: da importância do assassinato de Ribeiro dos Santos ao repúdio ao "Partido 'Comunista' Português"

O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) foi fundado em Setembro de 1970, tendo origem na Esquerda Democrática Estudantil (EDE), movimento dinamizado através de uma manifestação em Fevereiro de 1968, junto à embaixada dos Estados Unidos da América contra a guerra no Vietnam, "procurando atingir em ricochete a guerra levada a cabo em África."[202] Esta organização ganhou força com a contestação estudantil durante os anos de 1968-69 e com as "eleições" de 69 e tinham como principais dinamizadores Filipe Rosas, Fernando Rosas, Amadeu Lopes Sabino (estes dois últimos pertenceram ao PCP), João Isidro, entre outros.

[199] Miguel Cardina, *O essencial sobre a Esquerda Radical,* Coimbra, Angelus Novus, 2010, p. 38.
[200] Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, por Miguel Cardina, em Janeiro de 2008. Disponível em https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/06/25/uma-entrevista-a-francisco-martins-rodrigues-2/ .
[201] "Cuidado com eles!", *Avante!,* nº349, Dezembro de 1964.
[202] Miguel Cardina, *Margem de certa maneira: O maoísmo em Portugal (1964-1974)*, 2010, disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15488/1/Tese%20doutoramento_Miguel%20Cardina.pdf , p. 97.

"No momento inicial, o grupo tinha uma configuração bastante ecléctica, assumindo-se como uma frente estudantil de esquerda e que se pretendia afastada das oposições tradicionais de matriz socialista e comunista. Progressivamente, o movimento vai adquirindo uma feição mais 'marxista-leninista', aproximando-se dele Arnaldo Matos, que viera de Macau, onde cumprira o serviço militar, e adquirira amplo conhecimento das obras de Mao."[203]

Em 1970, Fernando Rosas junta-se na casa do irmão em Benfica[204] com Arnaldo Matos, João Machado e Vidaul Ferreira e a partir dessa reunião, a 18 de Setembro desse ano, é criado o MRPP e o seu primeiro comité central – o Comité Lenin, com Arnaldo Matos como secretário-geral.

O MRPP advém do agrupamento de vários pequenos grupos de agitação social, não só da EDE, como também um grupo de operários saídos do PC e de um grupo de jovens activistas contra a guerra dentro da tropa – Resistência Popular Anti-Colonial (RPAC). E é dessa fusão que surge o MRPP.[205]

No dia 12 de Outubro de 1972, é organizado um "meeting contra a repressão" no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Antes de começar a reunião, os estudantes reparam que havia um "sujeito a ver cartazes e desconfiaram [os estudantes] que era PIDE". Prenderam-no e puseram-lhe um saco na cabeça, para que não pudesse identificar ninguém. Posteriormente, num momento sui generis, diga-se, a Direcção da Associação de Estudantes de Económicas chama a PIDE/DGS para virem reconhecer o sujeito que tinha sido detido pelos estudantes, "o que era uma loucura porque era deitar gasolina no fogo", como comenta a agora procuradora-geral distrital de Lisboa, Maria José Morgado, então presente nesse meeting em Económicas.[206]

Chegados dois agentes da PIDE/DGS, estes dizem que o individuo preso não era da PIDE mas insistem em levá-lo, agitando ainda mais a situação. Geraram-se conflitos entre os estudantes e os dois agentes, um deles acaba por disparar, atingindo José António Ribeiro dos Santos e José Lamego, ambos estudantes de Direito. Ribeiro dos

[203] *Op. Cit.*, p. 98.
[204] Documentário de Daniel Cruzeiro, "Do outro lado da luta", s/d.
[205] Entrevista a Fernando Rosas que consta no documentário de Daniel Cruzeiro, "Do outro lado da luta", s/d.
[206] Depoimento de Maria José Morgado e de José Lamego sobre o assassinato de Ribeiro dos Santos, disponível em http://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-assassinato-de-ribeiro-dos-santos/ , acedido a 14-04-17.

Santos acaba por falecer no hospital, enquanto José Lamego dá entrada no Hospital de S. José, baleado na coxa, transferido posteriormente a mando da PIDE/DGS para o hospital-prisão de Caxias.[207]

A morte a tiro de um militante da Federação de Estudante Marxistas-Leninistas (FEML), um ramo do MRPP, por parte da polícia política, originou uma vaga de protesto e de comoção por parte da população lisboeta, que faria do funeral do estudante uma grande manifestação contra a repressão fascista. " […] Foi um dos factos mais marcantes da última fase da ditadura, pelo grande movimento estudantil e popular que suscitou logo de seguida."[208]

No seio do MRPP, pensava-se que o assassinato teria resultado da colaboração entre a PIDE/DGS e "dois agentes revisionistas do Partido chamado 'Comunista' e dito 'Português' do biltre Barreirinhas Cunhal."[209] Independentemente dos autores do assassinato, a morte de Ribeiro dos Santos serviu como um mote para o MRPP intensificar a sua luta, não só contra o fascismo mas também contra o PCP. "O movimento estudantil já era um sintoma da podridão do regime."[210]

A partir daí, o MRPP radicalizara-se nas suas acções, movimentando-se na clandestinidade, começando com o funeral do seu camarada morto pelas mãos do regime. Diz Fernando Rosas: "O MRPP era um partido de *agitprop*, no verdadeiro sentido da palavra. Manifestações relâmpago às horas de ponta, nos sítios centrais da cidade, em que grupos de trinta, quarenta pessoas apareciam, pintavam os eléctricos, os autocarros […]. Repare, 'Guerra do Povo à guerra colonial', num autocarro que atravessa a cidade de ponta a ponta é uma espécie de cartaz ambulante difícil de parar. É uma coisa que eles [MRPP] tinham recebido de Espanha, dos grupos de estudantes espanhóis que o faziam também. E cá copiou-se: apedrejar as montras dos bancos, distribuir papéis do alto de um autocarro numa hora de ponta; intervenções quase de

[207] Miguel Cardina, *Margem de certa maneira: O maoísmo em Portugal (1964-1974)*, 2010, disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15488/1/Tese%20doutoramento_Miguel%20Cardina.pdf , p. 106.
[208] Entrevista a José Lamego no documentário de Daniel Cruzeiro, "Do outro lado da luta", s/d.
[209] "Honra a Ribeiro dos Santos! O Povo não te esquecerá!", MRPP, s/d.
[210] Maria José Morgado, sobre o assassinato de Ribeiro dos Santos, disponível em http://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-assassinato-de-ribeiro-dos-santos/ , acedido a 14-04-17.

guerrilha urbana, no entanto, sem armas, em que as armas eram os papéis e os sprays."[211]

No entanto, e após quatro anos de luta contra o fascismo, o MRPP não considerou que a Revolução que teve lugar a 25 de Abril tenha sido uma autêntica Revolução, que era uma disputa pelo poder entre duas facções burguesas. Rosas afirma que a atitude do MRPP perante o 25 de Abril, que, sublinha, não foi única do MRPP – foi igualmente reproduzida por outros movimentos de extrema-esquerda – que o golpe que o MFA levara a efeito era "um suspeitoso golpe do general Spínola para, de alguma forma, 'safar' a ditadura"[212], e, como disse José Luís Saldanha Sanches, um antigo activista do MRPP que acabou por se afastar ideologicamente, "refugiou-se no seu sectarismo mais estéril."[213]O Comité Lenin chega mesmo a lançar um comunicado à população, revestido de alguma peculiaridade e comicidade (ver anexo nº3 na página 25).

A clivagem ideológica entre o MRPP e o PC só tende a acentuar-se depois do 25 de Abril, sendo os argumentos utilizados iguais ou parecidos àqueles que remontam a Martins Rodrigues. Para o PC, os membros do MRPP não passavam de "meninos rabinos pinta paredes", "agentes do imperialismo e da CIA", "filhos de ricos"; e para o MRPP os comunistas eram "sociais-fascistas", "revisionistas", "traidores".[214]

A 17 de Março de 75, o Conselho da Revolução suspende a actividade partidária do MRPP até às eleições para a Assembleia Constituinte, por considerar a sua acção "perturbadora e antidemocrática"[215], impedindo-o de participar nas mesmas.

As notícias que chegavam ao Conselho da Revolução e ao COPCON sobre a actividade política do MRPP não eram boas: chegam, à posse de Otelo, informações vindas de um alegado militante do MRPP, alegando que o partido desenrolaria actividades subversivas nos quartéis e que desviaria armas dos mesmos. Segundo o jornalista Paulo Moura, Otelo apresentara esta informação ao Conselho da Revolução, afirmando porém que poderia não ser verídica. Este órgão, encabeçado pelo Presidente da República, terá ordenado a prisão imediata "de tudo o que é MRPP". Otelo ainda terá

[211] Entrevista a Fernando Rosas que consta no documentário de Daniel Cruzeiro, "Do outro lado da luta", s/d.
[212] *Idem*.
[213] José Luís Saldanha Sanches, *idem*.
[214] António Monteiro Cardoso, *idem*.
[215] Decreto nº 177-E/75, de 17 de Março, do Conselho da Revolução, que proíbe a actividade política do MRPP, do Partido da Democracia Cristã e da Aliança Operário-Camponesa até às eleições para a Constituinte, pelos mesmos motivos.

alegado que seriam centenas, ao que, supostamente, Costa Gomes responde "quantos mais melhor".[216]

Com a ordem dada do Conselho da Revolução, Otelo e o COPCON elabora uma missão conjunta, que consiste em cercar todas as sedes do MRPP em todo o país, à mesma hora, "incluindo a Faculdade de Direito […] e todos os indivíduos que lá se encontravam foram presos. Resultado: quinhentos presos, incluindo Arnaldo Matos"[217] e também Fernando Rosas.

O órgão de comunicação do MRPP, *Luta Popular,* veio dizer que foram mais de quatrocentos militantes e simpatizantes presos. Independentemente do número, não deixa de ser um exemplo de prisão política depois do 25 de Abril.

É nesta altura, com a prisão do secretário-geral do MRPP, que surge um *slogan* nas paredes de Lisboa, pintado pelos militantes que escaparam à prisão, que dizia "Libertação imediata para o camarada Arnaldo Matos – Grande dirigente e educador do proletariado português", num momento de vaidade do dirigente ou de ironia por parte do dissidente Saldanha Sanches[218] (ver anexo nº6 da página 27).

Era na Faculdade de Direito de Lisboa que o MRPP tinha mais influência, algo que já acontecia antes do 25 de Abril, controlando os inúmeros plenários de estudantes. No final de 1974, aparece um jovem carismático, que se torna muito activo na faculdade e se junta ao MRPP, chamado José Manuel Durão Barroso. E foi a linha política deste jovem, futuro primeiro-ministro e Presidente da Comissão Europeia, que radicalizou a acção política do partido na faculdade: numa primeira fase, diz-se que Barroso moveu toda a mobília da sala de professores da universidade para a sede nacional do MRPP, algo que não aconteceu por resistência dos seus camaradas Arnaldo Matos e Saldanha Sanches; e depois dessa tentativa frustrada, saneou professores da faculdade em "julgamentos públicos", "próprios dum tribunal de Inquisição", entre eles, o professor Soares Martinez, antigo reitor, que, antes do 25 de Abril, tinha ordenado a presença de

[216] Paulo Moura, *Otelo, o Revolucionário,* s/l., Dom Quixote, 2012, disponível em https://books.google.pt/books?id=hOnZWc4ShW8C&pg=PT110&lpg=PT110&dq=28+de+maio+de+1975+mrpp&source=bl&ots=5PYj8UdpwP&sig=XmqiXbxp3Az2fJ4w6MvCyfcF8x0&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjw3PLB8MTTAhWLPxQKHd0tAr04ChDoAQghMAA#v=onepage&q=mrpp&f=false (páginas indisponíveis).
[217] António Monteiro Cardoso, no documentário "Do outro lado da luta".
[218] *Idem*.

"gorilas" na faculdade, uma espécie de guardas políticos que "mantinham a ordem" com a força.[219]

O actual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e então professor assistente da faculdade, explica como eram feitas as avaliações durante o PREC. O júri era composto por um professor ("leia-se assistente, porque já não havia professores" [220]) e um estudante. O professor tinha voto de desempate. E se o aluno se sentisse injustamente avaliado, pedia aos alunos presentes na sala que votassem de braço no ar.[221]

A Faculdade de Direito de Lisboa foi um pólo "não-oficial" de difusão dos ideais maoístas, com o MRPP a dominar todas as ofensivas estudantis e em que os seus militantes praticamente ditavam as regras.

Com a chegada do "Verão quente", acontece aquilo a que se pode chamar uma cisão no seio do MRPP. A influência social do PS verificada no comício na Fonte Luminosa e a influência política do Documento dos Nove foram como que uma oportunidade para retirar o PCP do poder. "O MRPP, e as pessoas com um passado antifascista e anti-PCP, estavam perante a solução impossível: ou apoiavam o PCP e renunciavam àquele desprezo completo que sempre tivemos pelos revisionistas e pelos sociais-fascistas, ou alinhávamos com a direita, com o dr. Mário Soares, mas isso era renunciar à Revolução.[222]"

Esta posição de Saldanha Sanches, apesar de algo irónica, foi o que realmente aconteceu durante o "Verão quente". O MRPP, sem ter em conta a sua ideologia política, aliou-se a um bloco dito moderado, encabeçado pelo PS, PPD e pelos Nove, com o único objectivo de derrotar o PCP. É nesta altura que o próprio Saldanha Sanches se demarca dessa linha política de Arnaldo Matos, defendendo que essa "aliança com a direita" não deveria ser feita, acabando mesmo por sair do partido.

---

[219] Amílcar de Melo, *Portugal Económico, Político e Social*, Edições Vieira da Silva, 2016, disponível em https://books.google.pt/books?id=DFI9DQAAQBAJ&pg=PT602&lpg=PT602&dq=faculdade+de+direito+mrpp&source=bl&ots=DSJh7Vs1y_&sig=z3eg30XFrfwsh-sp6BsxrtgB1rk&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjKzLnXr8fTAhWLPBQKHSUnDr84ChDoAQhmMAk#v=onepage&q=faculdade%20de%20direito%20mrpp&f=false (páginas indisponíveis), acedido a 24-04-17.
[220] Marcelo Rebelo de Sousa, no documentário "Do outro lado da luta".
[221] *Idem*.
[222] José Luís Saldanha Sanches, *idem*.

Um ano depois, a 27 de Junho de 1976, nas primeiras presidenciais do pós-25 de Abril, o MRPP apelou ao voto em Ramalho Eanes, um dos autores das acções militares do 25 de Novembro, aquele que, ao que tudo indica, impediu a Revolução socialista em Portugal. A única explicação para este apoio do MRPP deverá ser pelo seu anticomunismo. Mas Fernando Rosas explica que Arnaldo Matos e Ramalho Eanes eram muito amigos, que Eanes tinha sido seu superior militar em Macau; e que o seu contracto tinha sido revitalizado depois da Revolução. Seja como for, vê-se, no final do PREC, um partido dito maoísta a apoiar uma ala moderada da Revolução, completamente contra aos seus ideais iniciais, apoiando para presidente um indivíduo "que era considerado por toda a esquerda portuguesa como um militarista, quase um Pinochet".[223]

Rapidamente o MRPP não só perdeu o seu fulgor na actividade política em Portugal, como também a sua ideologia mergulhou no ridículo. Tal ousadia nesta palavra deve-se ao facto do MRPP não ter tido qualquer ideologia ao apoiar a direita, apenas o fez por conveniência. Muitos militantes influentes, como Fernando Rosas, Maria José Morgado, Ana Gomes, José Lamego, entre outros, acabariam por sair do partido, deixando-o até aos dias de hoje, agora designado por Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP-MRPP), porém, com ínfima expressão na sociedade, contrariando os tempos de PREC.

## 2.2.Por uma Frente de Unidade Revolucionária

A criação da Frente de Unidade Revolucionária (FUR) remonta a uma reunião que teve lugar a 25 de Agosto de 1975 entre várias organizações de extrema-esquerda, com o objectivo de apoiar o V Governo Provisório e contrariar a crescente influência do Grupo dos Nove no processo da Revolução, com o aval do COPCON.

Inicialmente, esta organização surgiu com o nome de Frente de Unidade Popular (FUP) e contou com a presença da Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR), do Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), da

[223] António Monteiro Cardoso, *idem*.

Frente Socialista Popular (FSP), da Liga Comunista Internacionalista (LCI), do Movimento de Esquerda Socialista (MES), do MDP/CDE, da Organização 1º de Maio e do PCP.

A Organização 1º de Maio acabaria por deixar a FUP um dia depois da sua criação e o PCP sairia depois de uma manifestação de apoio ao V Governo e ao Presidente da República organizada pela Frente a 27 de Agosto, junto ao Palácio de Belém. Diz-se que Cunhal, como não estava em Lisboa, não estando portanto presente na reunião de 25 de Agosto, não gostou do facto dos comunistas aderirem à FUP, abandonando-a três dias depois da sua criação.[224] O MDP/CDE, partido satélite do PC, lá continuou, porém, "a sua participação na FUR é atípica e circunstancial quando comparada com a das outras organizações."[225]

A efémera presença do PCP na FUP foi algo de caricata, diga-se, e colocou comunistas em discussão. Um antigo militante do PC, Carlos Brito, escreve no seu livro *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente,* como se originou esta divergência. O próprio Carlos Brito, que se preparava para uma sessão na Constituinte, foi envolvido na reunião de 25 de Agosto pouco tempo antes da reunião, por "indicação do camarada Álvaro", que tinha ido para o Alentejo. Na manhã seguinte, Brito alega ter encontrado Cunhal, que parecia descontente com a decisão tomada: "não tive dúvidas que a opinião dele era outra". Cunhal disse que Carlos Brito envolvera o "Partido num compromisso com o esquerdismo". O deputado constituinte acusa o líder comunista de não querer formar uma frente popular apesar do ter dito em discursos. O caso da participação da FUP acabaria por ir para a Comissão Política do partido, que seguiria a opinião de Álvaro Cunhal.[226]

Ainda é conhecido um discurso professado por Vasco Gonçalves na manifestação de 27 de Agosto, curiosamente, apelando à unidade de todos os portugueses e aplaudindo a Frente: "Todos os verdadeiros socialistas devem entrar para esta frente, ela está aberta a todos os portugueses. É nesse sentido que nós saudamos, com alegria, a

[224] Carlos Brito, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente,* Edições Nelson de Matos, 2010, s/l., páginas indisponíveis.
[225] José Pacheco Pereira e Júlio Sequeira, *Autocolantes das Organizações da FUR,* Tinta-da-china, 2017, Lisboa, pág. 9.
[226] Carlos Brito, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente,* Edições Nelson de Matos, 2010, s/l., páginas indisponíveis.

constituição desta Frente. Esta Frente é a que deve levar Portugal para os caminhos do futuro, e numa frente unida, de unidade."[227]

A FUP acabaria por se estabilizar após a saída do PC, a 28 de Agosto. A 2 de Setembro, a FUP passa a designar-se por Frente de Unidade Revolucionária (FUR) e a 10 publica o seu manifesto, que, muito concisamente, acusa a Revolução de estar a seguir um rumo burguês e reaccionário, tanto no ramo militar como no ramo civil; e expõe as suas ideias, defendendo o poder popular e apelando uma "ofensiva de massas para derrotar a social-democracia e esmagar o fascismo":[228]

A 12 de Setembro, realiza o único congresso da sua história, no Campo Pequeno, documentado com um cartaz assinado pelo Secretariado da Plataforma de 25 de Agosto de 1975, órgão central da Frente (ver anexo nº11 na página 29).

É conhecido também um cartaz assinado pela FUR com o seu programa político (ver anexo nº12 na página 30), constituído por catorze pontos. Defende os órgãos de poder popular; o saneamento dos "sociais-democratas golpistas"; a repressão de fascistas e reaccionários que têm desenvolvido actividades anticomunistas; a criação de Tribunais Populares; a "nacionalização sem indeminizações e sob o controle dos trabalhadores" dos grupos económicos "no caminho para a apropriação colectiva dos meios de produção"; a luta pela reforma agrária de carácter revolucionário que satisfaça as aspirações dos trabalhadores rurais; a "luta pela independência nacional face ao imperialismo e a qualquer bloco político-militar"; a saída da NATO e o fim do Pacto Ibérico; a aliança com o MPLA; a dissolução da Constituinte, denunciando o seu burguesismo; e a formação de um Governo de Unidade Revolucionária. No fundo, reivindica o programa do Documento do COPCON.

A 28 de Setembro de 1975 realiza uma manifestação, documentada com um comunicado assinado pelo Secretariado Provisório da Plataforma de 25 de Agosto (ver anexo nº14 na página 33), em que relembra a vitória popular que tinha ocorrido há um ano, mas focando a sua manifestação no facto de a actividade burguesa e capitalista não ter terminado com o 28 de Setembro e com o 11 de Março: "A prová-lo temos a ofensiva

[227] Discurso de Vasco Gonçalves na manifestação convocada pela FUR a 27 de Agosto, única participação do PC na Frente, disponível em https://www.marxists.org/portugues/goncalves-vasco/1975/08/27.htm , acedido a 27-04-17.
[228] Manifesto da FUR, de 10 de Setembro de 1975, disponível em https://drive.google.com/file/d/0B8qf4EMOlMBkYjA1ZGYzOTQtOGQwOS00NTBkLWE2ZTAtNjYxZTk0M2M3MDI5/view?hl=pt_PT (acedido a 27-4-17).

que todas as forças reaccionárias e contra-revolucionárias, estão a desencadear, com vista a liquidar as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e restaurar o autoritarismo capitalista."

A documentação disponível relativamente à FUR é escassa, o que se pode justificar com a sua curta duração. Aparte dos cartazes analisados, que estão assinados pela FUR, a maior parte da propaganda está assinada pelos partidos que aderiram à Frente.

Por exemplo, veja-se esta edição de 18 de Setembro de 1975 do *Poder Popular*, órgão do MES. Contém uma reportagem sobre o comício da FUR, ilustrada com fotografias inéditas (ver anexo nº13 na página 33), incluindo também o discurso de Afonso de Barros, membro do MES e do secretariado provisório da FUR, onde acusa a actividade reaccionária da burguesia, dizendo várias vezes que Portugal não será o Chile da Europa, e Mário Soares, de ser um "cão de guarda fiel do capitalismo e do imperialismo de cócoras perante os seus patrões".[229]

Apesar da FUR nunca ter assinado nenhum cartaz ou autocolante que defendesse a luta armada, dois dos seus partidos aderentes defendiam-na com fulgor, que são o PRP-BR e a LUAR. Ambos protagonizaram a luta armada não só durante o PREC, como também contra o Estado Novo.

Em 1970, Isabel do Carmo e Carlos Antunes criaram as Brigadas Revolucionárias, uma organização de luta armada, cuja primeira acção foi um ano depois, com a sabotagem da base da NATO na Fonte da Telha. As BR eram um movimento político com tendência bélica, que, segundo Isabel do Carmo, abandonaram a luta armada com o 25 de Abril para se dedicarem à actividade política, compilando-se num partido, o PRP, criado ainda antes da Revolução, em 1973.

O PRP tornou-se num dos braços armados do enquadramento partidário da Revolução, pelo que defendiam que a única forma de a fazer era com arma em punho. Era um partido que se demarcava ideologicamente de Stalin.[230]

[229] "Para derrotar a social-democracia e esmagar o fascismo!", *Poder Popular*, nº9, 18 de Setembro de 1975.
[230] Entrevista a Isabel do Carmo, por Maria João Avillez, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eicarmo .

Diz Isabel do Carmo, numa conferência de imprensa do partido, em 9 de Novembro de 1975: "Nós pensamos que, para que se solucione o problema da degradação económica que existe neste país, é necessário um programa revolucionário, e esse programa só é possível com um poder revolucionário. Para esse programa revolucionário e esse poder revolucionário, quanto a nós, a única solução é a insurreição armada. Pensamos que isto é um título atrevido para um manifesto e que é talvez uma forma atrevida de dizer as coisas. Mas quanto a nós é a única forma possível de o dizer. Não dizer assim, é escamotear o problema. E pensamos mais, pensamos que a insurreição armada é a única forma de evitar a guerra civil. A burguesia tem assustado muito a opinião pública com a guerra civil. E é efectivamente a burguesia, as forças de direita, o Partido Socialista incluído, que têm procurado lançar, aquilo a que eles chamam, 'Agentes do Norte', contra aquilo a que eles chamam, 'Comuna de Lisboa', trabalhadores contra trabalhadores." Há aqui uma clara alusão à realidade da divisão ideológica do país, porém, segundo Isabel do Carmo, essa divisão é provocada pela direita política. "É nossa intenção, ao contrário disso, unir todos os trabalhadores. E quando nós dizemos que organizamos e estamos a organizar a insurreição armada é no sentido de organizar todos os trabalhadores, organizar a sua força, organizá-los pelas armas, no sentido de ser possível aos trabalhadores tomar e exercer o poder."[231] A partir desta interessante declaração (do ponto de vista ideológico), de uma das dirigentes do PRP, é possível perceber as propostas políticas que apresenta, dando primazia ao armamento dos trabalhadores. Será esse o ponto onde o PRP se distinguirá de outras organizações de esquerda - claro que tal afirmação é muito subjectiva.

Em entrevista a Maria João Avillez, Isabel do Carmo explica a formação da FUR. Na manifestação de 27 de Agosto, dirigindo-se a Vasco Gonçalves e a Costa Gomes, a FUR propôs a remodelação do governo para um governo revolucionário apoiado em bases de poder popular, cujo programa seria o Documento do COPCON. Apoiaram a manifestação, mas não cumpriram as reivindicações da FUR, o que se deva talvez à saída do PC.

Afirma ainda que o 25 de Novembro foi já um golpe que havia sido preparado aquando a formação da FUR. "[…] minha versão é que não havia nenhum golpe de esquerda organizado! O que houve foi um golpe de direita alargada - que englobava os

[231] Conferência de imprensa do PRP em 9 de Novembro de 1975, disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partido-revolucionario-do-proletariado/ .

Nove e o PS mas que começava na extremíssima direita... ELP e companhia! Foi feito classicamente, com Eanes a conduzir, um golpe organizado, com estruturas militares, unidades, etc. E com aquilo que é necessário para um golpe, que é fazer saltar um álibi! O álibi foram as tropas especiais de Tancos que se sublevam […]". [232]Um depoimento que questiona a veracidade da historiografia do PREC, visto que, hoje em dia, os acontecimentos que se desenrolaram a 25 de Novembro são uma incógnita.

A FUR é, portanto, a congregação das forças mais à esquerda, no espectro político, cujo objectivo o derrube da social-democracia, a democracia dita parlamentarista e representativa, para a instauração de um governo assente em bases populares, dando força às instituições de cariz popular, como as Comissões de Moradores ou de Trabalhadores. Acusa o PCP de não ser um partido revolucionário e acusa os maoístas de serem ultra-stalinistas, idealizando o seu próprio projecto político e demarcando-se dessas organizações.

Foi dada especial atenção ao PRP-BR neste capítulo devido ao seu extremismo ideológico, quando comparado com as outras organizações, tornando-se a facção armada da FUR, e também pela sua propaganda original que será analisada no capítulo de anexos.

[232] Entrevista a Isabel do Carmo, por Maria João Avillez, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eicarmo .

# Breves conclusões

"Foi uma euforia [o 25 de Abril] porque aquilo que as pessoas menos suportam é a opressão, suportarão até melhor a miséria! A explosão contra a opressão foi uma grande alegria como foi o direito à palavra. Claro que os intelectuais e as pessoas que andavam por aí, tiveram sempre um certo direito à palavra... Não nos iludamos sobre isso... Agora a grande massa da população, essa não dizia o que queria, nem o que sofria. Justamente o que mais me comoveu foi esse direito à palavra que se ganhou daquela forma anárquica, desorganizada! Assustadora com certeza, para as classes mais estruturadas."[233]

É isto que me fascina mais no período do PREC, a liberdade de expressão e de opinião conseguida pelo povo. E penso que responde parcialmente à primeira questão colocada no início deste estudo: porque é que o processo revolucionário português foi um período tão vincado à esquerda.

Há que ter noção de certas coisas:

Primeiro que tudo, parte da população politizada, com contacto com os ideais comunistas, eram pessoas obviamente descontentes com o regime fascista; e o 25 de Abril levou muitos a dizerem "Direita e fascismo nunca mais!", com toda a legitimidade.

E a esquerda, sobretudo o MFA, soube aproveitar isso. Há que ser imparcial, mesmo sabendo que este é o único espaço onde posso não o ser: as "Sessões de Esclarecimento" do MFA eram autênticas lavagens cerebrais para a população. A esquerda tornou a direita num "bicho papão", mesmo sabendo que, e contrariando os seus argumentos, a ideologia de direita está longe de ser fascismo.

A esquerda dominou o período de PREC devido a uma ressaca de um fascismo de quarenta e oito anos, originando uma utilização anárquica da palavra, como disse Isabel do Carmo, que só existiu porque tal direito à palavra foi negado à população.

Com este estudo chego também à conclusão que a extrema-esquerda, durante o PREC, foi sui generis, na medida em que se adaptou à realidade portuguesa. Como disse Otelo numa entrevista em tempos de PREC, quando interrogado se o tipo de socialismo

[233] Isabel do Carmo em entrevista, disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eicarmo .

a seguir em Portugal era de tipo soviético ou cubano, “nós queremos fazer o socialismo à portuguesa”. E aparte disto, como vimos, é algo peculiar ver uma organização maoísta a apoiar Ramalho Eanes. Daí ser importantíssimo o estudo da extrema-esquerda em Portugal, durante o PREC, porque durante este período, esta ideologia assumiu idiossincrasias que a afastam levemente dos textos de Marx, Engels, que seja; afirmando-se como o “socialismo à portuguesa”.

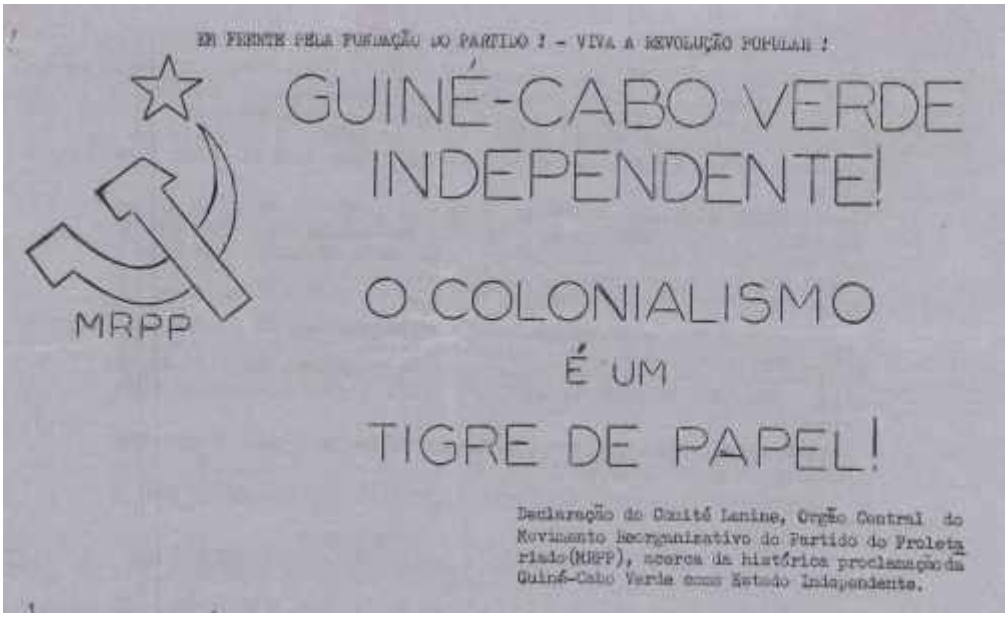
Agradeço, como cidadão, aos Arquivos Ephemera, Casa Comum, Memoriando, ao Centro de Documentação 25 de Abril, aos projectos “Memórias da Revolução” e “Extrema-esquerda: Porque não fizemos a Revolução?”, e aos blogs “Caminhos da Memória”, “1969 Revolução Ressaca” e “Entre as Brumas da Memória”; entre muitos outros autores, projectos e protagonistas da Revolução que têm vindo a partilhar a sua História. Há que fazer da historiografia do PREC mais clara, para que o testemunho continue a ser passado.

# Anexos

I. MRPP: A estética vinda da Revolução Cultural chinesa

Anexo nº1: O símbolo do MRPP e do PCP, ambos contendo a foice e martelo e a estrela de cinco pontas, distinguindo-se apenas pelas cores de fundo. A utilização da foice e do martelo no símbolo partidário originou alguma controvérsia entre MRPP, PCP e também a LCI, pois todos estes partidos reinvidicavam o comunismo mas o seu projecto político era diferente.

Fonte: Eduardo J. M. Camilo Freitas, *O Cartaz Partidário em Portugal (1974-1975)*, Edições UBI, Covilhã, 2004.



Anexo nº2: Cabeçalho de um comunicado do MRPP em 1973, onde utiliza uma expressão típicamente maoísta, o "tigre de papel", utilizada por Mao Tse-Tung para caracterizar os Estados Unidos da América.

Fonte: Arquivo Ephemera.

*"São os chacais que se disputam, os abutres que conspiram, as hienas que entre si lutam E a propósito de que coisa costumam lutar as hienas, conspirar os abutres ou disputar-se os chacais! A propósito de uma única coisas; a propósito da presa, a propósito da vítima, e do "direito" de a esquartejar à vontade e de à vontade a empalmar. E a vítima, no caso, não é outra senão o Povo português e os Povos irmãos das colónias. Tal é o real significado dos acontecimentos que se estão a desenrolar desde o começo da madrugada. Por consequência, nem a classe operária nem o Povo, têm algo a esperar, seja da camarilha marcelista seja da camarilha spinolista, senão a intensificação da criminosa guerra colonial-imperialista, o aumento da exploração, o agravamento da repressão, nem podem esperar delas outro progresso que não seja o "progresso" da fome, da doença e da miséria."*

Anexo nº3: Excerto do comunicado lançado a 25 de Abril de 74 pelo órgão central do MRPP, o comité Lenin, demarcando-se do golpe de Estado.

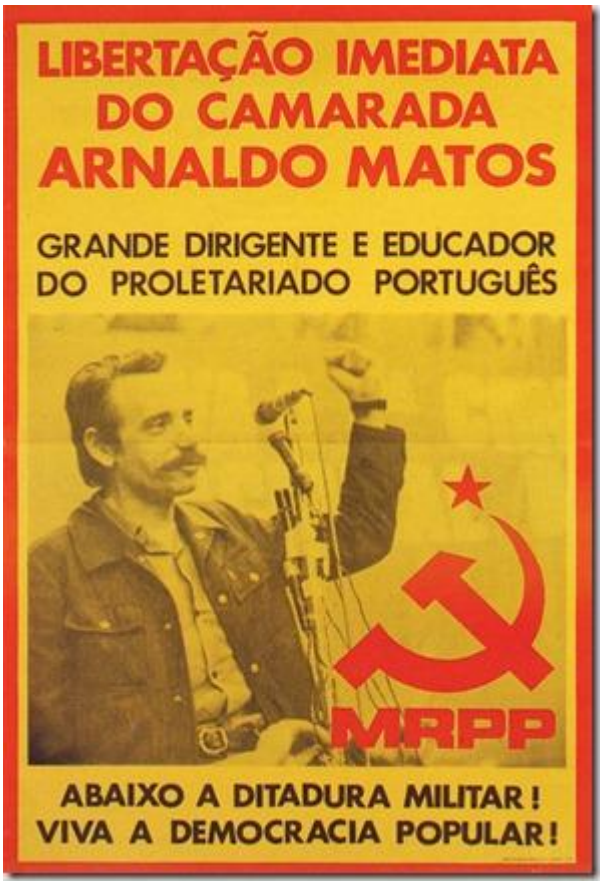
Fonte: http://1969revolucaoressaca.blogspot.pt/2014/04/mrpp-ao-povo-portugues-1974-04-25.html .

Anexo nº4: Cartaz que convoca uma manifestação no primeiro 1º de Maio depois do 25 de Abril, no Rossio, em oposição a outra manifestação convocada pelo PCP.

Fonte: Arquivo Casa Comum.

Anexo nº5: Cartaz não datado do MRPP cuja palavras de ordem eram "Morte ao revisionismo", isto é, ao percurso político do PC, acusando-o ainda de ser um partido "social-fascista", um "agente do social-imperialismo revisionista soviético".

Fonte: Arquivo Casa Comum.

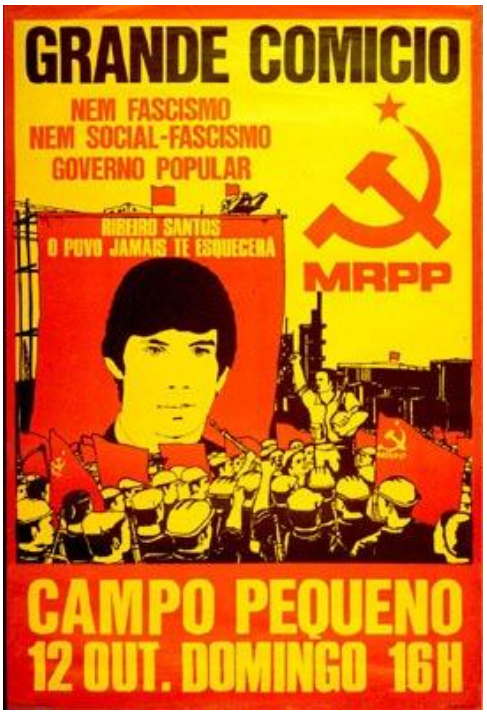



Anexo nº 6: Cartaz que saiu para as ruas depois de militantes do MRPP terem sido presos pelo COPCON, a 28 de Maio de 75. Este cartaz induz um intenso culto à personalidade do chefe por parte do Comité Lenin.

Fonte: Arquivo Casa Comum.

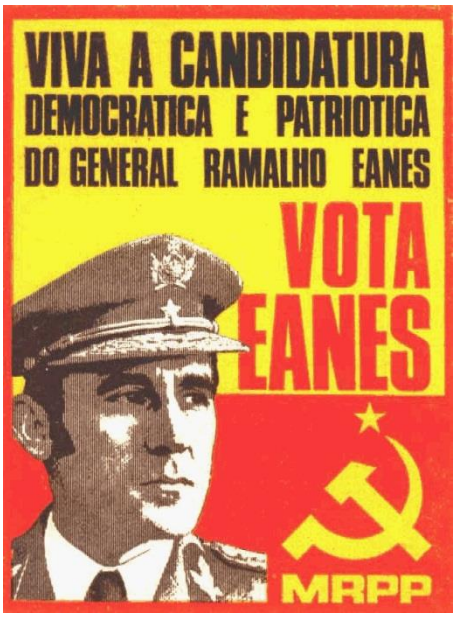
Anexo nº7: Cartaz que faz alusão à libertação dos militantes e simpatizantes do MRPP presos, e mais uma vez, prevalece o culto ao chefe, fazendo jus ao stalinismo do MRPP reinvidicado por Arnaldo Matos, que afirma numa conferência de imprensa do partido que Stalin é "um dos grandes educadores da classe operária".

Fonte: Eduardo J. M. Camilo Freitas, *O Cartaz Partidário em Portugal (1974-1975)*, Edições UBI, Covilhã, 2004.




Anexo nº8: Comício de homenagem a Ribeiro Santos, realizado na data da sua morte, 12 de Outubro, no Campo Pequeno.

Fonte: Arquivo Casa Comum.




Anexo nº9: Cartaz assinado pelo MRPP para as presidenciais de 76, apoiando a "candidatura democrática e patriótica" de Ramalho Eanes.

Fonte: Arquivo Casa Comum.

Anexo nº10: Pormenor de um mural assinado pelo MRPP no Instituto Superior Técnico, apelando ao voto em Eanes. Fernando Rosas caracteriza a pintura de murais como sendo uma espécie de "sessões de agitação" – as pessoas juntavam-se durante algumas horas para serem pintadas pelos artistas, e ao mesmo tempo, debatiam o assunto político a incluir no mural.

Fonte: Arquivo Casa Comum.

O MRPP, foi um dos partidos que, na minha opinião, mais elaborou a parte estética da sua propaganda, com uma clara influência chinesa. Rosário Jesus Félix, uma artista que fazia os esboços dos murais do MRPP, afirma que foi o contacto com a arte que

vinha da China no pós-25 de Abril que maravilhou os maoístas, tomando-a como ponto de partida para a sua propaganda. Fernando Rosas caracteriza-a como "uma estética importada da particular interpretação do realismo soviético que fazia a China, sobretudo a China da Revolução Cultural"[234]. Uma arte não efémera como foi o partido, talvez, cujo papel do autor não existe: existe o colectivo; e que perdura até aos dias de hoje.

II. Frente de Unidade Revolucionária

Anexo nº 11: Cartaz que anuncia a realização do único comício da FUR, realizado a 12 de Setembro de 1975, no Campo Pequeno

Fonte: Arquivo Ephemera.

[234] Entrevista a Fernando Rosas que consta no documentário de Daniel Cruzeiro, "Do outro lado da luta", s/d.

Anexo nº12: Plano político revolucionário da FUR.

Fonte: Arquivo Ephemera.

Anexo nº13: Fotografia do comício da FUR de 12 de Setembro, presente na edição nº9 do *Poder Popular*, órgão de comunicação do MES.

Fonte: Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa.

Frente Unidade Revolucionária FUR

todos à grande manifestação de 28 de Setembro

Faz um ano no próximo dia 28 de Setembro que as forças populares obtiveram a sua primeira grande vitória do período após 25 de Abril.

A luta de classes continuou e a burguesia não ficou parada. Foi ensaiando novas manobras ao longo dos meses, que a classe operária e as massas populares com a sua cada vez maior organização puderam rechaçar infringindo duros golpes no poder do capital.

No entanto, no 28 de Setembro de 74 tal como mais tarde no 11 de Março, não saíram definitivamente vencidos os inimigos dos trabalhadores e da Revolução Socialista.

A prová-lo temos a ofensiva que todas as forças reaccionárias e contra-revolucionárias estão a desencadear, com vista a liquidar as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e restaurar o autoritarismo capitalista.

Façamos do 28 de Setembro de 1975 uma jornada de luta contra a reacção capitalista.

A FUR apela à classe operária, às massas populares, aos soldados e marinheiros e aos orgãos do Poder Popular para que participem na grande manifestação do 28 de Setembro. A FUR apela também a todas as organizações progressistas e revolucionárias para que assumam as suas responsabilidades participando.

Todos ao Terreiro do Paço, no Domingo, dia 28 de Setembro, às 18 horas, para gritar BEM ALTO:

AVANÇAR AVANÇAR PODER POPULAR!
CONTRA O FASCISMO! CONTRA O CAPITAL! OFENSIVA POPULAR!
MORTE AO ELP E A QUEM O APOIAR!
MORTE AO FASCISMO!
ABAIXO A SOCIAL DEMOCRACIA!
CONTRA O IMPERIALISMO! UNIDADE REVOLUCIONÁRIA!
INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
REACCIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS JÁ!
OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS,
UNIDOS VENCEREMOS!
CLASSE OPERÁRIA COM A REFORMA AGRÁRIA!
TRABALHADORES, SOLDADOS, MORADORES!
ASSEMBLEIAS POPULARES!
VI GOVERNO NÃO! GOVERNO REVOLUCIONÁRIO SIM!

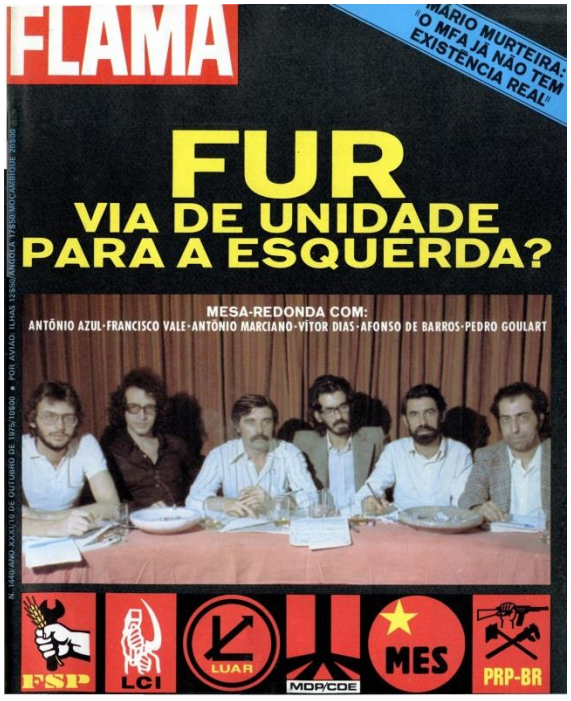
O Secretariado Provisório da Plataforma de 25 de Agosto.

Frente Unidade Revolucionária FUR

Anexo nº14: Comunicado da FUR, convocando a população para uma manifestação a 28 de Setembro de 1975: “Faz um ano no próximo dia 28 de Setembro que as forças populares obtiveram a sua primeira grande vitória do período após o 25 de Abril. A luta de classes continuou e a burguesia não ficou parada, foi ensaiando novas manobras ao longo dos meses, que a classe operária e as massas populares com cada vez maior organização puderam rechaçar infringindo duros golpes no poder do capital. No entanto, no 28 de Setembro de 74, tal como mais tarde no 11 de Março, não saíram definitivamente vencidos os inimigos dos trabalhadores e da Revolução Socialista. A prová-lo temos a ofensiva que todas as forças reaccionárias e contra-revolucionárias, estão a desencadear, com vista a liquidar as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e restaurar o autoritarismo capitalista. Façamos do 28 de Setembro de 1975 uma jornada de luta contra a reacção capitalista. A F.U.R. apela à classe operária, às massas populares, aos soldados e marinheiros e aos órgãos de Poder Popular que participem na grande manifestação de 28 de Setembro. A F.U.R. apela também a todas as organizações políticas progressistas e revolucionárias para que assumam as suas responsabilidades participando na manifestação. Todos ao Terreiro do Paço, no domingo, dia 28 de Setembro, às 28 de Setembro, às 18 horas, para gritar BEM ALTO: AVANÇAR AVANÇAR PODER POPULAR / CONTRA O FASCISMO! CONTRA O CAPITAL!

OFENSIVA POPULAR! / MORTE AO ELP E A QUEM O APOIAR! / MORTE AO FASCISMO! / ABAIXO A SOCIAL-DEMOCRACIA! / CONTRA O IMPERIALISMO! UNIDADE REVOLUCIONÁRIA! / INDEPENDÊNCIA NACIONAL! / REACCIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS JÁ! / OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS! / CLASSE OPERÁRIA COM A REFORMA AGRÁRIA! TRABALHADORES, SOLDADOS, MORADORES! ASSEMBLEIAS POPULARES! / VI GOVERNO NÃO! GOVERNO REVOLUCIONÁRIO SIM! O Secretariado Provisório da Plataforma de 25 de Agosto."

Fonte: Arquivo Ephemera.




Anexo nº15: Edição da revista *Flama* de 10 de Outubro de 1975, que inclui uma mesa redonda com os seis dirigentes dos seis partidos que formavam a FUR.

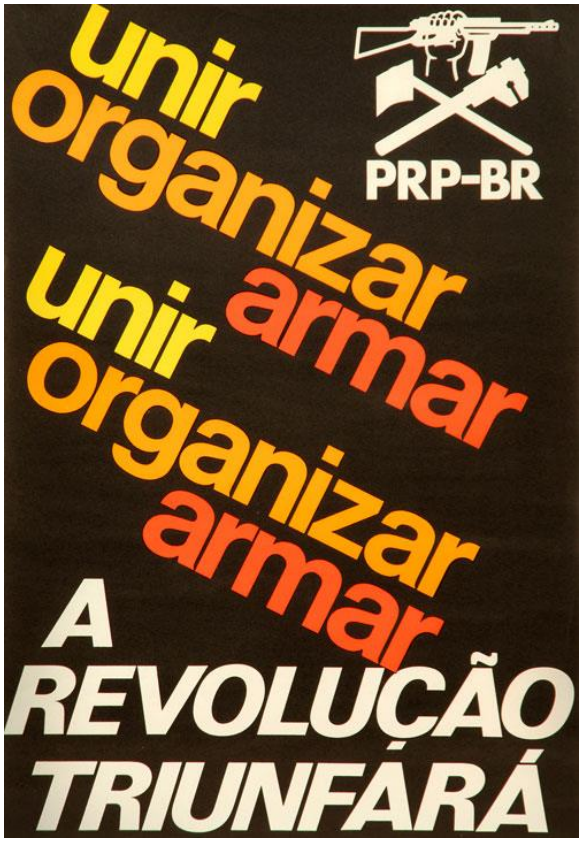
Fonte: Arquivo Ephemera.

# III.PRP-BR

Decidiu-se tratar a propaganda do PRP-BR num capítulo anexo à parte devido à originalidade da mesma, que incentivava o armamento do proletariado e a abstenção eleitoral. Agradece-se à Associação Memoriando por disponibilizar em arquivo digital toda a história e propaganda do PRP-BR.

Anexo nº16: O curioso símbolo do PRP-BR. Descarta a foice e o martelo para utilizar uma enxada e uma chave, e empunha o que parece ser ou uma G3 ou uma AK-47, que representa a luta armada.

Fonte: Arquivo Ephemera




Anexo nº16: Cartaz que apela à união e organização do povo pelas armas, com o mote de só assim a Revolução triunfar.

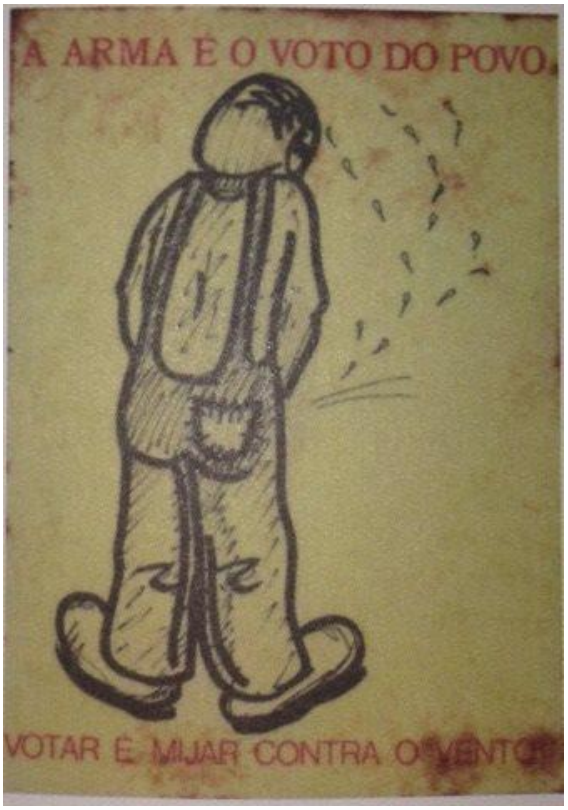
Fonte: Associação Memoriando.

Anexos n$^{os}$ 17, 18 e 19: Cartazes contra as eleições "burguesas", enaltecendo a importância do poder popular. As ilustrações dos dois primeiros cartazes são especialmente interessantes: no primeiro, um indivíduo entrega um voto numa urna, com os olhos vendados; no segundo, observa-se braços acorrentados, sobre as palavras de ordem, "não te deixes prender pelas eleições burguesas". No terceiro, apela-se ao voto nulo ou à abstenção

Fonte: Associação Memoriando

Anexo nº 20: Cartaz com as palavras de ordem "Uma só solução / Revolução Socialista".

Fonte: Associação Memoriando




Anexo nº 21: Autocolante satírico de uma organização regional do PRP na Margem Sul, que faz um trocadilho com a expressão "o voto é a arma do povo", dizendo que "a arma é o voto do povo" e que "votar é mijar contra o vento".

Fonte: Arquivo Ephemera.

Anexo nº 22: Outro autocolante da Organização Regional da Margem Sul com o mote "a arma é o voto do povo", desta vez apelando ao militarismo de Ramalho Eanes, com a ilustração, e sobre as palavras de ordem "contra o poder armado da burguesia, a força armada dos trabalhadores".

Fonte: Arquivo Ephemera.

# Bibliografia e fontes


- AAVV, *História de Portugal,* dir: José Mattoso, vol. 8: "Portugal em Transe (1974-1985) ", Lisboa, Editorial Estampa, 1994;
- AAVV, *História de Portugal,* dir: Rui Ramos, Capítulo X: "A Revolução de 25 de Abril e o PREC", Lisboa, Edições Imprensa Publishing, 2009.
- AAVV, *Passado e Futuro do 25 de Abril,* dir: Francisco Louçã e Fernando Rosas, Porto, Publicações Dom Quixote, 2004;
- AAVV, *Portugal - 20 Anos de Democracia,* dir: António Reis, s/l, Círculo de Leitores, 1994.
- AAVV, *Portugal Contemporâneo,* dir: António Reis, vol. 6: "A implantação do Regime Democrático e a Descolonização", Lisboa, Publicações Alfa, 1993;
- AAVV, *25 de Abril – 30 anos, 100 Cartazes,* Colecções Diário de Notícias, s/l, 2004;
- BRITO, Carlos, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente,* s/l, Edições Nelson de Matos, 2010.
- CARDINA, Miguel, *Margem de Certa Maneira – O maoísmo em Portugal (1964-1974),* Coimbra, 2010, https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15488/1/Tese%20doutoramento_Miguel%20Cardina.pdf ;
- CARDINA, Miguel, *O essencial sobre a Esquerda Radical,* edições Angelus Novus, Coimbra, 2010;
- CARDINA, Miguel, *Política, Punição e Silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo,* s/l, 2010, https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/18_Miguel_Cardina.pdf .
- FREITAS, Eduardo J. M. Camilo, *O Cartaz Partidário em Portugal,* Covilhã, Edições da Universidade da Beira Interior, 2004.
- MELO, Amílcar de, *Portugal Económico, Político e Social*, s/l, Edições Vieira da Silva, 2016.
- MOURA, Paulo, *Otelo, o Revolucionário,* s/l., Dom Quixote, 2012.
- PEREIRA, José Pacheco, SEQUEIRA, Júlio, *Autocolantes das Organizações da FUR (Frente de Unidade Revolucionária),* Lisboa, Edições Tinta-da-china, 2017.
- Arquivo Casa Comum: http://casacomum.org/cc/ .
- Arquivo Ephemera: http://www.ephemerajpp.com .

- Arquivos RTP: https://arquivos.rtp.pt/ .
- Associação Memoriando: http://memoriando.net/ .
- Blog Caminhos da Memória: https://caminhosdamemoria.wordpress.com/ .
- Blog Entre as Brumas da Memória: http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/
- Blog 1969 Revolução Ressaca: http://1969revolucaoressaca.blogspot.pt/ .
- Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra: http://www.cd25a.uc.pt/ .
- Documentário "Do outro lado da luta", de Daniel Cruzeiro, de 2002.
- Hemeroteca digital da Câmara Municipal de Lisboa: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ .
- Projecto Extrema-Esquerda: Porque não fizemos a Revolução?: http://media.rtp.pt/extremaesquerda/ .
- Projecto Memórias da Revolução: http://memoriasdarevolucao.pt/ .

# O CERCO À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (NOVEMBRO DE 1975)

Professora: Cecília Cunha

Tutor: Ivo Veiga

Magda Tomás e Bernardo Gouveia

# Índice

Introdução ..... 127
1. Contextualização ..... 128
2.Os motivos em torno da manifestação ..... 130
2.1.A contestação dos operários da construção civil ..... 130
3.As diferentes visões políticas sobre o Cerco ..... 133
3.1.A visão da UDP ..... 133
3.2.A visão do MDP/CDE ..... 135
3.3.A visão do Partido Comunista de Cunhal ..... 138
3.4.A visão do Partido Socialista de Mário Soares ..... 142
3.5 A visão do PPD de Sá Carneiro sobre o Cerco à Constituinte ..... 149
3.6.A visão do CDS de Amaro da Costa e Freitas do Amaral ..... 155
4.Resultados da manifestação ..... 158
Bibliografia ..... 162
Anexos ..... 163

# Introdução

Este trabalho de pesquisa surge no âmbito da disciplina de História A, lecionada pela professora Cecília Cunha, em parceria com o Instituto de História Contemporânea. Durante o desenvolver deste trabalho fomos tutoreados pelo Professor Ivo Veiga, que nos auxiliou na pesquisa e seleção de informação a utilizar.

O que nos levou a escolher o "Cerco à Assembleia Constituinte " como tema foi o facto de nunca ninguém ter abordado este acontecimento da forma como pretendíamos, algo que pode conferir um lado inovador a este trabalho, e também por podermos contactar (através de entrevistas a algumas personalidades políticas da época em causa) a história recente de Portugal, mais concretamente, o PREC. Acrescente-se que são vários os autores que estudaram este período, no entanto, a informação que existe sobre o acontecimento acaba por ser escassa e encontrar-se dispersa.

Desde que escolhemos este tema que o principal objetivo passou por diferenciar as diversas visões políticas relativas ao chamado "Cerco à Constituinte". Para tanto, houve que delinear a história do PREC e toda a situação reivindicativa que veio a desembocar, nos dias 12 e 13 de Novembro de 1975, no sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte. Resta acrescentar que o nosso trabalho contempla ainda a reivindicação sindical e inclui a maneira como esta se processou.

Para ir de encontro à concretização deste nosso objetivo, reunimo-nos com o nosso tutor para iniciarmos a nossa pesquisa e para definirmos as linhas gerais do trabalho, pelo que decidimos centrar-nos essencialmente em entrevistas, jornais político-partidários, periódicos da época e também notas emitidas pelos partidos políticos: as entrevistas contêm uma visão pessoal dos acontecimentos que ultrapassa as informações dos arquivos, pelo que devemos destacar a sua importância no conjunto das fontes consultadas. Por outro lado, os vespertinos e os comunicados analisados, permitiram uma proximidade cronológica com o acontecimento em estudo, visto que não foram só arquivos partidários os utilizados neste trabalho, mas também arquivos que incluem jornais de 1975.

Durante a realização deste trabalho, encontrámos algumas dificuldades, tais como a falta de disponibilidade por parte de algumas pessoas a entrevistar; a escassez ou inexistência de documentação partidária; esbarrámos, também, na dificuldade de envio

de materiais digitais por parte de alguns partidos. No entanto, foi mais aquilo que recolhemos que nos trouxe até aqui.

# 1. Contextualização

Após o 25 de Abril de 1974, e com a liberdade de criação de partidos políticos, a consequente renovação do sistema político-partidário veio trazer também a consolidação das diferenças ideológicas existente.

Visto as eleições legislativas estarem marcadas apenas para 25 de Abril de 1975, e as elições constituintes não coadjuvarem a função de eleger uma assembleia e um governo, Portugal teve uma sequência de Governos Provisórios. O primeiro de seis governos, foi chefiado por Adelino da Palma Carlos e acabou por cair no verão do mesmo ano, dia 11 de Julho.

O Primeiro-ministro que viria a ser indigitado no seu lugar, seria Vasco Gonçalves, coronel aquando da Revolução, e que fazia parte do MFA. Este militar chefiou também os governos seguintes (III, IV, V), num período em que a única certeza era a existência de tensão política.

Em pleno Processo Revolucionário Em Curso, deram-se vários acontecimentos que no seu conjunto, acabaram por ficar conhecidos pelo "Verão Quente", ou seja o verão de 1975. Em primeiro lugar, é necessário recuar até à data de 11 de Março, quando o General António de Spínola desencadeia uma tentativa de golpe de estado, que acaba por falhar.

A 26 de março, toma posse o IV Governo Provisório, apoiado pelo PS, PCP, PPD e MDP/CDE, ora a variedade de apoios acabou por ser um entrave na atuação do governo, que acabou por ficar sem o apoio do Partido Socialista, com os seus ministros a sairem do Governo e a 17 de Julho, acabou também por ficar sem o apoio do PPD. Houve também, durante este período, importantes mutações dos sectores a nível nacional, com a privatização da banca, dos seguros, com a iniciação da Reforma Agrária.

É neste clima de instabilidade, que se dá a famosa manifestação da Fonte Luminosa a 19 de Julho, convocada pelo PS, em demonstração da contestação à extrema-esquerda e ao Partido Comunista. Este Governo acaba por cair a 8 de Agosto,

sendo o próximo liderado pelo mesmo militar e composto na maioria por independentes, com o apoio do MDP/CDE.

Porém este Governo vive no centro de uma forte oposição, com os moderados, do lado do Documento dos nove, e por uma via mais reaccionária, como o COPCON. A 2 de Setembro, com a realização de uma assembleia militar em Tancos, Vasco Gonçalves acaba por ser derrotado como líder político, e a sua sucessão em termos de Governo, passa pela formação de um novo executivo, em que Pinheiro de Azevedo é Primeiro-ministro e conta com o apoio do PPD, do PS e ainda do PCP.

Este Governo exerce as suas funções sempre com a relação entre as maiores forças políticas em pano de fundo, com o PCP e o PS a trocarem diversas acusações, com acontecimentos ligados à extrema-esquerda e posteriormente, com a questão da independência de Angola.

Também a contestação sofreu um processo de crescimento e adaptação pória ao período em causa, com as greves, com a criação das comissões de trabalhadores, com as manifestações operárias, no fundo, com o adquirir de direitos fundamentais para os trabalhadores.

Foi tanto a tensão política e militar existente, com forças moderadas ou mais extremas, como a maior contestação que se fazia sentir a Pinheiro de Azevedo, dado Vasco Gonçalves estar mais próximos das principais forças de esquerda em Portugal, que possibilitaram que uma manifestação operária em frente ao Parlamento, viesse a desembocar no sequestro à do Governo e dos deputados presentes no edifício.

# 2.Os motivos em torno da manifestação

## 2.1.A contestação dos operários da construção civil

Tal como foi referido na contextualização deste trabalho, o Cerco foi o desembocar de um longo processo reivindicativo do sector da construção civil, que para ser compreendido, necessita de ser bem explicado.

A atividade reivindicativa do PREC foi acentuada, sobretudo fruto das liberdades de que dispunha, mas das mesmas que os trabalhadores tinham sido privados durante décadas. Este fator aliado ao de existir uma instabilidade política e governativa, que era representada na sucessão de governos provisórios, eram condições suficientes muitas vezes para greves e manifestações.

No caso concreto da manifestação dos dias 12 e 13 de novembro de 1975, é necessário recuar ao início da luta destes trabalhadores, o mesmo é dizer recuar ao dia 15 de Maio de 1975, no qual os sindicatos da construção civil entregam uma proposta de contrato colectivo de trabalho ao patronato, não obtendo resposta. Passados dois meses, mais concretamente a 23 de junho, o Ministério do Trabalho nomeia uma comissão técnica com a função de avaliar a proposta dos trabalhadores.

Em função da não obtenção de resposta por parte do patronato, os sindicatos reclamam uma reunião com o Secretário de Estado Marcelo Curto, com a Comissão Negociadora Sindical. Essa reunião tem lugar dia 28 de outubro, na qual compareceram o Secretário de Estado e os sindicatos, mas não o patronato[235] e ficou acordado que em trinta dias, ou as negociações com o patronato teriam finalizado, ou sairia a portaria regulamentadora, pronta a publicar.

Porém é num prazo intermédio deste processo que as forças sindicais, afirmam ter-se deparado com «(…) propostas de Marcelo Curto que visavam fazer tudo voltar ao princípio, em convergência com as manobras dilatórias do patronato»[236.]

José Ernesto Cartaxo, na altura, presidente dos sindicatos metalúrgicos de Lisboa, os quais faziam parte da Comissão Negociadora da Construção Civil, relata que "Chegado o dia 27 de Novembro, Marcelo Curto não cumpriu com o que tinha dito,

[235] In obra de Américo Nunes, "Sindicalismo na Revolução de Abril"
[236] In obra de Américo Nunes, "Sindicalismo na Revolução de Abril"

algo que causou uma grande indignação e uma grande revolta. As organizações sindicais decidiram então marcar uma greve entre os dias 10 a 12 de Novembro, decidindo no dia 12 fazer uma manifestação no Ministério do Trabalho durante a tarde.", chegando assim ao dia em que se deu o Cerco.

O plano inicial passava por realizar a manifestação com início na Praça do Comércio até ao Ministério do Trabalho[237], mas este objetivo não se realizou pois o Ministério estava fechado, então como conta José Ernesto Cartaxo, "Existindo o conhecimento de que o Governo estava reunido em São Bento, decidiram deslocar-se para lá, algo que não estava programado". No caminho para a Assembleia Constituinte, foram entoadas palavras como "Contrato vertical cá para fora, já", "Desemprego não, Direito ao trabalho sim", "Fascistas não, abaixo a exploração" e "Operários e camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos"[238]

Ao chegarem à Assembleia Constituinte, os manifestantes pediram para ser recebidos por Pinheiro de Azevedo, ou por outro ministro, que acabou por ser Vítor Crespo a recebê-los. No final dessa reunião, as declarações foram no sentido de que o ministro tivesse ficado do seu lado, e que se dele dependesse, conseguiriam ver realizadas as suas reivindicações[239].

Passado pouco tempo, pelas 18:30, a Comissão Negociadora viria a reunir com o Primeiro-ministro, que terá dado a entender compreender a exposição dos argumentos utilizados pelos operários, afirmando já no final, que estaria pronto a inquirir a situação do processo do contrato colectivo de trabalho, junto do Ministério.

A Comissão pediu ao Primeiro-ministro que se dirigisse à janela do Palácio de São Bento, no entanto quando esta tentava comunicar, entre gritos, assobios e vaias, acabou por se quebrar qualquer harmonia existente, e após ser insultado de "fascista", Pinheiro de Azevedo desistiu de falar e atirou "Bardamerda mais ó fascista". Tendo posteriormente, Namorado Freire, do seu gabinete, tentado ler o comunicado, mas os ânimos já não permitiram que tal se concretizasse.

No meio dos manifestantes, estava a Comissão de Unidade Operária da Construção Civil, que José Ernesto Cartaxo definiu como "uma das tais de extrema-

[237] In Comunicado 3, « Luta pelo Contrato Coletivo de Trabalho » dia 9 de Novembro de 1975.
[238] In Jornal "Diário Popular", dia 14 de Novembro de 1975
[239] In Jornal "Diário Popular", dia 14 de Novembro de 1975

esquerda que estavam a aproveitar-se da manifestação, a UDP e o MRPP. Essa Comissão nem tinha poderes para convocar uma greve."

Pelas 22:00 seria a hora limite para que o Governo assinasse a portaria pretendida pelos manifestantes, pelo que estes começaram a gritar "Está na hora, está na hora", passado um pouco e como lembra José Ernesto Cartaxo, "o elemento da Comissão Negociadora, José Dinis, diz aos manifestantes que houve uma reunião em Belém, na qual Pinheiro de Azevedo se comprometeu a fazer sair a portaria regulamentadora do trabalho, fazendo o apelo para que os manifestantes se desmobilizassem".

Houve um anúncio da Comissão em como o Conselho da Revolução pretendia reunir-se com o Primeiro-ministro em Belém, mas esteve estava cercado em São Bento, e a este pedido, os trabalhadores responderam "Não", "O Povo está aqui" e "Eles que venham cá". A contraproposta foi recebida com aplausos, visto que o Conselho da Revolução estaria pronto a ir até à Assembleia, contudo passadas algumas horas estava a situação inalterada, com os delegados sindicais ainda em na Presidência.

Em Belém deram-se reuniões do Conselho de Ministros, sem Pinheiro de Azevedo, Vítor Crespo e Tomás Rosa, retidos na Assembleia, e do Conselho da Revolução, até que foi chegada à solução final de fazer assinar a portaria pretendida pelos manifestantes, e de um inquérito ao Ministério do Trabalho, elaborado por uma comissão de confiança dos trabalhadores[240].

No dia seguinte, os deputados saíram da Assembleia entre fileiras de manifestantes, com aplausos para os deputados de grupos parlamentares mais à esquerda, e vaias ou insultos para os mais à direita. Termina assim um ciclo que tinha começado numa sessão parlamentar, tinha sido prolongado por uma manifestação operária, e tinha acabado com a assinatura de uma portaria. Era este o Cerco à Assembleia, no entanto os partidos dividiram-se na hora de fazer considerações sobre a manifestação e as suas pretensões, tendo cada um, uma visão autónoma dos acontecimentos.

[240] In Jornal "Expresso", dia 15 de Novembro de 1975

# 3.As diferentes visões políticas sobre o Cerco

## 3.1.A visão da UDP

A União Democrática Popular, que contava apenas com um deputado na Assembleia Constituinte, Américo Duarte, assumia-se como uma frente de forças alternativas ao PCP, logo encontrava-se mais à esquerda no espectro político-ideológico representado na Assembleia. Reivindicava ser o verdadeiro defensor dos valores de todos os trabalhadores e operários: a UDP era, aliás, um grupo visível lançado por organizações marxistas-leninistas e maoístas (ORPC(m-l) e OCMLP, por exemplo), com intuitos eleitorais e de propaganda frentista

Na sessão parlamentar de dia 12, o deputado da UDP não compareceu por estar presente na manifestação operária.

Relativamente aos motivos da manifestação, a UDP critica a atuação da Direção Sindical, na maneira como esta acompanhou o processo reinvidicativo dos trabalhadores da construção civil: "De Maio a Outubro a Direção Sindical teve uma atuação de mais podre legalismo: em vez de mobilizar a classe, de incentivar a sua organização para conquistar, na luta, o contrato, perderam-se seis meses nos corredores do Ministério."[241]. O partido vem também criticar a continua passividade dos dirigentes sindicais pelo facto de: em primeiro lugar ter concedido aos patrões vastos prazos de negociações; em segundo lugar, o desinteresse e a desmobilização consequente dos trabalhadores perante a organização sindical e, por último, salienta-se o facto de nunca se ter realizado nenhuma Assembleia Geral desde o início das negociações, processo que já demorava há 6 meses.

A opinião do partido em relação às reivindicações dos operários, vem exposta no jornal "A Voz do Povo", onde é referido que "Para os senhores ministros e para a burguesia em geral, exigir salários que dêem para comer é fazer reivindicações exageradas.". Este comentário presente no periódico partidário permite perceber o apoio integral às causas dos trabalhadores da construção civil. A UDP demonstra mais uma vez o seu apoio, pela maneira como caracteriza os manifestantes que se apresentavam em frente ao Palácio de S. Bento: "Fartos de construir os palácios, os ministérios onde os senhores doutores vão decidir da melhor maneira de os explorar; fartos de construir

[241] In Jornal "Voz do Povo".

as casas onde depois não podem morar e serem empurrados para fora da cidade, para dentro das barracas que eles também têm de construir.”.

Durante a manifestação, o deputado da UDP esteve junto aos operários a prestar-lhes todo o apoio e a lutar pelas reivindicações destes. Os manifestantes, chegados a S. Bento, afirmaram que não deixariam sair os deputados, que se encontravam dentro da Assembleia Constituinte, até o contrato coletivo ser assinado. Contudo, o primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, apenas começaria as negociações se os deputados pudessem sair livremente. No jornal da UDP, a “Voz do Povo “, encontramos uma breve citação que transparece na perfeição que o partido toma a voz dos vários trabalhadores: “Os trabalhadores não admitem pressões seja de quem for!”.

Num comunicado de dia 13 de Novembro[242] publicado no jornal “ O Século “, o partido enfatiza a grande concentração em S. Bento por parte dos trabalhadores, lembrando os motivos pelos quais estes se manifestaram; afirma que “ nenhum governo burguês pode melhorar a vida do povo “ clarificando a sua visão política, de oposição, em relação ao VI Governo Provisório; critica a existência de “ falsos amigos “ que chamaram por Vasco Gonçalves na manifestação e que pretendiam através das massas populares, partilhar, segundo a UDP, “mais equitivamente as pastas dos ministérios”.

Em relação às forças partidárias PS, PPD e CDS, a União Democrática Popular, critica a posição destes, argumentando que aproveitam as lutas dos trabalhadores para destabilizarem esta classe, ao “virar trabalhadores contra trabalhadores“. Reforça ainda a sua posição contra a atuação destes partidos, defendendo que apenas pretendem semear a confusão em busca de alcançar um conflito, que desemboque numa guerra civil.

O comunicado finaliza com um alerta da UDP, relativamente a “esta grande provocação que os fascistas e sociais democratas tramam nas costas dos trabalhadores”, apelando à união do povo contra fatores destabilizadores e em volta das causas dos trabalhadores da construção civil.

É possível encontrar duas grandes mensagens dentro deste comunicado. A primeira prende-se com uma clara demonstração de solidariedade à luta dos trabalhadores que a UDP defende ser justa e necessária, demarcando-se da atuação governativa em relação a este tema. A segunda, consiste no facto de a UDP tomar uma posição bastante vincada: contra os partidos do centro-direita (PS, PPD e CDS) e

[242] In Jornal “Século” dia 15 de Novembro de 1975, «De Norte a Sul do país os trabalhadores da Construção Civil lutam pelo pão»

reprova a atitude destes partidos na tentativa de instalar um conflito dentro da classe trabalhadora.

Relativamente a esta jornada de luta, por parte dos trabalhadores da construção civil, a UDP tem uma opinião bastante clara: para derrubar os "fascistas" é necessário que o povo se una "como uma rocha" e que não ceda às tentativas de conciliação que "os falsos amigos" tentam impor; enfatiza o papel dos trabalhadores que desde início se mantiveram na linha revolucionária, dando como exemplo a CUOCC (Comissão de Unidade Operária da Construção Civil) que não abandonou em momento algum a classe trabalhadora.

Na sessão parlamentar de dia 19 de novembro, a primeira depois do sequestro, o deputado Américo Duarte foi confrontado, pelo deputado socialista José Luís Nunes, com o facto de estar presente na manifestação e em ser, segundo o deputado do PS, um dos manifestantes mais ativos. Américo Duarte respondeu prontamente que: "É junto à minha classe que me pertende estar e não junto a estes fascistas.". Resta ainda dizer a cerca desta sessão, que a moção do Partido Socialista em relação à segurança da Assembleia Constituinte contou com o voto contra da UDP, que logo se seguida votou também contrariamente numa declaração do mesmo partido a saudar a atitude do Presidente da Assembleia da República, o Professor Henrique Barros, durante o sequestro.

Em suma: A UDP ao afirmar-se um partido que representa a classe operária, esteve incondicionalmente ao lado dos trabalhadores, até na própria manifestação, como o caso de Américo Duarte ter estado presente nesta. Não existe nenhuma condenação ao Cerco, nem à manifestação, pelo contrário, o partido saúda a luta dos trabalhadores, criticando a atitude da direcção sindical. No jornal do partido, a descrição da manifestação é feita com uma crítica permanente, na qual a UDP toma a voz dos operários da construção civil contra "os senhores ministros e a burguesia". É, portanto, o partido mais radical na crítica, pois a sua visão confunde-se com a dos manifestantes.

## 3.2.A visão do MDP/CDE

O Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral era uma organização política de oposição ao Estado Novo, mas que se mantivera depois da Revolução, como partido político que conseguiu eleger 5 deputados à Assembleia

Constituinte. O partido recusou-se a participar nos períodos antes da ordem do dia, por achar que a Assembleia Constituinte deveria debater a elaboração de uma Constituição, e não os temas políticos do dia-a-dia, contudo voltaria atrás nesta posição no dia da manifestação operária, quando o deputado Levy Campos Baptista pediu para falar sobre a independência de Angola.

Nesse dia o MDP/CDE contava com todos os seus deputados na Assembleia, e ainda dentro da Assembleia, um dos seus deputados, Luís Catarino, referiu que no caso de existir «(…) uma perspectiva coincidente entre um deputado retido no Palácio de São Bento e os trabalhadores que lá fora se manifestam, naturalmente que ele entende e aceita perfeitamente esta contingência a que foi submetido». Esta posição demonstra que o deputado não condenava o sequestro, afirmando que este não passava de uma "pequena contingência" e que ao estar do lado dos trabalhadores, tinha de compreender esta situação.

O deputado passaria, nas mesmas declarações a um ataque mais direto ao Governo, que não tinha respondido «(…) às perspectivas profissionais e políticas dos trabalhadores», e que dado as suas hesitações, este Governo não tinha crédito. Esta primeira posição do MDP, *in loco* da Assembleia Constituinte, transparece a compreensão e apoio à luta operária desencadeada pelos trabalhadores da construção civil, que apesar de manterem a sua luta de dia 12 para dia 13, com prejuízo para os deputados presentes no interior do edifício, vêem um apoio à sua causa no palco da democracia portuguesa.

A posição oficial do partido face aos acontecimentos sucedidos, surge no dia 14 de novembro, no qual a Comissão Central do Movimento Democrático Português difunde um comunicado, intitulado "Políticas de Direita Não, Políticas de Esquerda Sim". Este comunicado é dividido em três pontos, consistindo o primeiro em criticar a atitude do ministério, pois a manifestação é, segundo o partido, a resposta «(…) às suas provocações, à sua intransigência e arrogância», e afirma a "viragem à direita" do governo de Pinheiro Azevedo.

O segundo ponto é referente à atuação de outros de outros partidos, como o Partido Socialista que atua contrariamente ao interesse dos trabalhadores e sobretudo, àquilo que afirma, pois segundo o MDP, o PS «(…) fala de vontade popular mas combate uma luta que envolve e mobiliza mais de trezentos mil trabalhadores». O MDP

critica ainda os socialistas por, aliados ao PPD e CDS, tentarem transparecer que a esquerda é uma ameaça, enganando a opinião pública. Este ataque direto permite identificar o partido como uma destacada oposição ao governo, e mais que isso, é oficialmente um apoiante da causa dos trabalhadores, inclusive aproveita o seu descontentamento como argumento para abordar a atuação partidária em Portugal.

Este documento finaliza com um apelo à escolha popular pela política de esquerda, pois só assim se «(…) poderá assegurar o prosseguimento do processo revolucionário par ao socialismo». O MDP toma com este comunicado, uma posição oficial que vai ao encontro do defendido pelo seu deputado, em que nunca se critica a atuação dos trabalhadores, mas sim a dos meios governativos e dos partidos que, de alguma forma, exercem oposição ao defendido pelos esquerdistas.

Levy Casimiro Baptista, antigo deputado pelo MDP, exprime a ideia de que não existiu nenhum Cerco: "A ideia do Cerco é uma falsidade, é evidente que estiveram lá os trabalhadores da construção civil. Foi o Primeiro-ministro que foi falar com os trabalhadores à varanda e não o Professor Henrique Barros, pois aqueles trabalhadores referiam-se apenas ao Primeiro-ministro e não à Constituinte.". Contudo a sua saída não foi fácil, "No dia seguinte quando saí, saí no meio de um grupo de deputados do PPD e eu próprio também fui insultado como fascista.".

No dia 18 de novembro, o MDP falou primeiramente, pelo deputado Álvaro Monteiro, que no seu discurso extremamente vincado contra "a direita", em especial, contra os sociais-democratas, não deixou de referir o Cerco e a manifestação de dia 16, como motivos imperativos para que se transformassem os órgãos de poder, quer isto dizer que o PPD deixasse de fazer parte do mesmo, e que se terminasse com a «(…) política de direita em curso, fortalecendo as posições progressistas, dando passos firmes no sentido da formação de um poder revolucionário em Portugal.».

A declaração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, contou com os votos contra do MDP/CDE.

No seu jornal "*A Unidade*"[243], o MDP voltou a referir-se ao sequestro dos deputados, escrevendo que a direita aproveitou esta manifestação para preparar a transferência da Assembleia Constituinte para o Norte, pretendendo assim «(…) preparar psicologicamente as populações para um golpe reacionário».

[243] «Golpe Constitucional» dia 10 de Dezembro de 1975

É relatado no mesmo periódico, inclusive na mesma notícia, que as forças partidárias no Norte estariam, em conjunto com alguns militares, a preparar um golpe no qual após a passagem dos órgãos de poder civil, iriam, segundo um comunicado da Comissão de Vigilância das F.A, realizar uma marcha sobre Lisboa e Alentejo, algo que apenas Pinheiro de Azevedo, supostamente terá evitado ao não se deslocar a Viseu.

Em suma: pode referir-se à posição do MDP, como declaradamente a favor dos trabalhadores da construção civil, tomando uma posição de não condenar de forma firme o Cerco, tecendo apenas considerações em relação à posição do Ministério do Trabalho. O partido exerce uma opinião política de grande proximidade com as causas dos manifestantes, distanciando-se dos partidos que saíram de Lisboa no período que se seguiu ao sequestro, acusando-os, bem como ao governo, de "viragem à direita". Importa referir ainda, que o antigo deputado do MDP, Levy Casimiro Baptista, se enquadra nesta posição de negação ao Cerco, e de diferença para com os outros grupos parlamentares, em especial os à sua direita, afirmando também ele que "Para eles (deputados), tudo o que fosse movimentação de pessoas assustava muito, e não estavam preparados para enfrentar uma situação destas, foram-se abaixo e é importante dizer que não estávamos num piquenique."

## 3.3.A visão do Partido Comunista de Cunhal

O Partido Comunista tinha 16 deputados na Assembleia Constituinte no dia 12 de Novembro.

A origem da manifestação, como já foi descrito no ponto (operaria da história), dá-se a 16 de outubro, numa reunião de comissões de trabalhadores, muitas afetas ao Partido Comunista e à UDP, que aprova uma manifestação em frente ao Ministério do Trabalho.

A primeira posição oficial sobre os acontecimentos em frente à Assembleia Constituinte, surge no dia 13 com o comunicado assinado pela Comissão Política do Comité Central do PCP.

O primeiro tópico é relativo à manifestação, que o PCP defende ser por justas reivindicações, saudando a firmeza dos trabalhadores da construção civil. De seguida, os comunistas apontam a responsabilidade do manifestar dos operários ao Ministério do

Trabalho, que após ter «(…) entretido os trabalhadores com falsas promessas», fechou as portas do Ministério, num ato também abordado no comunicado. Estes comportamentos, defende o Partido Comunista, permitem que o ato reivindicativo dos operários seja «(…) completamente justo». Apesar de concordar com os motivos pelos quais os manifestantes se reúnem, condenam, no entanto, a forma como o fazem, sequestrando os deputados e, não dando a estes, a liberdade para saírem do edifício.

Nos últimos três tópicos da comunicação difundida, os comunistas atacam o PS, o PPD e o CDS, pelo facto destes terem desencadeado «uma campanha de desinformação e calúnia» contra os trabalhadores.

Segundo o PCP, as considerações do PS no que respeita à concentração de trabalhadores não foram corretas, argumentando também que, os socialistas pedem « (…) o uso de violência para reprimir a luta dos trabalhadores».

No que respeita o PPD, o ataque continuava, afirmando que este partido incitava à guerra civil, «(…) como partido reaccionário que é».

Os comunistas atacavam ainda o CDS, com uma comparação entre os apelos feitos pelos centristas, vistos pelo PC como «medidas de repressão» e o «28 de Setembro».

Contrariamente a estes partidos, os comunistas terminam o comunicado, defendendo que cumprem o seu dever e apoiam a luta dos trabalhadores, afirmando que esta se integra no PREC, e também na construção de uma sociedade que termine «(…) com a exploração do homem pelo homem».

É também dia 13 que os deputados saem[244] da Assembleia Constituinte, e é precisamente à saída que fala Octávio Pato, deputado comunista, referindo que aquele sequestro se enquadrava no "processo revolucionário português», e que a situação apenas se devia à atuação do Ministério do Trabalho. Outra deputada comunista, Hermenegilda Pereira, estava no local da manifestação ao anoitecer, mas como operária procurava um "companheiro" que lhe desse boleia de volta para o Barreiro.

Relativamente à saída dos deputados, mais particularmente do Grupo Parlamentar do PCP, José Manuel Maia, antigo deputado e secretário da Mesa da Assembleia Constituinte, relata a sua experiência: "Os deputados do PCP foram aplaudidos pelos

[244] In Jornal "A Capital" dia 12 de Novembro de 1975, «Deputados manifestam-se sobre pretensão»

trabalhadores pois eles sabiam que nós estávamos a favor das suas reivindicações, enquanto que o PSD e CDS eram contra as reivindicações e a forma como o faziam.".

Jerónimo Sousa, deputado à época, enviou-nos um testemunho no qual refere [Anexo 4]: "É uma evidência que os deputados constituintes tinham razão para sentir algum receio de sair por entre 100 mil manifestantes, mas o facto é que aqueles que o fizeram não foram molestados, facto que se confirmou no momento da saída."

Estes dois testemunhos na primeira pessoa, permitem perceber o que os deputados, mesmo os que apoiavam a manifestação e as reivindicações operárias, sentiram no momento de deixar o edifício pelo meio dos manifestantes.

Importa acrescentar que em relação ao sequestro, José Manuel Maia também refere que: "Considerámos mesmo um erro o sequestro, mas apoiávamos a manifestação. Não foi um cerco à constituinte, pois os trabalhadores não estavam contra os deputados ou contra a constituição. ", esta declaração vai ao encontro do defendido pelo prório partido.

No dia 14 de novembro, a Secção de Informação do Partido Comunita emite também um comunicado, em que de forma clara aponta a consolidação das tendências de direita como agravante à crise político-militar de Portugal, propondo como solução o «reforço das posições de esquerda nas estruturas do poder político e militar». Os comunistas recordam nesta comunicação a formação do VI Governo Provisório que «mereceu reservas» por também integrar este Governo, o PPD. Para o PC, os trabalhadores respondem «às viragens à direita» do Governo, com manifestações e greves, como se passou no sector da construção civil.

A ida para o Norte de alguns partidos, e a hipotética alteração do local de funcionamento da atividade constituinte, é referida por José Manuel Maia, que considera: "Nós achávamos que não havia uma necessidade objetiva para isso acontecer, não havia da parte dos trabalhadores a intenção da conquista do poder a cru, não queriam colocar em causa as próprias as instituições democráticas. A situação não era grave ao ponto da deslocação dos órgãos de soberania para o Norte, éramos contra." Ora a posição do próprio partido está implícita na sua consideração, o PCP opunha-se então a que esta alteração se sucede.

A posição do Partido Comunista face à Manifestação Operária organizada no Terreiro do Paço dia 16, encontra-se num comunicado, no dia 21 de novembro, da Comissão Política do Comité Central do PCP, que se refere a esta manifestação e a um conjunto de reivindicações como fatores que «(...) deitam por terra os planos de viragem à direita, comprovam não ser possível governar contra o movimento popular e demonstram que as forças revolucionárias são suficientemente poderosas para triunfar a revolução». A maneira do PCP ver esta manifestação como um movimento de oposição às políticas do VI Governo Provisório, admite que seja possível afirmar que os comunistas apoiavam inteiramente as causas que levaram milhares de trabalhadores a realizar manifestações como o Cerco e como a de dia 16, deixando perceptível que não estavam do lado do Governo vigente até dia 20 de novembro.

Aquando do reabrir das atividades da AC, dia 18 de novembro, coube ao deputado Octávio Pato, falar no período antes da ordem do dia do Partido Comunista, no qual começou por se referir também à manifestação operária de dia 16, no Terreiro do Paço, mais uma vez, o partido enfatizava a "resposta à viragem à direita do Governo Provisório", tendo posteriormente, abordado o Cerco à Assembleia Constituinte.

O PCP, na voz do mesmo deputado, enalteceu a grande manifestação, bem como a vitória das reivindicações dos trabalhadores, que só foi possível, devido à unidade e combatividade operária, e ao sacrifício físico das pessoas presentes frente ao Palácio de São Bento.

Após o elogio aos trabalhadores, Octávio Pato passou a atacar os deputados do CDS, do PPD e parte dos do PS, por estes não quererem ver o significado da luta dos operários da construção civil. Também Mário Soares não quis ver esse significado, segundo o Partido Comunista, quando afirmou «que a luta dos trabalhadores da construção, civil era "uma acção de sabotagem económica"».

Quanto ao PPD, os comunistas defendem que o partido mostrou uma política revolucionária, no modo como lidou com a manifestação, apelidando-a de "manifestantes que se dizem da construção civil". O PC ironizou também com a contra-manifestação de dia 13, organizada pelo PPD, que «para se opor à grande luta dos trabalhadores da construção civil, apenas consegue juntar umas cem pessoas.». Estas referências ao PPD vão ao encontro das acentuadas divergências entre estas duas forças políticas, que é possível encontrar quer no discurso do PPD, que acusa o PC de

concordar com uma manifestação e não resolver a situação pelo ministro comunista, quer no discurso dos comunistas, que se opõem à forma como os sociais-democratas atuaram em relação ao sequestro.

Condenando o sequestro como forma de manifestação, o orador segue a crítica já feita pelo seu partido, ao Ministro do Trabalho, pela forma como este geriu a situação da construção civil.

O Partido Comunista Português viria a votar contra numa declaração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS à Assembleia.

Em suma: O Partido Comunista não apoiou a forma como os manifestantes sequestraram os deputados, deixando essa opinião quer em comunicado, quer na Assembleia. Contudo, os comunistas mostraram-se ao lado dos trabalhadores da construção civil, tendo sido um dos partidos saudados à saída dos deputados do Cerco, no dia 13. Após o sequestro dos deputados, o PCP acaba por exercer oposição contra o VI Governo Provisório, em especial, contra o PPD, com o qual troca diversas acusações. A condenação por parte do PCP existe também em relação ao comportamento do Ministério, posicionando-se do lado dos trabalhadores, defendendo que a manifestação operária se encontrava dentro dos direitos de liberdade, não sendo por isso preocupante.

## 3.4.A visão do Partido Socialista de Mário Soares

O Partido Socialista contou com 99 deputados na sessão parlamentar de dia 12 de Novembro, sendo o partido mais representado na Assembleia Constituinte, pois venceu as eleições para a mesma. O seu secretário-geral era Mário Soares, que também desempenhava a função de deputado.

Foi durante o sequestro dos deputados, mais precisamente na madrugada de dia 13 de Novembro, que o Partido Socialista enviou às redações um comunicado em referência a este polémico acontecimento, tendo sido o único partido a fazê-lo utilizando a Direção Geral de Informação.

O texto começava com um claro ataque ao PCP e a outras forças “minoritárias”, que no entender dos socialistas, desencadeavam a agitação tendo em vista criar

"instabilidade política e destruir as liberdades democráticas". O Partido Socialista não reprova a liberdade de os trabalhadores da construção civil se manifestarem, contudo, põe em causa o facto de se exigir a dissolução do Governo Provisório e de se "desprestigiar, se não mesmo dissolver, o único órgão de soberania eleito pelo povo: a Assembleia Constituinte."[245] Neste mesmo comunicado o partido refere que o sequestro se trata de um ato gravíssimo, na tentativa de assalto ao poder por parte de forças antidemocráticas e antipopulares. O PS acusa as entidades responsáveis (Forças Armadas) de não cumprirem com as suas funções e apela ao povo português para salvar Portugal, garantindo a liberdade e autoridade do Estado: "É o povo português que tem de libertar os seus deputados e defender um governo que representa a vontade da maioria esmagadora do país.". Termina esta comunicação, assinada pela Comissão Executiva do PS da Federação da Área Urbana de Lisboa, com a exigência ao Presidente da República, de que este tome uma "atitude clara", na proteção da liberdade.

Através deste comunicado, o Partido Socialista toma, desde cedo, uma posição oficial face ao Cerco, que se traduz na condenação do sequestro e na acusação ao PCP e a outras forças que atuem ao lado dos trabalhadores, mas não defendendo os seus interesses, apenas com o objetivo de derrubar o VI Governo Provisório.

António Reis, em entrevista, afirmou que "o PS estava a tentar desenvolver esforços para que o PR interviesse e persuadisse os manifestantes de continuarem a cercar-nos, só que ele próprio se sentia impotente.", demonstrando então a vontade por parte do Grupo Parlamentar em encontrar uma rápida resolução para a situação em que se encontravam os deputados.

O antigo deputado socialista, revelou-nos uma informação que nunca tinha sido partilhada ou abordada: "Alguns dos deputados que tinham feito o serviço militar, perante a impotência do próprio corpo da Guarda Republicana do Palácio de intervir, chegamos a oferecer-nos para desmobilizar os manifestantes disparando umas rajadas de G3 (as espingardas da GNR) da varanda do palácio. Eu estava convencido que bastava dar uma rajada para os manifestantes começarem a fugir.". Esta reação de alguns deputados não está escrita ou estudada em nenhuma das obras consultadas para este trabalho, mas a sua importância é inegável, dado que demonstra como a incerteza abalava os deputados.

[245] In Jornal "Diário Popular", Comunicado.

A meio da tarde do mesmo dia, os deputados puderam finalmente sair de São Bento, não fazendo esperar as primeiras reações, os socialistas Raul Rego, Alfredo Carvalho e Sophia de Mello Breyner, expressaram prontamente a sua opinião acerca deste sequestro.

O primeiro deputado, considerou "tudo isto simplesmente inacreditável, não sei o que dizer ", demonstrando plena surpresa face ao grau dos acontecimentos. Quanto a Alfredo Carvalho, deputado, mas também operário na LISNAVE, refere que o fator mais revoltante, na sua opinião, foi o "não deixarem sair as empregadas da Assembleia", não criticando, portanto, o sequestro como acontecia na posição oficial do seu partido. A deputada Sophia de Mello Breyner, condena o abuso de força anti-revolucionária, patente no sequestro, argumentando que "só há Revolução quando ninguém abusa de ninguém", a deputada, quando questionada sobre se os trabalhadores procuravam o poder ou a justiça, comentou que estes são vítimas, manipuladas e exploradas pela demagogia.

Também o momento da saída é relembrado por António Reis, que afirma: "Foi muito incómoda e não consigo esquecer-me da saída dos deputados, sobre a vaia da multidão que nos cercava. Lembro-me de haver pessoas a gritar-me aos ouvidos, pessoas essas que tinham sido minhas colegas na faculdade. Estavam furiosos a contestar os deputados do PS, PPD e CDS, pelo que os únicos que eram aplaudidos eram os do partido comunista."

Ainda no decorrer de dia 13, o ministro do Comércio Externo que se encontrava em Paris, o socialista Jorge Campinos, falou da situação política nacional à Rádio France-Inter[246], e apelou para que, internacionalmente, se seguisse a situação portuguesa, em especial, "um bloco sedioso cujo objetivo é tomar o poder", visto que no entender do socialista, se viviam as últimas horas de paz em Portugal. No que respeita à posição do Partido Socialista, o ministro garantiu que o partido ia manter a calma, contudo também afirmava a existência de meios para garantirem a continuação do exercício da Democracia.

Estas declarações mereceram críticas por parte do MDP/CDE, que num comunicado[247] difundido no dia seguinte, 14 de novembro, refere que o PS estava a

[246] In Jornal "A Capital"
[247] In Jornal "A Capital" ,dia 14 de Novembro de 1975, Comunicado

falsificar a situação nacional, dado a afirmação relativa ao clima de guerra que estaria iminente, e questionava Jorge Campinos em relação à liberdade de manifestação dos trabalhadores de lutarem por uma vida melhor.

Na sequência do sequestro, o grupo parlamentar do PS queixou-se[248], através de algumas vozes do partido, do facto de o Gabinete do Primeiro-Ministro, do qual faziam parte o Comandante Montez, o Major Namorado Freire e o Comandante Pires Neves, ser um entrave na relação entre o Partido e o Primeiro-Ministro, visto o Gabinete não ter comunicado ao Almirante Pinheiro de Azevedo, o pedido do PS no sentido de este os receber.

O Partido Socialista seguiu para o Norte do país, à semelhança do que fizeram o PPD e o CDS, confirmando que não se mantinham em Lisboa, devido à carência de garantias de segurança e de estabilidade democrática. Esta movimentação partidária era, obviamente, planeada, tal como a viagem que os socialistas iriam realizar.

Alberto Arons de Carvalho, que tinha sido deputado na Assembleia Constituinte pelo PS, que na altura do sequestro dos deputados, não o era, mas mantinha uma relação de proximidade com o partido, revela que se recorda "de na direção do PS se colocar a hipótese de ir para o Porto, como Mário Soares, mas apenas poderíamos ir por estradas secundárias, pois a estrada nacional deveria certamente ter "barricadas". Esta preocupação demonstra em grande parte, o clima de tensão com início em Lisboa, mas que se acabava por estender pelo país inteiro.

No dia 15 de novembro, o Secretariado Nacional do Partido Socialista emite um comunicado referente à manifestação que se iria realizar no dia seguinte no Terreiro do Paço, no qual afirma que esta apenas tinha o intuito "de fornecer cobertura a um assalto a posições estratégicas do Aparelho de Estado", contudo o PS defende também que acredita nos trabalhadores, para que estes atuem contra as forças que defendem tais ambições.

Nesse mesmo dia, o Secretário-geral do PS, Mário Soares, realizou ações diversas, de manhã esteve presente no quartel-general do Porto, onde falou com Pires Veloso e posteriormente, deslocou-se ao Paço Biscopal para se reunir com o Bispo António

[248] In Jornal "Expresso" dia 15 de Novembro de 1975, «Governo aguarda posição do Presidente da República»

Ferreira Gomes. Da parte da tarde, Mário Soares participou em dois comícios no distrito do Porto, um em Paços de Ferreira, outro em Penafiel.

O momento mais marcante da presença partidária a Norte foi no dia 16, com realização da grande manifestação-comício organizada por PS e PPD, contudo é de salutar que durante esta manifestação, os dois partidos desentenderam-se. Tendo vindo o PS criticar os sociais-democratas por estes quererem utilizar a manifestação em seu proveito, dado pretenderem que o presidente do seu partido falasse, bem como pretendiam que falasse o secretário-geral do PS, algo que os socialistas negaram, com o argumento de que não era esse o propósito daquele acontecimento.

O PPD, veio também em comunicado, criticar estas ilações dos socialistas, lamentando que o comunicado do Partido Socialista possa ter passado a «ideia inteiramente errada da existência de quaisquer divergências a nível dos muitos militantes de um e de outro partido concentrados em Viseu».

O secretário-geral do PS foi depois à sede do seu partido, e da janela proferiu um dicurso no qual atacou o PPD e o seu líder, pela política que vêm seguindo, demonstrando então, que existiu uma cisão na relação dos dois partidos.

Após três dias de reuniões dentro do Partido Socialista, foi no dia 17 de novembro, que o Secretariado do Grupo Parlamentar, composto pelos deputados: Manuel Alegre, José Luís Nunes, António Reis, Sottomayor Cardia, José Nisa, Carlos Lajo, e do presidente do PS, António Macedo; convocou uma reunião com a imprensa, na sede do partido.

Quem primeiramente usou da palavra, foi António Macedo, que explicou a razão de tal reunião, esta ocorria «para os jornalistas dialogarem com os membros do Grupo Parlamentar», e o facto de se realizar no Porto era propositado, como explicou o presidente do partido: «a escolha do Porto, para esse efeito, não tinha acontecido por acaso (...) foi do Porto que partiu a primeira revolta contra a ditadura implantada em 1926». Com tal justificação é plausível afirmar que o Grupo Parlamentar do PS, estaria no Porto, pronto também para se opor a uma "nova ditadura", desta vez a ameaça seriam as forças minoritárias, para as quais o PS já tinha feito referência.

Seguidamente, mudou o orador, que desta feita foi José Luís Nunes, que leu um comunicado do partido, onde era defendido: que os deputados são os representantes do

Povo Português; que o PS, como partido mais votado, tem a consciência de ser «o principal garante da concórdia e da consciência cívica entre os portugueses»; a sua deslocação para o Norte, prende-se com a alertar das populações locais, em defesa da democracia e do socialismo; que as Forças Armadas estão numa situação de crise; por último, o PS explica que na sua deslocação, considera a hipótese de transferir para Norte os «legítimos orgãos de soberania democrática»,

Destacar também a intervenção seguinte, de Sottomayor Cardio, que para além de criticar Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião por não corresponderem às funções que lhes são atríbuidas, criticou também o Presidente da República, o General Costa Gomes, que «Faz, com frequência, excelentes declarações, com inegável espírito revolucionário e democrático, mas nem sempre as suas decisões correspondem, ou têm correspondido a essas declarações», referindo-se à atuação do Presidente no sequestro dos deputados.

Nesta conferência, houve espaço para um período de perguntas, e Manuel Alegre respondeu a uma questão sobre as relações do PS com o PPD e com o PC, reiterando que, em relação aos sociais-democratas, os socialistas criticam «as tendências hegemónicas», no que diz respeito aos comunistas, o PS opõe-se à «política aventureirista e antidemocrática do Partido Comunista», bem como as declarações proferidas por Álvaro Cunhal em Budapeste, às quais o PS atribuía bastante importância, pelo facto do Secretário Geral do PC, garantir que o seu partido não quer tomar o poder pela força.

Como tinha sido garantido no dia anterior, o PS abordou o tema do sequestro na sessão Parlamentar de dia 18, pelo deputado Sottomayor Cardia que se referiu à situação do Primeiro Ministro, como sequestrado fisicamente pelos trabalhadores, e politicamente por elementos do seu gabinete, aludindo para o facto do PS não ter conseguido reunir-se com o Primeiro Ministro. O discuro socialista passou então, a atacar as forças de segurança como o RALIS, a PM e a EPAM, pela atuação que estas realizaram aquando do sequestro, e que «instituiu praticamente o vácuo do poder na capital».

O Partido Socialista referiu-se também a uma «minoria audaciociosa», que se pode depreender ser o PC, e que mesmo estando representada no Governo, os socialistas duvidam se quer derrubar este, ou se pretende possuir mais poder governativo.

Em relação à deslocação para Norte por parte do PS, Sottomayor Cardia afirma com clareza que esta, simbolicamente, representou a disponibilidade de transferir os orgãos governativos para o Norte do país, caso «(…) os responsáveis militares não dispuserem da autoridade e decisão suficientes para assegurar o normal funcionamento das instituições do Poder Central». Terminava assim a intervenção do Partido Socialista, que vinha reafirmar a linha condutora da opinião do partido, explícita também nos comunicados já analisados.

De seguida a palavra foi dada a José Luís Nunes, que saudou a intervenção do seu colega e começou por relatar como foi vivido o sequestro, no entanto, enumerou alguns pontos de maior destaque, tais como: o PS defende o direito à liberdade de manifestação, mas afirma que o sucedido foi «um inqualificável abuso do direito»; não compreende o porquê da manifestação se dirigir à Assembleia, ao invés de se dirigir a outros ministérios; reafirmou a «inércia e incapacidade da forças de ordem para imporem a ordem». Em suma, esta declaração pretendeu alertar para o facto de os deputados, eleitos pelo povo, não devem ser sujeitos a ações como o sequestro, e as forças de segurança, a ver do PS, devem intervir nessas situações.

Posteriormente, foi de novo José Luís Nunes a falar, desta vez para submeter a aprovação da Assembleia, a declaração[Anexo1] preparada enquanto o Grupo Parlamentar do PS se encontrava no Norte do País. Esse texto era o culminar do processo de condenação ao sequestro dos deputados, e tinha como principal objetivo, o de garantir a continuação do normal funcionamento da Assembleia Constituinte, apelando ao Presidente da República e forças de segurança envolvidas que, caso algum ato de violência tivesse lugar, estes logo deveriam intervir. Esta declaração foi sujeita a votação, bem como uma moção a saudar a atuação do Presidente da Assembleia Constituinte, o Prof. Henrique Barros, durante o Cerco.

A declaração foi aprovada, com votos contra da UDP, do PC e do MDP/CDE, totalizando 26 votos, enquanto que na moção, também ela aprovada, abstiveram-se PC e MDP/CDE.

Entretanto, outro deputado socialista, desta vez Vasco da Gama Fernandes, requeriu à mesa da Assembleia, que fosse levada imediatamente ao Presidente da República, a declaração aprovada. A discussão acerca da composição dessa mesma delegação e se ela iria hoje, alastrou-se e passou-se a abordar então, a presença de uma

delegação deputados da Assembleia Constituinte junto do Parlamento Europeu, aquando do sequestro. O comunicado desta delegação segue em anexo[Anexo 2] ao trabalho. No terminar da mesma sessão, foi escolhida a composição da delegação que, seguiu de imediato para o Palácio de Belém, onde foi recebida pelo Presidente da República.

No dia seguinte, chegou à Assembleia Constituinte uma carta do Primeiro-Ministro, respondendo à intervenção do deputado socialista Sottomayor Cardia, proferida no dia anterior, onde tinha referido que alguns elementos do Gabinete de Pinheiro de Azevedo, o tinham «sequestrado politicamente». O Primeiro-Ministro afirma respeitar a liberdade de opinião, contudo confronta o deputado pela «infeliz alusão», desmentido a sua afirmação e reafirmando a confiança no seu Gabinete.

Em suma: o Partido Socialista foi uma viva oposição ao Cerco, não só pela movimentação que dirigiu para o Norte do país, mas também pelo discurso contra as "minorias extremistas" e contra o PC. A linha condutora da oposição realizada foi próxima dos partidos mais à direita (PPD e CDS), como se pode verificar na organização de comícios e nas reuniões no Norte de Portugal. Contudo, é de realçar que a relação com o PPD se deteriorou na manifestação-convívio em Viseu, levando à demarcação do PS da política seguida pelos sociais-democratas. O Partido Socialista opôs-se de forma própria aos acontecimentos dos dias 12 e 13, mas também de forma veemente, algo constatável na conferência de imprensa no Porto, ou pela atitude dos seus deputados na sessão parlamentar de dia 18.

## 3.5 A visão do PPD de Sá Carneiro sobre o Cerco à Constituinte

O Partido Popular Democrata, como segundo grande partido em representação parlamentar, era um partido de centro-direita, fundado em 1974 por Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. Contou com 58 deputados na sessão de dia 12 de Novembro, que se viram impedidos de sair da Assembleia Constituinte, em conjunto com os outros grupos parlamentares.

Dentro da Assembleia e durante o sequestro, o antigo deputado social-democrata Jorge Miranda conta como se processaram nessa noite as conversações entre São Bento e Belém: "O Presidente da Assembleia ligava para o PR, eram talvez umas 3 da manhã,

já havia poucos manifestantes fora, e os que estavam era acampados com fogueiras, e teria sido possível com uma simples companhia do exército tirar os deputados da Assembleia, mas isso não se conseguiu." O seu depoimento permite perceber como viveram os deputados este acontecimento, que a determinada altura se acalmou, como é relatado, mas que nem por isso teve o seu fim.

Foi já na madrugada de dia 13 de novembro, que surgiu a primeira reação do Partido Popular Democrata. Com um Comunicado emitido às quatro horas da madrugada, o Partido tentava mobilizar os seus militantes e simpatizantes a juntarem-se na Praça José Fontana, a partir das quinze horas. A importância desta manifestação prendia-se com a defesa da democracia, que segundo o comunicado "tem de ser defendida na rua!"[249] [(15)]. O partido apelava ainda aos órgãos do poder militar que tomassem posição perante as circunstâncias que eram do conhecimento público, ou seja, os deputados estavam cercados no Palácio de São Bento. Os sociais-democratas viam, assim, a democracia ameaçada.

No jornal partidário "*Povo Livre*", é possível encontrar diversos depoimentos de deputados constituintes do PPD, à saída da Assembleia e após terem sido sequestrados. Estes relatos contêm diversos aspetos em que se assemelham, porém, existem algumas opiniões contraditórias apesar de se encontrarem no mesmo partido.

No testemunho de Amélia Azevedo, esta afirma que apesar de a manifestação ter tomado grandes proporções, não questiona as reivindicações dos trabalhadores da construção civil, constatando a "necessidade de revisão de contratos coletivos para melhoria de vida dos trabalhadores".

À semelhança da deputada Amélia Azevedo, temos os deputados Orlandino Farejão e Coelho dos Santos. Orlandino, afirma que não seria justo culpar os trabalhadores da construção civil por estes acontecimentos, pois é um dos setores com o trabalho mais mal pago e perigoso. Acrescenta ainda que "a grande maioria dos trabalhadores que rodearam o palácio de São Bento não estariam certamente de acordo com o sequestro dos deputados e Primeiro-Ministro".

O deputado Coelho dos Santos afirma que não coloca em causa a justiça das reivindicações dos trabalhadores, contudo, reprova o sequestro aos deputados da Assembleia Constituinte: "O que importa realçar (deixando claro que tais reivindicações

[249] In Jornal "Diário Popular" dia 14 de Novembro de 1975, «O PPD desmobilizou e acautelou os ficheiros»

apenas serviram de pretexto) é que nem o sequestro é forma de luta, nem eram os trabalhadores da construção civil muitos dos que sitiaram o Palácio de S. Bento e das suas janelas manipularam – partidariamente – os manifestantes."

Por outro lado, temos os deputados Barbosa Gonçalves e Casimiro Cobra, que em tudo contrariam os deputados anteriores. O deputado Barbosa Gonçalves afirma que a greve dos trabalhadores da construção civil foi apenas uma tentativa para derrubar o VI Governo Provisório, pois, os gritos de ódio que eram ouvidos dentro da Assembleia Constituinte, demonstravam "que se tratava de uma manobra suja e não de reivindicações". Reforça este seu argumento, afirmando que muitos dos manifestantes em nada pareciam trabalhadores da construção civil.

Outro deputado PPD, Casimiro Cobra, refere que, do seu ponto de vista, os deputados da Assembleia Constituinte deveriam ter permanecido no interior do Palácio de São Bento, até à desmobilização dos manifestantes, que no exterior se encontravam. É ainda acrescentada a esta posição, o facto de os grupos parlamentares PS e CDS, não terem concordado com esta ideia.

Após a saída dos deputados da Assembleia Constituinte, os partidos PS, PPD e CDS reuniram-se na tarde de dia 13, na sede do PS[250]. Dado o perigo iminente da agitação social vivida, foi apontada como solução a ida para o Porto destes três partidos, que formavam uma maioria de número de deputados na Assembleia Constituinte. Os três líderes partidários destas forças políticas, estavam de acordo quanto à solução a tomar.

Foi no dia 14 de Novembro que o deputado e líder do PPD, Francisco Sá Carneiro, se dirigiu ao Porto, constituindo assim uma movimentação político-partidária que cortava definitivamente com os partidos de esquerda que não condenavam o Cerco. Nesse mesmo dia Sá Carneiro deu uma conferência à comunicação social na qual criticava fortemente os acontecimentos dos dias anteriores: Defendia que a Comunicação Social não tinha dado a devida visibilidade ao Sequestro dos deputados; criticava a colaboração entre o Partido Comunista e os manifestantes, diferenciando a maneira como foi vivido o Cerco para os deputados do Partido Comunista, que segundo este, estariam " bem abastecidos" e os deputados dos restantes partidos, que "passavam

[250] In obra de Jorge Miranda, "Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte"

quase 24 horas sem comer"[251] e, por fim, reprova a não atuação do Presidente da República e Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Portuguesas, que não travou o sequestro do Primeiro-Ministro e dos deputados da Assembleia Constituinte.

Na continuação da exposição de Sá Carneiro, este afirma que assistimos a uma estranha manobra do PC, «(…) visto que o sector da construção civil depende do ministro comunista do Equipamento Social, essencialmente através do Fundo de Fomento da Habitação, e este sector está a criar gravíssimas dificuldades à construção civil, a manipular os trabalhadores da construção civil, para rua, adoptem atitudes políticas para tentar o derrube do VI Governo Provisório.» Estas palavras de Sá Carneiro fazem transparecer o continuar da tomada de posição por parte do PPD, ou seja, que para além de reprovar o sequestro dos deputados, existe uma condenação direta à atitude do Partido Comunista, que na opinião do líder do PPD, poderia resolver a situação através do Ministro do Equipamento Social e não permitir que a construção civil contestasse contra o Governo vigente.

Francisco Sá Carneiro finaliza o seu discurso, apelando "Para a mobilização permanente de todos os seus militantes, para a mobilização permanente de todos os portugueses, especialmente a Norte do Tejo; para a vigilância democrática permanente, para que se evite a derrocada do Estado e se instale nova ditadura".

Fica clara, com esta intervenção final de Sá Carneiro, a divisão política existente, dado que o seu partido, quer no Comunicado na véspera, quer no discurso do seu líder, sugere a mobilização de todos os militantes popular-democratas e portugueses com o intuito de manifestar a sua contestação face à situação atual do país, principalmente após o Cerco à Assembleia, que foi considerado, na voz do partido, "uma ameaça à democracia".

Foi também no dia 14 de novembro que Jorge Miranda, deputado do PPD, chegou ao Porto. Numa entrevista realizada ao antigo deputado constituinte Jorge Miranda, este afirmou que «Depois o que aconteceu, fomos para o Porto (CDS, PS, PPD). Estava convocada no domingo seguinte uma grande manifestação ao Otelo, e receava-se que essa manifestação fosse o início daquilo que se chamava "Comuna de Lisboa".», demonstrando que a atitude partidária se iria estender, pelo menos, até à realização da manifestação, no domingo, dia 16. Importa referir que Jorge Miranda considera que as

[251] In Jornal "Povo Livre"

reuniões partidárias foram o consolidar de uma posição conjunta na condenação ao sequestro dos deputados da Assembleia; a situação que se vivia em Lisboa e ainda, a necessidade de denunciar o pacto MFA-Partidos como limitação à organização do poder político na Constituição.

No decorrer das reuniões partidárias, que existiram quer em conjunto, quer separadamente por grupo parlamentar, Jorge Miranda ficou encarregue de redigir um projeto de decreto-lei (a pedido de António Macedo, deputado do PS), que consistia, segundo o próprio "que se em Lisboa houvesse um golpe de estado, a Assembleia Constituinte no Porto poderia manter os seus poderes". Quando questionado sobre se a Assembleia Constituinte esteve na iminência de ir para o Porto, Jorge Miranda responde "Se isso acontecesse, havia quórum, havia uma maioria de deputados no Porto que poderiam permitir que a Assembleia funcionasse.".

Na continuação da entrevista com Jorge Miranda, este revelou que o contexto nacional poderia levar a uma intervenção estrangeira: "Até porque o contexto internacional era extremamente complicado, teria havido uma intervenção, ou inglesa ( Parece que ao abrigo do Tratado de Amizade, a Inglaterra interveria ) ou Americana, ou Espanhola, mas espanhola não era provável porque o General Franco estava quase a morrer.". Esta informação vem comprovar que a forma como os partidos políticos que se encontravam a Norte viram o Cerco, transpareceu também para países parceiros internacionais de Portugal, que se mostraram aptos a intervir caso fosse necessário.

No dia 16 de novembro, o PPD fez-se representar na manifestação da Praça da República, em Viseu, que tinha como objetivo demonstrar apoio ao Comandante da Região Militar do Norte, Pires Veloso, quer pela figura de Francisco Sá Carneiro, quer pelos militantes do partido. Relativamente a esta manifestação organizada também pelo PS, Jorge Miranda nega que tenha sido uma resposta ao Cerco, visto que "aquelas manifestações faziam parte de uma série de manifestações quase todos os dias.".

No dia seguinte os deputados do grupo parlamentar do Partido Popular Democrático, regressaram a Lisboa, tendo em vista o retomar os trabalhos da Assembleia Constituinte.

Foi no dia 18 de novembro que, a Assembleia Constituinte voltou a reunir-se tendo como ponto de discussão principal, o momento político do país[252]. A primeira intervenção por parte do PPD, ficou a cargo da deputada Helena Roseta, que reiterou novamente que tinha existido uma manipulação da manifestação da construção civil, e condenou de forma veemente o sequestro, de que ela própria, e o resto dos deputados tinham sido alvo. Acrescentou ainda, uma visão pessoal para ilustrar o seu argumento de que existiram minorias de extrema-esquerda que tinham aproveitado para se manifestarem a favor da queda do Governo Provisório, quando o objetivo da manifestação não era esse: "Uma deputada do Partido Socialista e eu própria ouvimos lá em baixo um dos manifestantes afirmar que não tinha sido para isto que tinha vindo aqui, que "eles" estavam a tomar conta disto. E nós sabemos muito bem quem são "eles" – são minorias irresponsáveis que sequestram os representantes do povo, num ensaio geral para implantar uma ditadura, que é, afinal, o sequestro de um povo inteiro.". A posição do PPD foi referida na parte final do discurso da deputada, retomando a linha condutora de que o seu Partido está "consciente" dos perigos que são a ditadura, o totalitarismo e o fascismo; e irá defender a democracia, a justiça, a liberdade e o socialismo.

Nesta mesma sessão o PPD apoiou a moção apresentada pelo PS, justificando-se pela voz do deputado Mota Pinto em como esta moção "é a afirmação da veemente disposição da Assembleia de cumprir as suas obrigações para com o povo que a elegeu", mas referindo também que que não se pode minimizar os acontecimentos de dos dias 12 e 13. Esta aprovação por parte dos deputados do PPD, é claramente o seguir da posição que tinha sido tomada quer nas primeiras condenações de Sá-Carneiro, quer nas reuniões partidárias.

No jornal do PPD[253], reforça-se novamente a ideia de que o Cerco não demonstrou sinais de ser apenas uma mera manifestação reivindicativa, mas sim uma manobra política descarada do Partido Comunista Português e os seus "satélites ", que utiliza os trabalhadores da construção civil, não porque apoia as suas causas, mas sim para levantar um maior nível de contestação que possa capacitar o derrube do VI Governo Provisório.

[252] In Diário da Assembleia da República
[253] In Jornal "Povo Livre", «Deputados eleitos pelo povo – vítimas do golpismo totalitário»

Importa destacar ainda que a delegação deputados da Assembleia Constituinte que, após o Cerco, participou numa reunião no estrangeiro, mais concretamente com o Parlamento Europeu, onde foi bastante questionada sobre a situação política de Portugal, em especial: "Como seria possível uma Assembleia eleita pelo povo ser sequestrada por esse mesmo povo", ao que os deputados responderam não ser difícil nomear qual o tipo de povo que sequestrou, bem como as forças mobilizadores por detrás desta manifestação.

Em suma: O Partido Popular Democrático foi o primeiro a reagir na rua ao sequestro dos deputados, convocando uma contra-manifestação, algo que permite perceber a atitude contrária que o partido tem em relação ao Cerco. Esta contestação foi, desde cedo, encabeçada por Francisco Sá Carneiro, e virada para acusar o PCP da instabilidade vivida. A posição social-democrata é semelhante à dos socialistas, não deixando de se referir o episódio de tensão entre os dois partidos no Norte, e pode constatar-se isso mesmo na aprovação e defesa da declaração apresentada pelo PS na Assembleia. Foi o PPD que quis enaltecer as posições do governo vigente, que, sobretudo, o defendeu, pelo menos a parte do VI Governo Provisório que integrava, bem como o PS, contudo não se pode dizer o mesmo do PC, que viu o seu Ministro do Equipamento Social, visado pelas críticas.

O Partido nunca condenou a manifestação, mas sim o sequestro, bem como questionou até que ponto estaria o Partido Comunista envolvido nestes acontecimentos.

## 3.6.A visão do CDS de Amaro da Costa e Freitas do Amaral

O Centro Democrático Social contava com 9 deputados na sessão parlamentar de dia 12 de novembro. Era o partido que se encontrava mais à direita, liderado por Diogo Freitas do Amaral. O sequestro aos deputados da Assembleia Constituinte, ficou marcado pelo adoecer da mulher do deputado do CDS, Oliveira Dias, aquando do seu marido estar sequestrado, vindo a morrer dias mais tarde.

Um dos deputados do CDS que falou no dia 13 de novembro, ainda antes dos deputados poderem sair, foi Galvão de Melo que afirmava não se importar com o que se estava a passar (o sequestro dos deputados), e que pensava sair "quando os

manifestantes o deixassem". Mais concretamente, em relação à manifestação, o deputado do CDS deixou a sua opinião presente no *Jornal de Notícias*, declarando que os trabalhadores "são pessoas simples do povo "e que não quer mal ao povo, mas sim às pessoas que pretendem instaurar um "novo totalitarismo".

O CDS à semelhança do PPD e do PS, dirigiu-se para o Porto no dia 14 de novembro, com vista a reunir os seus deputados, de modo a avaliar a situação política nacional, e numa atitude de contestação aos últimos acontecimentos em frente à Assembleia Constituinte, e à falta de segurança, admitida pelas três forças políticas, de reunir em Lisboa. Esta movimentação surge após o telefonema de Mário Soares a Freitas do Amaral, ainda no dia 13, em que o socialista refere que está na iminência um golpe em Lisboa, ligado à esquerda" e que é fundamental sair da capital ainda nesse dia.[254] No mesmo dia, o CDS emitiu dois comunicados, com o texto igual, relativamente à situação política nacional.

Um comunicado, é apresentado sem local, mas com a designação do Secretariado da Comissão Política. No outro comunicado difundido no mesmo dia, o local é a cidade do Porto, e a entidade que o emite é o Presidente do Partido, e também deputado, Diogo Freitas do Amaral.

O partido defende no texto presente nos comunicados, que o Partido Comunista e outras forças de esquerda estão envolvidas na fragilidade democrática que se faz sentir, dado que o comunismo pretende, no entender do CDS, "a destruição da liberdade, a morte da democracia e a implantação de uma ditadura" recorrendo à força e a uma via violenta. Por outro lado, encontra-se, segundo o mesmo texto, o Governo Provisório, que não possui condições necessárias para desenvolver a sua política.

O CDS apela aos cidadãos que defendam os valores da democracia, que se encontra ameaçada por minorias comunistas, num ataque direto que está patente ao longo desta comunicação. O partido finaliza com uma palavra de ordem: "Firmeza" que, segundo o mesmo, é "necessária para a proteção das maiores conquistas até hoje obtidas pelo Povo Português".

No Norte do país, mais propriamente em Trás-os-Montes, o CDS exerce a sua atividade política através de dois comícios, o primeiro realiza-se em Vila Real, dia 15, e o segundo, no dia seguinte, a realizar-se em Bragança. Entre alguns milhares de

[254] In obra de Diogo Freitas do Amaral, "O Antigo Regime e a Revolução"

manifestantes, contavam-se também retornados das antigas colónias portuguesas[255], que ouviram discursar Diogo Freitas do Amaral, e também Galvão de Melo. O partido enveredou pelo discuso anticomunista, com o deputado centrista Galvão de Melo a referir-se à luta que travou, segundo ele, toda a vida contra o totalitarismo, e que "no caso presente, luta contra o comunismo".

No dia 17 do mesmo mês, o partido volta a emitir um comunicado, assinado pela Comissão Distrital de Lisboa, intitulado "Informação ou desinformação?".

O CDS justifica, assim, diferentes posições do partido relativamente a acontecimentos recentes, como é o caso de uma audiência com o Presidente da República, no dia 14 à qual o CDS faltou, alegando que a sua Comissão Política não considerava reunidas as condições de segurança. No mesmo texto, é referido que após esse dia, o líder do partido dirigiu-se para Norte, onde esteve presente nos comícios anteriormente referidos. Os meios de informação são criticados na forma como apresentaram a ida para o Norte de Diogo Freitas do Amaral, visto que alguns noticiaram que este se encontrava "parte incerta".

Na sessão parlamentar de dia 18, o CDS votou favoravelmente à moção elaborada pelo PS, argumentando, pela voz do seu Presidente, que o sequestro tinha sido uma "ofensa ao 25 de Abril", que o CDS não iria consentir este tipo de situações, que os órgãos civis e militares tinham de se definir quanto à sua atuação e, ainda, que como deputados eleitos por voto popular, teriam de afirmar perante o CR, que não é eleito, que não aceitariam ser novamente humilhados.

Em suma: O CDS foi uma oposição ao Cerco, que apesar de não estar representada no Governo, tomou uma posição próxima à tomada por partidos que apoiavam o VI Governo Provisório, como o PS e PPD. A ida para o Norte devido a sugestão do líder socialista, ao líder centrista, demonstra que os partidos estavam, pelo menos, numa situação de sintonia quanto à atitude de contrariar a continuação dos acontecimentos em Lisboa. O CDS exerceu uma oposição bastante forte e centrada no Partido Comunista e noutras forças de esquerda, que estariam a deixar débil a situação política do país. No Norte do país foi fácil para o CDS fazer oposição ao sequestro dos deputados, visto que o partido exerce relativa influência naquela zona de Portugal. Na Assembleia, os centristas mostraram-se ao lado de PS e PPD, demonstrando apoiar a

[255] In Jornal "A Capital", dia 17 de Novembro de 1975

ideia de garantir que a Assembleia se reunisse em qualquer outro lugar, caso Lisboa não reunisse as condições de segurança necessárias.

# 4.Resultados da manifestação

A greve decretada pelas organizações sindicais, entre o dia 10 a 12 de novembro, e a consequente manifestação com concentração no Palácio de S. Bento, devido ao encerramento do Ministério do Trabalho localizado na Praça de Londres, tinha estritamente objetivos sindicais: Para além de ambicionarem a aprovação do contrato coletivo de trabalho, que tinha sido apresentado pela construção civil ao patronato, que nunca se demonstrou interessado em negociar com os trabalhadores ( pois demorou 5 meses a responder a esta proposta apresentada pela Construção Civil ), queriam ainda que fosse cumprido o que tinha ficado estabelecido na reunião realizada a 28 de setembro, entre a Comissão Negociadora Sindical e o Patronato, ,em que o secretário de estado do Ministério, Marcelo Curto, assumiu o compromisso de, no prazo de um mês, sair com uma portaria regulamentadora de trabalho, caso o patronato permanecesse sem negociar. Passado o respetivo prazo, o secretário de estado do Ministério do Trabalho, “deu o dito por não dito “, segundo o nosso entrevistado e antigo presidente dos Sindicatos Metalúrgicos de Lisboa, José Ernesto Cartaxo. Os trabalhadores queriam essencialmente que o Governo honrasse as suas obrigações e conquistar alguns direitos que consideravam essenciais: aumento salarial, redução da carga horária, reconhecimento ao direito de contratação coletiva, melhores condições de vida, entre outros.

Esta manifestação tinha, portanto, um caráter apenas sindical, não sendo contra a Constituinte ou contra os deputados constituintes, mas sim uma manifestação que reprova as políticas do Governo face ao mundo laboral e a falta de negociação do Governo para com os trabalhadores da Construção Civil, que se desmontrou com o encerramento do Ministério do Trabalho, bem como com facto de o Governo não ter recebido os manifestantes.

Foi no dia 14 de novembro, após a concentração dos trabalhadores da construção civil em frente ao Palácio de S. Bento, durante "36 horas comoventes"[256], que contou com mais de cem mil manifestantes, que os trabalhadores da construção civil viram os seus objetivos sindicais concretizados: "O nosso relógio marcava precisamente 5 horas e 20 minutos quando o largo fronteiro ao Palácio de S. Bento, estremeceu ao grito de «vitória»"[257]. Uma reunião realizada em Belém, que contou com a presença do Presidente da República General Costa Gomes, juntamente com a delegação, e uma posterior reunião com os restantes membros da Comissão Negociadora e com o Comité da Luta, levou à posição do Conselho da Revolução (apresentada aos trabalhadores da Construção Civil pela Comissão Negociadora) em querer reunir-se com o Primeiro-Ministro, algo a que os trabalhadores responderam: "Eles que venham!"; " O povo está aqui" e "Pinheiro de Azevedo daqui não sai"[258]. A Comissão negociadora acatou a vontade dos manifestantes, pois tanto o Ministro do Trabalho, como o Major Costa Neves do Conselho da Revolução, deram entrada no Palácio de S. Bento. O acordo redigido pelos trabalhadores foi assinado pelo Primeiro-Ministro, que "assegurou aos trabalhadores que a tabela salarial proposta pelos sindicatos entraria em vigor até ao dia 27 de novembro". Assegurou também a aprovação de projetos que visassem a revitalização do setor, a realização de um inquérito ao Ministério do Trabalho (nomeando uma Comissão de Inquérito com elementos de confiança dos trabalhadores) e, por fim, acordou-se que as negociações iriam iniciar-se no Ministério do Trabalho, de modo a que o acordo estivesse aprovado até ao dia prometido.

Foi através da luta e da unidade que os trabalhadores da Construção Civil conseguiram alcançar os seus objetivos, fazendo assim o «(...) governo recuar», afirma José Ernesto Cartaxo. Afirma ainda que, a vitória deu ânimo aos trabalhadores que participaram nesta manifestação, estimulando outros trabalhadores, de outros setores de atividade, a reinvidicarem e lutarem pelos seus direitos.

Após a intensa e árdua luta por parte dos trabalhadores da Construção Civil e de todos aqueles que se demonstraram em solidariedade para com os mesmos, o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa emana um comunicado, no dia 15 de novembro[259] onde agradece publicamente a todos aqueles que estiveram

[256] In entrevista a José Ernesto Cartaxo
[257] In Jornal "Diário Popular", dia 14 de Novembro de 1975, «Quando as bases ultrapassam as cúpulas»
[258] In Jornal "Diário Popular", dia 14 de Novembro de 1975, «Quando as bases ultrapassam as cúpulas»
[259] In Jornal "Diário de Notícias", dia 15 de Novembro de 1975, «Agradecimento Público»

presentes e «(...) que por qualquer forma sempre estiveram connosco, isto é, com a revolução» ou seja, todos aqueles que lutaram contra a exploração, contra os salários de miséria, os despedimentos sem justa causa, contra «(...) esse cancro que é o capitalismo». No presente Comunicado, refere-se ainda que a luta pelo Contrato Coletivo de Trabalho e pela conquista de direitos não foi fácil, mas que a vitória não teria sido possível sem a solidariedade das centenas de milhares de trabalhadores.

No dia 16 de novembro, o Ministro do Trabalho, Tomás Rosa, em Viseu, em nome do Primeiro-Ministro e em frente a manifestantes de diversos partidos, como o PPD, PS e PPM, proferiu algumas palavras que « (...) deram a entender que o Governo não cumprirá o que subscreveu na madrugada do dia 14»[260] O Capitão Tomás Rosa, estando a substituir Pinheiro de Azevedo, que por motivos de doença não pode estar presente, afirmou que o Governo não iria ceder a chantagens provenientes dos trabalhadores da Construção Civil, ou seja, que o Governo não assinaria uma portaria com os salários que eram pretendidos pelos trabalhadores da Construção Civil, «(...) para não se tornar cúmplice de um ato irresponsável»

No dia 23 de novembro, o governo auto-suspende-se, deixando o Contrato Coletivo de Trabalho sem efeito, contudo, quando o Governo volta às suas funções no dia 28 de novembro, umas das primeiras medidas tomadas foi o congelamento da contratação coletiva de trabalho, que segundo os trabalhadores da construção civil, demonstra que o Primeiro-Ministro «(...) continuou a ser o mesmo, faltou à palavra dada por escrito aos trabalhadores».

No dia 17 de janeiro, realiza-se uma manifestação no Estádio 1º de Maio, onde se contestava a carestia de vida e o congelamento da contratação coletiva de trabalho não só da Construção Civil, como também de outros setores de atividade.

O processo apenas é reiniciado em Fevereiro de 1976, contudo, o Governo utiliza como argumento para o adiamento do contrato coletivo de trabalho, já prometido desde Outubro de 1975, «(...) agora os procedimentos legais foram alterados.»

O Ministério do Trabalho sugere que se inicie o processo de início, contudo, os sindicatos exigem a saída da portaria, dando ao Governo um prazo até ao dia 21 de março, e marcam uma greve geral sectorial para o dia seguinte.  Embora se esperasse

[260] In Jornal "Diário Popular", dia 17 de Novembro de 1975, «Construção Civil: negociações no Ministério mas...»

uma grande massa adesiva a esta greve, especulando a participação de 500 mil trabalhadores, era enorme a pressão política exercida para que a manifestação fosse desconvocada, começando a surgir os mais variados boatos que denegriam a luta reinvidicativa, pelo que o próprio Ministério do Trabalho chegou a afirmar que: «(...) os trabalhadores tinham o objetivo político de derrubar o governo e não objetivos laborais» sendo esta a mensagem passada na comunicação social.

Esta greve acaba por ser desconvocada, fruto de uma reunião com o General Costa Gomes, a 19 de março, com os sindicatos, que os convence de que a democracia poderia estar em perigo e que, caso a extrema-direita assumisse o poder, não só os sindicatos sofreriam, bem como todo o povo e todos os trabalhadores. O contrato é publicado em Março de 1976, passadas várias lutas.

# Bibliografia


**Obras Gerais**

• Mattoso, José «Portugal em Transe (1974-1985)» in História de Portugal, dir. José Mattoso, Vol.8 (8 vols.), (Lisboa: Editorial Estampa, 1993)

• Reis, António, «Portugal Contemporâneo (1820-1922)», Direção e co-autoria, Vol.6 (6 vols.), (Lisboa: Publicações Alfa, 1990-1993)

**Monografias**

• Castaño, David, Mário Soares e a Revolução, Publicações D. Quixote, 2013

• Cunhal, Álvaro, A verdade e a mentira da Revolução de Abril, Editorial Avante, 1999

• Freitas do Amaral, Diogo, O Antigo Regime e a Revolução, Bertrand Editora, 1995

• Miranda, Jorge, Da Assembleia Constituinte à Revolução, Principia, 2015

• Rezola, Maria Inácia, 25 de Abril Mitos de uma Revolução, A Esfera dos Livros, 2008

• AAVV, O 25 de Novembro e a democratização Portuguesa, Gradiva, 2016

• AAVV, Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – das raízes até 1977, vol. 1, CGTP-IN, 2011

# Anexos

**Anexo 1:** Declaração do PS para aprovação na Assembleia:

Considerando ter uma manifestação impedido a saída dos Deputados desta Assembleia Constituinte, bem como dos funcionários que nela prestam serviço;
Considerando tratar-se de um sequestro que teve como fim exercer sobre o Governo Provisório uma pressão ilegítima e antidemocrática;
Considerando a necessidade imperiosa de assegurar o normal funcionamento das instituições políticas, de, entre as quais a Assembleia Constituinte tem lugar de relevo, em virtude da sua origem na directa expressão da vontade popular:
A Assembleia Constituinte declara:

**1)** Ser indeclinável dever dos poderes constituídos, e, nomeadamente do Presidente da República e CEMGFA, garantir, por todas as formas e meios, a liberdade, de reunião dos órgãos de soberania o seu pleno funcionamento;
**2)** Exigir do Presidente da República a garantia solene do que usará da sua autoridade sobre as forças armadas paira prevenir ou neutralizar qualquer acto de violência sobre esta Assembleia Constituinte;
**3)** Protestar contra a abusiva e inclassificável intromissão de forças subversivas, antidemocráticas e contra revolucionárias que, manipulando os trabalhadores e abusando da sua boa fé, mais não pretendem que lançá-los numa confrontação violenta de que seriam necessariamente as primeiras e inocentes vítimas;
**4)** Exortar o Governo Provisório, o Conselho da Revolução e o Presidente da República a manterem uma atitude de inquebrantável resistência perante todas as forças de violência ou intimidação, conservando-se sempre fiéis, intérpretes da vontade livremente expressa pelo povo português;
**5)** Manifestar a sua firme intenção de, alheia às pressões e paixões desencadeadas, cumprir até ao fim o honroso mandato recebido do povo português, recorrendo para tal aos meios que entender necessários.

Palácio de S. Bento, 18 de Novembro de 1975. - Pelo Grupo Parlamentar do PS: José Luís Nunes - José Niza - António Reis - Kalidás Barreto - Aquilino, Ribeiro Machado - Mário Sottomayor Cardia - Luís Filipe Nascimento Madeira.

**Anexo 2:**

Enquanto legítimos representantes eleitos do povo português nós condenamos energicamente os actos de violência antidemocráticos praticados por minorias que se traduziram na ocupação da Assembleia Constituinte, no sequestro temporário do seu Presidente e de outros Deputados e na ocupação da residência do Primeiro-Ministro. Nós manifestamos a nossa inteira confiança no futuro democrático da Revolução Portuguesa. Pelos deputados  Nuno Godinho de Matos, Alfredo de Sousa, José Augusto Seabra e Adelino Amaro da Costa, numa conferência à imprensa internacional.

**Anexo 3: Cronologia do Cerco à Assembleia Constituinte**

13/11

00:00 – Segundo um elemento da Comissão Negociadora, os trabalhadores tinham apresentado uma proposta para que o seu abandono ( os deputados) do local se fizesse pela porta das traseiras, o que foi recusado.

10:45 – Grupo de pintores da construção civil apela para a vigilância sobre provocadores que tentam sabotar a luta que ali se trava .

13:00 – Os operários aceitaram a argumentação do Major Cuco Rosa, oficial do COPCON que se deslocou ali acompanhado pelo comandante Ribeiro Ferreira, dos fuzileiros que lhes falou, exortando-os a deixarem sair ordeiramente os deputados " É uma boa altura de serem as massas trabalhadoras a mostrarem quem é que é o povo ordeiro desta terra ".

16:30 – Um helicópetro da Força Aérea desce nos jardins do Palácio de S.Bento com o intuito de transportar o prof. Henrique de Barros, e o deputado socialista João Gomes.

16:45 – O helicópetro conseguiu descolar mas só com a tripulação.

17:00 – Delegados sindicais e autoridades estavam a evacuar os " invasores " dos jardins, sem haver problemas.

18:30 – Trabalhadores recebidos por Pinheiro de Azevedo.

20:30 – Jornalistas chamados para assistir à parte final do debate, onde se estabeleceram as bases finais das negociações.

22:00 – Momento limite de resposta governamental às reinvidicações dos trabalhadores. A massa de manifestantes agita-se gritando " Está na hora, está na hora " e " O contrato vertical cá para fora, já! ".

14/11

00:00 – Regresso da delegação que se havia deslocado a Belém, para se avistar com o Presidente da República.

05:20 – Comissão negociadora anuncia da varanda que o Primeiro-Ministro acaba de assinar, na integra, a tabela salarial proposta pelos trabalhadores, grita-se vitória.

**Anexo 4: Testemunho escrito por Jerónimo de Sousa**

Depoimento de Jerónimo de Sousa

a Magda Tomás e Bernardo Gouveia (alunos do Liceu Camões)

sobre o conflito laboral que ficou conhecido como o «cerco ao Parlamento»

23 de Fevereiro de 2017

Há quem queira apagar o enquadramento histórico do processo que teve como desfecho o chamado cerco à Constituinte pelos operários da construção civil.

A sua origem esteve num conflito laboral. Ao contrário doutros sectores, nomeadamente da metalurgia, têxteis, comércio, banca, químico não tinham um contrato colectivo. Se é verdade que, depois da Revolução de Abril, também eles, como todos os trabalhadores, tiveram aumentos salariais, férias e subsídio de féria e de Natal, reivindicaram o direito a ter um instrumento de regulamentação da contratação colectiva. O Governo de então, através do Ministério do Trabalho, comprometeu-se com um calendário de concretização mas num dos prazos intermédios definidos e, faltando à palavra, tentou, em 7 de Novembro, que o processo voltasse à estaca zero. Indignados os trabalhadores declararam greve de 10 a 12 de Novembro seguida de manifestação em direcção ao Ministério do Trabalho. Depararam-se com o Ministério totalmente encerrado, com o Governo em "greve" num quadro de tensão em que se desenvolvia a operação de deslocar o Governo e a Assembleia da República para o Porto e em que já estava em curso o golpe de 25 de Novembro.

Decidiram, os organizadores da manifestação, saírem da praça de Londres para a sede do Governo instalada no Palácio de S. Bento onde também funcionava a Assembleia Constituinte.

Decidiram os manifestantes que não desmobilizariam enquanto não tivessem resposta à sua reivindicação.

É uma evidência que os deputados constituintes tinham razão para sentir algum receio de sair por entre 100 mil manifestantes, mas o facto é que aqueles que o fizeram

não foram molestados, facto que se confirmou no momento da saída. Há quem dramatize o facto de uns serem vaiados e outros aplaudidos ara sonegarem que ninguém foi agredido.

À concentração dos trabalhadores da construção civil juntaram-se, entretanto, milhares de trabalhadores solidários doutros sectores mas, inevitavelmente, grupos e grupelhos que tinham como habito parasitar as acções de massas com aquela fraseologia e palavras de ordem do género "Governo Popular", "dissolução da constituinte já" e outras pérolas da época que inevitavelmente tinham eco em muitos manifestantes. Aliás é surpreendente que alguns desses "revolucionários" da altura, hoje instalados no poder e no comentário, tentem reescrever a história e a verdade dos factos.

Entretanto os dirigentes, com a consciência que os manifestantes só desmobilizariam se existisse resposta à sua reivindicação encetaram-se diligências ao mais alto nível que se traduziu num compromisso estabelecido em acta em que o 1º Ministro Pinheiro de Azevedo "assegurou aos trabalhadores que a tabela salarial proposta pelos sindicatos entraria em vigor até 27 de Novembro com a aprovação pelo Governo de projectos tendentes à revitalização do sector da construção civil" e também que "as negociações sobre o clausulado seriam encetadas e concretizadas até 27 de Novembro". Só que quando o 1º Ministro se dirigiu à varanda conjuntamente com os dirigentes sindicais num quadro de grande tensão entre os manifestantes e gritando "fascista, fascista" Pinheiro de Azevedo usou aquele celebre desabafo: "bardamerda mais o fascista". O que foi relevante foi o acordo alcançado para resolver o conflito laboral.

Ao fim de mais de 16 horas os deputados constituintes saíram entre apupos e aplausos por entre a multidão que desmobilizou pacificamente.

# “POVO QUE CANTAS” [261], A CANÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE E DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS (1962-1975)

Marta R. P. Sanches, 12º K
Tutor: Professor Carlos Vargas
Professora: Cecília Cunha

[261] Excerto de «Portugal vencerá», in *Cantos de Revolução*, LETRIA, José Jorge, (Lisboa: Seara Nova, S.A.R.L., Guide –Artes Gráficas, Lda., 1975)

# Índice

Introdução ..... 173
1.Portugal no seu tempo (década de 1960) ..... 174
1.1.A Geração de ’60, a Canção e os Media ..... 176
2.Crítica à Sociedade de Repressão ..... 179
2.1«Já o Tempo se Habitua» ..... 179
2.2«Queixa das Almas Jovens Censuradas» ..... 181
2.3.«Vampiros» ..... 183
3.Luta pela Liberdade ..... 185
3.1.«Resiste» ..... 185
3.2.Liberdade de Expressão ..... 186
3.3.Liberdade de Pensamento ..... 187
4.Cantiga de Homenagem ..... 189
5.Rejeição da Guerra Colonial ..... 191
6.Pós 25 de Abril ..... 194
6.1.«11 de Março» ..... 195
6.2.«Fascista Escuta» ..... 196
6.3.A Canção Partidária ..... 197
Considerações Finais ..... 200
Bibliografia ..... 202
Bibliografia ..... 214

## Agradecimentos

A elaboração deste trabalho de pesquisa não teria sido possível sem a colaboração, direta ou indireta, de várias pessoas e elementos a quem eu gostaria de agradecer pela cooperação e auxílio que me prestaram.

O sincero agradecimento à Professora Cecília Cunha que se demonstrou apta a ajudar e a prestar auxílio ao longo de toda a realização deste trabalho de pesquisa, por mais complexo que tenha sido, mesmo aturando todas as minhas mudanças de temas e de problemáticas. A sua orientação foi deveras pessoal, tais como as suas recomendações. Não esqueço, também, todas as obras que me emprestou com carinho.

Ao Professor Carlos Vargas, mais uma vez meu tutor e orientador nesta pesquisa, a quem eu quero agradecer por ter aceite o meu convite e por me ter aberto o seu escritório sempre que eu tinha dúvidas. Pela sua consulta e disponibilidade e por todos os seus esclarecimentos. As nossas reuniões foram sempre excelentes, iluminando o meu conhecimento sobre o tema, querendo também agradecer por me despender tantas fontes que se tornaram a base do meu trabalho. Obrigada, professor Carlos, por ter sido sempre tão claro e por aturar os meus e-mails constantes.

Quero agradecer ao IHC por mais uma vez me oferecer esta experiência e pela assistência proporcionada, não esquecendo, claro, a Luísa Seixas, por organizar toda esta parceria.

Um agradecimento aos meus pais pelo apoio e por lidarem com os meus vários ataques de pânico referentes a este trabalho. Obrigada, pai por me levares à Biblioteca e por seres o meu dicionário humano e obrigada, mãe por ouvires sempre os meus resumos.

Não me posso esquecer da minha irmã, senão ela proíbe-me de a ir visitar à Polónia. Obrigada, Joana por tudo. Chateio-te sempre, mas tu já estás habituada, portanto já sabes como é a coisa!

A todos os artistas que recusaram seguir as ordens, mesmo que tenham colaborado de forma muito indireta, porque sem eles Portugal e a História não seriam os mesmos e eu nunca teria escrito este trabalho.

Finalmente, quero agradecer a todos os meus colegas que me ajudaram na realização e na produção deste relatório final, partilhando comigo toda a sua ansiedade para que eu não me sentisse só. Alguns nem parte da parceria fizeram, mas apoiaram-me emocionalmente, mesmo não sabendo. Ao João Tomé, Leonor Bibas, Inês Proença, Inês Garcia, Filipe Afonso, Carlos Baltazar, Laura Abreu, Ilísio Boaventura, Gonçalo Pereira, à minha priminha Maria Inês Sanches, entre muitos outros.

Obrigada a todos :)

# Introdução

O Dia da Revolução é uma indiscutível parte da História contemporânea portuguesa. De facto, a Revolução que depôs o Regime ditatorial do Estado Novo foi resultado de um combate contido num contexto de transformações políticas, sociais, económicas e culturais, assegurado e patrocinado por elites culturais e resultante de várias tentativas e revoltas, tais como as Revoltas Estudantis de 1962. Logo, é impossível negar a importância dos homens e mulheres, poetas e músicos que permitiram a passagem da palavra a partir da Canção. Foi, então, essa Canção que certificou a transição de certos valores e tendências, proibidos até então. Neste contexto, de que forma se justifica o lugar da música popular portuguesa nesse combate à censura? Será possível a canção ser um testemunho fundamental para perceber as vivências passadas durante os últimos anos do Regime? Será a Geração de ’60 crucial para o combate cultural e político? Que temas e que tipologias são notadas? Afinal, que papel desempenhou a Canção como instrumento de combate e de comunicação de massas? Ao longo deste trabalho responder-se-ão a tais questões, que foram estudadas e analisadas, tendo todas um cariz de questões de orientação.

Temos, então, como finalidade estudar a canção como instrumento de combate e de comunicação de massas, sendo que as barreiras cronológicas irão corresponder ao intervalo de 1962-1975.

O trabalho irá desenvolver a seguinte problemática: No contexto das transformações políticas, sociais, económicas e culturais que Portugal enfrentou a partir da década de ’60 do século passado até à Revolução de 1974, que papel desempenhou a canção como instrumento de combate e de comunicação de massas?. Foi, para além de tal, escolhida uma lista de questões iniciais (De que forma se expressou o combate ao Regime Ditatorial pela música popular portuguesa?; Qual foi o papel da música portuguesa na luta pela Liberdade?; Será possível a canção de intervenção ser mais um testemunho das vivências passadas durante os últimos anos do Regime?; Que testemunho é esse?; E por quem é que é feito?; Qual foi o lugar da música popular portuguesa no combate à censura e à repressão?; Que autores e que canções tomaram maior protagonismo?; Eram, os cantos em estudo, enquadrados numa militância partidária?; Colaboraram os cantores de intervenção no processo de derrube da Ditadura?; Que temas e que

valores se cantam?; São os temas afloreados directamente?; O que mobilizava a Canção?; Quais são os valores positivos e quais os negativos?; Quais os Sistemas de transmição dos valores?) e uma bibliografia sobre a Canção de Revolução, a história de Portugal, a Geração de '60 e sobre a contestação ao Regime.

Para a realização desta pesquisa foi eleito um anexo com 33 Canções (constituição de corpos) a partir dos quais se realizou a análise, acompanhado por uma marcação de temas e por uma extração de tendências e valores, tendo sempre em conta a contextualização tanto Nacional, como Internacional.

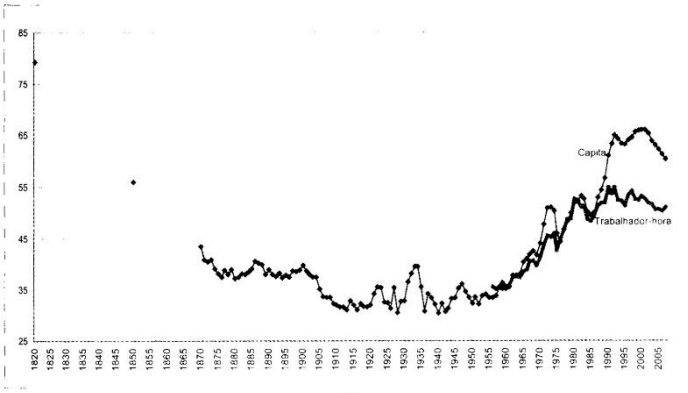
Em suma, confrontar-se-à a historiografia com o que a música confirma, o que resultará numa resposta à problemática inicial: No contexto das transformações políticas, sociais, económicas e culturais que Portugal enfrentou a partir da década de '60 do século passado até à Revolução de 1974, que papel desempenhou a canção como instrumento de combate e de comunicação de massas?.

# 1.Portugal no seu tempo (década de 1960)

Com este capítulo abordar-se-ão as condições a que Portugal se submetia na década de 1960, tanto económicas, como sociais, políticas e culturais, o berço da Geração que lutou e usou a Canção a seu favor e negou a Repressão que tomava a vida dos portugueses.

«Portugal inaugurou na década de 1960 um impotante processo de mudança, marcado, no campo económico e social, por um acelerado crescimento económico e por uma vaga migratória para a Europa»[262], afirma António Costa Pinto e, com o processo

**PIB *per capita* e PIB por trabalhador-hora em Portugal como % dos países mais desenvolvidos, 1820-2007**




Países representados na amostra: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Itália, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça.

[262] PINTO, António Costa in *A Busca da Democracia*, pg. 19;

de mudança, Portugal exibia títulos e fama [263] únicos, tais como «um dos mais antigos e durável impérios coloniais», não esquecendo uma «longa ditadura pessoal moderna»[264] de Salazar, as taxas de analfabestismo mais altas da Europa e a mais alta taxa de mortalidade infantil europeia. A vida cultural portuguesa ainda era alvo de desconfiança e dúvida do Estado Novo, tendo sempre os «valores portugueses» como princípios de extrema importância e magnitude.

«Desde o segundo pós-guerra que as linhas de orientação da política externa do Estado Novo estavam redefinidas de acordo com os três princípios tradicionais da política externa portuguesa: em primeiro lugar, a integração no sistema de segurança atlântico com a entrada de Portugal na North Atlantic Treaty Organization (NATO); em segundo lugar a reticência e o pragmatismo face ao processo de construção europeia, com a participação nos projetos de cooperação económica e a recusa de qualquer forma de integração política; e, finalmente, a recusa absoluta da descolonização e a defesa intransigente do Império.»[265]

Por outro lado, «no campo político, a marca decisiva dos anos derradeiros da Ditadura, foi o desenvolvimento de uma Guerra Colonial prolongada»[266] e a pressão Internacional a que Portugal estava submetido, tanto pela NATO, devido à rápida dispersão do Comunismo pela Europa, como pela ONU, devido à existência de um Império Colonial. A luta pela Hegemonia Mundial era constante e bastante notável, pois no meio de todas as tensões e debates, os Estados Unidos da América receavam a possível aderência de Portugal ao Comunismo e aos países de Leste. Uma vez que Portugal é um país com uma base geoestratégica forte, a preocupação dos E.U.A era justificada. A NATO integra Portugal por motivos, então, estratégicos e por vontade de espalhar o anti--comunismo, pois era inconcebível para a NATO aglobar um país Comunista.

No campo social a emigração sobressai. «A partir da década de 1960, o saldo migratório anual ultrapassa em muito o saldo fisiológico, o que quer dizer que a população decresce em termos absolutos»[267] e o início do turismo de massas para Portugal não fica atrás com o número anual de turistas a subir esporadicamente. A balança de pagamentos foi, de facto, influenciada por este fenómeno. A emigração

[263] PIB *per Capita,* in *A Busca da Democracia*
[264] Ob. Cit, pg. 19;
[265] TEIXEIRA, Nuno Severiano in *A Busca da Democracia*, pg. 57;
[266] PINTO, António Costa in *A Busca da Democracia*, pg. 25;
[267] BARRETO, António in *A Busca da Democracia,* pg. 114;

colabora para o levantar da economia portuguesa: a chegada de remessas.

## 1.1.A Geração de ’60, a Canção e os Media

Portugal estava em *deficit* democrático, com controlo colonial. Era uma ditadura com problemas interiores graves e parte da Geração de ’60 estava pronta para o tempo das independências, começando, então, a manifestar e a rejeitar a Guerra.

O combate cultural e político irá, então, materializar-se. A elites culturais unificam-se pelo combate, enfrentando a repressão. O PCP consegue compreender que é necessário ter do seu lado os criadores e os artistas para combater e, uma vez que a taxa de analfabetismo é tão alta, a canção é a forma mais viável de se chegar a todos.

O crescimento da rádio, da TV e do Teatro de Revista são oportunidades perfeitas para o combate. Com a «ajuda» dos Media, a Geração de ’60 aproveita, até, do Festival da Canção: Portugal para com a música. Todos os anos durante o Festival da Canção, Portugal vive para a música, vive para a canção e, portanto, a Canção torna-se a ferramenta perfeita. A Canção chega a todos e os autores e intérpretes aproveitam desta oportunidade.

Esta é a Geração que bebe do Maio de ’68, ao *Flower Power*, à *Beatlemania* e às revoluções americanas marcadas pela canção, as elites universitárias que participaram nas Revoltas Estudantis de 1962 a 1972 que se manifestam nas ruas através da Canção como movimento de protesto em frente aos Media, tal como explica Nery: «Para os jovens portugueses dos meios urbanos nos últimos dez ou doze anos do regime as referências musicais serão cada vez mais as do *Pop-Rock* angloamericano, da nova música popular brasileira (Maya Matarazzo, António Carlos Jobim, Chico Buarque de Holanda, depois Caetano Veloso e Maria Bethania), e –crescentemente- da canção de intervenção americana (Bob Dylan, Joan Baez), francesa (Juliette Greco, Jacques Brel, Georges Brassens, Leo Ferré) ou já portuguesa (José Afonso, Luis Goes, Adriano Correia de Oliveira, depois Sérgio Godinho e José Mário Branco). Neste contexto a tendência para a rejeição do Fado,

sobretudo por parte de uma juventude citadina de maior consciencialização política e portadora de um projeto cultural eminentemente cosmopolita, era inevitável.»[268]

Foi esta geração de artistas, poetas e músicos, que estando tanto no berço do seu Portugal, ou fora para fugir à repressão, à censura ou às consequências dos seus testemunhos, que com as suas obras, com os seus LPs e EPs, se fizeram ouvir, cantaram em nome de Portugal e em nome da injustiça, apelando pelo fim e pela rejeição da Guerra, pela Liberdade de Expressão e de Pensamento, pela memória dos caídos e de todos que lutaram a seu lado; artistas que cantaram como forma de manifestar o desgosto e a repugnância que sentiam pelo Portugal dermente, censurado; homens e mulheres que cantaram e escreveram em nome da memória e da história, querendo deixar para trás o testemunho do Portugal que conheciam e que nunca era tópico de conversa.

Conforme afirma um dos autores mais célebres deste período, José Jorge Letria, «A Canção, por si só, não faz revoluções, embora possa funcionar como um suporte eficaz e flexível do trabalho revolucionário. É a partir desta certeza que as palavras se articulam, os textos ganham forma e as canções se transformam em armas activas da luta ideológica.»[269]

A Canção unifica e disfarça a não unidade.[270]

[268] NERY, Rui Vieira in *Para uma História do Fado,* pg. 241;
[269] LETRIA, José Jorge in *Cantos de Revolução,* pg.18;
[270] Fausto e Zeca Afonso, Arquivo do Diário de Notícias;

### 1.1.1. A Canção Ligeira, a Eurovisão e os Ritmos Modernos

Após Zeca Afonso e Luís Góis terem gravado o seu disco singular intitulado de *Fados de Coimbra*, em 1956, abria-se caminho para a balada de intervenção. Com o desencadear das crises académicas em 1962, o assalto ao paquete de Santa Maria, em 1961, os assaltos por parte de membros do MPLA, revoltas do PAIGC e da FRELIMO consolidam-se as condições políticas para o surgimento da balada de intervenção.

«Balada, *rock*, canção ligeira, bossa-*jazz* – estes são os principais géneros musicais audíveis em Portugal no início dos anos 60. O regime de Salazar opta pela canção ligeira e começa a protegê-la, oferecendo-lhe os horários nobres Da novel televisão e contribuindo para a sua massificação»[271] e para a população que ouvia rádio, as possibilidades alternavam entre a música ligeira portuguesa e o *rock*.

De facto, estações de rádio como a Rádio Renascença são o ponto de partida para muitas bandas de *pop* e *rock* português, bandas e grupos esses muitas vezes fustigados por concursos como os concursos *yé-yé*. No entanto, é a Eurovisão e o Festival da Canção que permitem o aparecimento do *cançonetismo*, uma vez que estava em voga a figura do(a) *cançonetista*. Este movimento de cançonetistas *patrioteiros* ficou mais tarde reconhecido como nacional-cançonetismo, sendo um ramo da canção ligeira, ficou marcado por figuras e canções várias, muitas delas levadas ao Festival da Canção, entre os quais a música *Oração*, com António Calvário (1964), *Sol de Inverno*, com Simone de Oliveira (1965), *Ele e Ela*, com Madalena Iglesias (1966), *Desfolhada*, com Dimone de Oliveira (1969) e *Tourada*, com Fernando Tordo (1973).

No entanto, o *rock* e os icentivos da música de intervenção americana deixam a sua marca, permitindo o aparecimento dos ritmos modernos e da divagação da música de intervenção portuguesa.

[271] DUARTE, António in *Portugal Contemporâneo*, pg.338;

# 2.Crítica à Sociedade de Repressão

Perante a censura e a repressão, os poetas, músicos e os demais artistas procuravam forma de se fazerem ouvir, não podendo aflorar certos temas explicitamente. Tal como se irá ver de seguida, as metáforas, as comparações e os inuendos passaram a ser a forma mais segura de criticar a quem comandava e repreendia. Havia, portanto, uma lista de valores prontos alternativos para explorar, ser ouvido era uma necessidade naquela Sociedade de Repressão a que os portugueses se tinham habituado.

## 2.1«Já o Tempo se Habitua»

«Era uma vez uma terra cinzenta, onde as formigas seguiam o seu carreiro sem ousarem levantar os olhos ao céu, receosas daquela sombra pesada que tudo cobria e a todos tolhia os movimentos. De quando em vez, é certo, uma *formiga no carreiro ia em sentido contrário*, mas rapidamente era metida na ordem, não fosse criar pontos de interrogação na cabeça da multidão que, ordeiramente, seguia o seu caminho. Sem dúvidas, sem certezas, amorfa, triste.»[272], descreve, assim, António Balcão Vicente, a Sociedade de Repressão portuguesa do antes-revolução.

Os portugueses sofriam com falta de coragem e de vontade que se manifestava foi alvo de crítica. Em 1969, Zeca Afonso vem, então, aflorar este problema com «Já o Tempo se Habitua», canção editada no disco «Contos Velhos, Rumos Novos»:

*Já o tempo Se habitua*
*A estar alerta*
*Não há luz Que não resista*
*À noite cega*
*Já a rosa Perde o cheiro*
*E a cor vermelha*
*Cai a flor Da laranjeira*
*À cova incerta*
*(...)*
*Já o mundo Se não lembra*
*De cantigas*

[272] VICENTE, António Balcão in *Cancioneiro de Abril*, pg. 276;

*Tanta areia Suja tanta*
*Erva daninha*
*A nenhuma Porta aberta*
*Chega a lua*
*Cai a flor Da laranjeira*
*À cova incerta*

*Nem o voo Do milhano ...*

*Entre as vilas E as muralhas*
*Da moirama*
*Sobre a espiga E sobre a palha*
*Que derrama*
*Sobre as ondas Sobre a praia*
*Já o tempo*
*Perde a fala E perde o riso*
*Perde o amor*[273]

[273] AFONSO, José in *Cancioneiro de Abril*, pp.128-129;

Eduardo Gageiro
Repressão, 1960
© Eduardo Gageiro, SPA, 2015

«Já era habitual» a Portugal «estar alerta», perdendo constantemente a sua essência, como «a rosa perde o cheiro e a cor vermelha», pois Portugal caminhava em direção «à cova incerta». Portugal era uma terra de «areia suja» e «erva daninha», fechado ao mundo, com a porta trancada, «entre muralhas». Portugal perdia tudo o que era seu, perdendo «a fala» e perdendo «o riso» e o «amor».

## 2.2«Queixa das Almas Jovens Censuradas»

Há, então, uma necessidade de abranger todos aqueles que vivem sob esta sociedade de repressiva, especialmente os mais jovens, os filhos destes tempos árduos, a geração da repressão e da censura. Com a educação e a família no centro das suas vidas, estes jovens são criados pelas regras estrictas, pela falta de privacidade, prendendo mentes jovens em corpos e nomes de adultos, ignorando a idade e a infância. Estes são os valores que, em 1957, o poema de Natália Correia e

a voz de J.M. Franco vão criticar, sendo que a canção foi editada apenas em 1971, no álbum «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades»:

*Dão-nos um lírio e um canivete*
*e uma alma para ir à escola*
*mais um letreiro que promete*
*raízes, hastes e corola.*

*Dão-nos um mapa imaginário*
*que tem a forma de uma cidade*
*mais um relógio e um calendário*
*onde não vem a nossa idade.*
*(...)*
*Penteiam-nos os crânios ermos*
*com as cabeleiras das avós*
*para jamais nos parecermos*
*connosco quando estamos sós.*
*(...)*
*Dão-nos um nome e um jornal,*
*um avião e um violino.*
*Mas não nos dão o animal*
*que espeta os cornos no destino.*

*Dão-nos marujos de papelão*
*com carimbo no passaporte.*
*Por isso a nossa dimensão*
*não é a vida. Nem é a morte.*[274]

Como que uma falsa queixa, Natália Correia demonstra o desgosto que tem na surdez portuguesa face à ideia da alma e da infância. Começando desde pequenos, ao povo português é lhe dado «Um lírio e um canivete/e uma alma para ir à escola»; mais tarde, dá-se «um mapa imaginário» e «mais um relógio e um calendário/ onde não vêm a nossa idade», reforçando a ideia de um povo controlado e sem escolha própria, que não faz uso da sua alma, pois a mesma é censurada. «Por isso a nossa dimensão/ não é vida. Nem é morte», uma vez que não tem qualquer propósito, já que a alma é sempre censurada.

«Penso que o ideal será que a canção desperte as pessoas não tanto para o que a canção diz, mas para aquilo que as pessoas a partir da canção, venham a descobrir»[275], afirma José Barata Moura e, neste excerto, tanto Natália Correia como José Mário

[274] CORREIA, Natália e FRANCO, José Mário in *Cancioneiro de Abril*, pg.170;
[275] MOURA, José Barata in *Cancioneiro de Abril*, pg. 17;

Franco tentam, de forma bastante literal, abrir os olhos dos portugueses à infância, tanto deles mesmos, como dos seus filhos, dos mais novos, apontando a falta de privacidade e infantilidade a que estavam submetidos.

## 2.3.«Vampiros»

A repressão e a censura eram realidades inegáveis. No entanto, faltava mencionar os culpados de tal atrocidade, aqueles que se vestiam de preto e que punham ordem, que comandavam, os polícias da Lei, os «mordomos do universo todo»[276].

Se criticar a Sociedade era feito com cuidado, metáforas, aliterações e inuendos sem ter fim, criticar a PIDE era ainda mais perigoso, mas necessário. Era imprescindível uma forma de criticar e insultar aqueles que faziam da ditadura uma realidade. Os portugueses sentiam a necessidade de exprimir o desgosto e o ódio que se sentia por estas «Vampiros». Portanto, em pleno ano de 1963, José Afonso dedica uma canção aos membros da PIDE, música esta lançada no EP «Baladas de Coimbra»:

*No céu cinzento*
*Sob o astro mudo*
*Batendo as asas*
*Pela noite calada*
*Vem em bandos*
*Com pés veludo*
*Chupar o sangue*
*Fresco da manada*
*(...)*
*São os mordomos*
*Do universo todo*
*Senhores à força*
*Mandadores sem lei*
*Enchem as tulhas*
*Bebem vinho novo*
*Dançam a ronda*
*No pinhal do rei*

[276] AFONSO, José in «Vampiros»;

*Eles comem tudo*
*Eles comem tudo*
*Eles comem tudo*
*E não deixam nada (...)*[277]

José Afonso compara os agentes da PIDE com «Vampiros», seres obscuros e cruéis aparencem sob o «céu cinzento», batendo as asas, sempre à escuta, seres que «vêm em bandos» e que «caminham pela noite calada», «chupar o sangue fresco» aos portugueses. Estes «Vampiros» são os «mordomos do universo todo», ou seja, os que seguem quem manda, «Senhores à força» e «mandadores sem lei», cruéis e sem moral própria, comendo tudo e sem deixar nada aos portugueses.

[277] AFONSO, José in *Cancioneiro de Abril*, pg. 143;

# 3.Luta pela Liberdade

No contexto de transformações sociais e culturais que Portugal enfrentava, a Canção passou a ser cada vez mais abrangente, tentando englobar os valores que mais preocupavam os portugueses, entre os quais se destacava a falta de Liberdade, fosse essa de expressão ou de pensamento.

Falar de política estava fora questão, tal como criticar todos que tinham certos cargos, e as suas decisões. «O regime continuava a mandar intelectuais para a prisão (...) e a expulsar outros das Universidades. Na verdade, a cultura portuguesa da década de 1960, tendo sempre como pano de fundo a ausência de liberdade de pensamento, é essencialmente uma história de protestos e de proibições; de exigências e de intransigências; de transgressões e de repressões.»[278]

É essa ausência de liberdade de pensamento que marca a época e que, para além da guerra colonial, alimenta os poetas e todos os membros das elites culturais ou estudantis. A história de protestos e proibições, de exigência e de intransigências, de transgressões e de repressões é o plano de fundo e de base para a crítica presente em poemas tais como os de Luís Cília, ou de Manuel Freire.

No que toca à Comissão da Censura e à geral censura e repressão no mundo das artes em Portugal, «Há dois acontecimentos que exemplificam nitidamente o ambiente então vivido (e que dão conta, também, de um certo predomínio do literário sobre as restantes manifestações culturais): o primeiro foi a polémica que, em 1962, envolveu um crítico neorrealista, Alexandre Pinto Torres, e um romancista dito existencialista, Vergílio Ferreira; o segundo foi o encerramento, em 1965, da Sociedade Portuguesa de Autores (SPE)»[279]. Era, então, clara a falta de Liberdade de Expressão e de Pensamento, requerendo uma luta constante pela existência e pela não censura do mesmas Liberdades.

## 3.1.«Resiste»

Enfrentando esta falta de Liberdades de Expressão e de Pensamento, os artistas, entre os quais Luís Cília, que em 1964, dedica esta música às portuguesas, pediam

[278] GEORGE, João Pedro in *A Busca da Democracia*, pg.145
[279] *Ob.Cit.* pg. 146

auxílio aos portugueses para que resistissem ao controlo óbvio e à censura de pensamentos, editada no LP «Portugal-Angola: Chants de Lutte»:

*Resiste, meu Amor, resiste,*
*Nas grades do país-prisão,*
*Não mostres esse ar triste,*
*Nem mostres desolação.*

*Não, meu Amor,*
*Não penses que te deixei,*
*Eu tenho milhões de irmãos*
*E como eles te salvarei.*

*De vermelho a nova aurora,*
*De vermelho vai chegar,*
*Sorrirá quem chora agora*
*Quando eu cantar novo cantar.* [280]

Por muito que seja dirigida às mulheres que ficam sós em casa à espera dos maridos, a resistência é o valor que se apela nesta canção de 1964. As amarguras da falta de Liberdade são notáveis e reconhecidas no «país-prisão» que espera pelos homens e seus irmãos que consigam trarão a Liberdade, para que quem chore possa sorrir, cantando em sintonia, esquecendo a censura.

## 3.2.Liberdade de Expressão

A Comissão da Censura perseguia quaisquer produções intelectuais que se opunham aos valores da ditadura e do regime. «É neste contexto de politização da vida cultural que devemos entender as diferentes manifestações artísticas na última década e meia do Estado Novo»[281]. A comédia e a sátira eram formas mais populares para se notar a falta de liberdade de expressão, especialmente no Teatro de Revista. No entanto, muitos poetas e músicos, entres os quais Manuel Freire, narraram esta

[280] CÍLIA, Luís in *Cancioneiro de Abril*, pg 193.
[281] GEORGE, João Pedro in *A Busca da Democracia*, pg.152.

realidade de forma mais séria e genuína, fazendo uso da canção, desta vez de 1968:

**«Livre»**

*Não há machado que corte*
*a raíz ao pensamento*
*não há morte para o vento*
*não há morte*

*(...)*

*Nada apaga a luz que vive*
*num amor num pensamento*
*porque é livre como o vento*
*porque é livre*[282]

Neste EP, a ideia do «pensamento livre como o vento» é a ideia central deste poema, no qual se crítica a liberdade de pensamento. Manuel Freire concluí, portanto, que «não há machado que corte/ a raiz ao pensamento», não só porque é mais forte que qualquer machado, como porque é tão «livre como o vento», sendo impossível de conter e de apanhar.

## 3.3.Liberdade de Pensamento

As lutas pela Liberdade de Pensamento, fossem essas pronunciadas em cariz político num ambiente de revolução, ou cultural, pelas artes, ficavam cada vez mais perceptíveis com o fecho de Universidades e com a suspensão de alunos. Muitos jovens fugiam à repressão emigrando para a França, podendo também fugir à Guerra Colonial e ao regime.

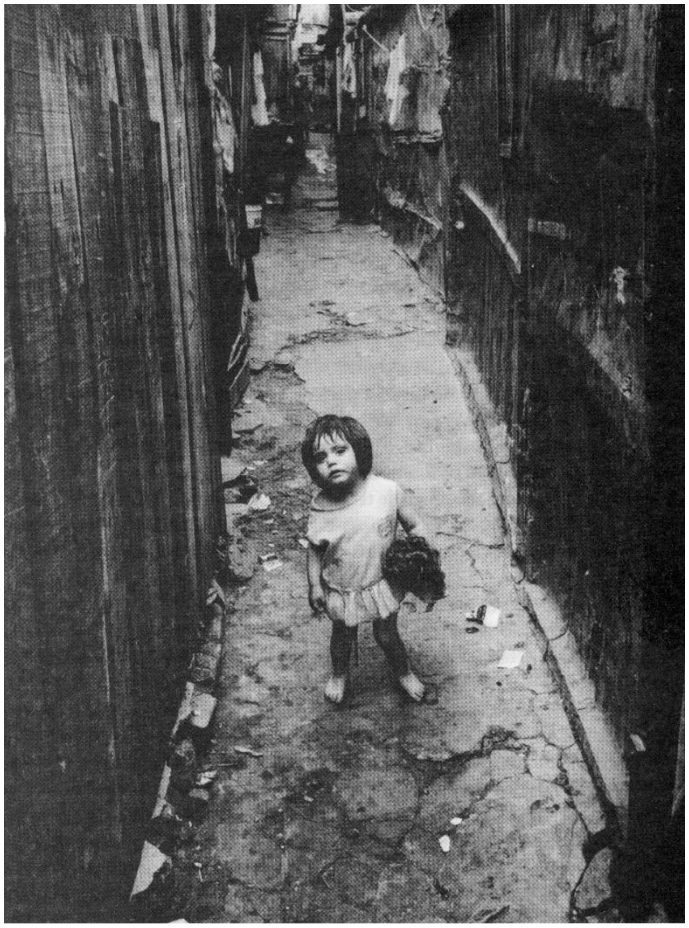
**«Pensamento»**

*Meu pensamento*
*partiu no vento*
*podem prendê-lo*
*matá-lo não*

[282] FREIRE, Manuel in *Cancioneiro de Abril*, pg. 200;

*Meu pensamento*
*quebrou amarras*
*partiu no vento*
*deixou guitarras*
*meu pensamento*
*por onde passa*
*estátua de vento*
*em cada praça*
*(...)*[283]

Em «Pensamento, poema de Manuel Alegre editado em 1963 num EP de Adriano Correio de Oliveira, a temática do pensamento dito imortal, capaz de permanecer mesmo perante a repressão e a censura, que «quebra as amarras» de tão forte que é, que «voa como o vento», que pode ser preso, mas nunca morto, passou a ser constante, sendo popular e comum a muitos artistas.



Bairro de Lata, Foto de Eduardo Gageiro in A Busca da Democracia

[283] ALEGRE, Manuel in *Cancioneiro de Abril*, pg. 75;

# 4.Cantiga de Homenagem

Para além da Crítica à Sociedade de Repressão, a todos a que a caracterizavam, dos valores praticados em ambientes familiares e escolares e do apelo à Luta pela Liberdade de Expressão e de Pensamento, é necessário para as elites culturais homenagear todos aqueles que lutaram a seu lado.

De facto, grande parte da Canção Revolucionária era, também, partidária, tendo como temas principais o Comunismo e o Socialismo, no entanto, alguns poemas, após alguma análise, revelam-se homenagens, não diretamente afloreadas, a militantes e variadas figuras, tanto de elites culturais, como políticas e militares.

Em 1971, José Afonso prestou homenagem à militante comunista, Catarina Eufémia, a ceifeira assassinada por um tenente da GNR, a 19 de Maio de 1954, em Baleizão.

**«Cantar Alentejano»**

*Chamava-se Catarina*
*O Alentejano a viu nascer*
*Serranas viram-na em vida*
*Baleizão a viu morrer*

*(...)*

*Quem viu morrer Catarina*
*Não perdoa a quem matou*

*Aquela pomba tão branca*
*Todos a querem para si*
*Ó Alentejano queimado*
*Ninguém se lembra de ti*[284]

Catarina Eufémia, foto retirada de Esquerda.net

Querendo assegurar que a luta de estes militantes e lutadores não 19 de Dezembro de 1961. «A Morte saiu à Rua» foi editada no Natal de 1972, no LP «Eu vou ser como a Toupeira».

**«A Morte Saiu à Rua»**

*A morte*
*Saiu à rua*
*Num dia assim*
*Naquele*

[284] AFONSO, José in *Cancioneiro de Abril*, pg. 121;

*Lugar sem nome*
*Para qualquer fim*

*Uma*
*Gota rubra*
*Sobre a alçada*
*Cai*

*E um rio*
*De sangue*
*Dum*
*Peito aberto*
*Sai*
*(...)*

*Vão*
*Dizendo em toda a parte*
*O pintor morreu*

*Teu sangue*
*Pintor, reclama*
*Outra morte*
*Igual*[285]

José Dias Coelho, foto retiradade avante.pt

A PIDE, mais uma vez, é descrita como Morte que carrega em seus ombros o peso de mais um morto, silenciado de vez. O manter e o recordar da história estão marcados nestas Cantigas de Homenagem, onde a memória dos corajosos e dos pensadores é invocada, tentando servir, então de exemplo para a nova geração de elites culturais que tem a chave para a destruição do regime nas suas mãos.

No entanto, a Guerra Colonial foi outro acontecimento que envolveu os mais heróicos dos portugueses e mereceu também a atenção dos artistas.

[285] AFONSO, José in *Cancioneiro de Abril*, pp. 115-116;

# 5.Rejeição da Guerra Colonial

A Canção é, portanto, um modo de comunicação e uma forma eficaz tanto de liberdade de expressão e de pensamento como de passagem de certas mensagens e valores, logo, com o despultar da Guerra Colonial, em 1961, a insatisfação para com o regime aumenta.

Fichas de presos pela P.I.D.E., Arquivo Histórico Parlamentar

O período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e os Movimentos de Libertação das Províncias Ultramarinas desencadeou processos de demonstração da descontentação portuguesa com a realidade da Guerra Colonial. «Polémicas como aquela em que se envolveram Pinheiro Torres e Vergílio Ferreira, desde que restringindo-se ao âmbito do literário ou do artístico, raras vezes despertavam os instintos censores do regime, preocupado sobretudo em conter as referências ou alusões de natureza mais diretamente política, em particular as respeitantes à Guerra Colonial. Foi isso, aliás, que esteve na base do encerramento da SPE, que em 1965 atribuiu atribuiu um importante prémio literário (...) ao escritor Luandino Vieira, na altura a cumprir uma pena de prisão de catorze anos no Campo do Tarrafal, por alegado envolvimento em atividades terroristas em Angola. O prémio gerou a indignação dos salazaristas, que acusaram os membros do júri (...) de traição à pátria. (...) As instalações da SPE eram envadidas e vandalizadas, tendo as assaltantes deixado afixado numa das portas de entrada um dístico onde se podia ler "Agência dos terroristas na Metrópole" e nas salas e paredes várias frases, como esta: "MPLA Sucursal"».[286]

«Em abril de 1961, logo no início da guerra, um grupo de militares chefiados pelo general Botelho Moniz, com o conhecimento e o assentimento da administração

[286] GEORGE, João Pedro in *A Busca da Democracia*, pg.149

norte-americana, tentou um golpe, falhado, contra Salazar»[287]. Mas as demonstrações pelo descontentamento não ficaram por aí. Foram organizadas inúmeras greves estudantis que visavam demonstrar o malgrado pela Guerra Colonial e pelo regime, em geral. A Ditadura perdera os estudantes. Na Canção também se demonstra o desagrado.

Fazia-se sentir a realidade da Guerra com o partir dos homens. Alguns recrutados para Angola, outros para Moçambique e mais alguns para Guiné-Bissau. Outros fugiam para França, principalmente os jovens. Foi já na década de 1970, mais concretamente em 1971 que Adriano Correia de Oliveira edita a música de Rosalina Castro e José Niza, dedicada a todos aqueles que partem, em EP:

**«Cantiga para os que partem»/«Cantar de Emigração»**

*Este parte, aquele parte*
*e todos, todos se vão*
*Galiza ficas sem homens*
*que possam cortar teu pão*

*Tens em troca*
*órfãos e órfãs*
*tens campos de solidão*
*tens mães que não têm filhos*
*filhos que não têm pai*
*Coração*
*que tens e sofre*
*longas ausências mortais*
*viúvas de vivos mortos*
*que ninguém consolará*[288]

Desembarque das tropas portuguesas em Luanda, foto retirada de dw.com;

Todos partem, a terra fica sem homens, mulheres ficam sem os seus filhos e filhos ficam sem os seus pais. Todos partem e as mulheres ficam viúvas, sem saberem notícias dos maridos.

Para além de mostrarem o descontentamento e a realidade da Guerra Colonial, tanto dentro de casa como nas províncias, há tentativas de unir aqueles que, em África, sofrem, constratando com as formas de comunicação do regime sobre o soldado, tais como as mensagens de Natal recolhidas pela RTP.

[287] TEIXEIRA, Nuno Severiano in *A Busca da Democracia*, pg. 59
[288] CASTRO, Rosalina de e NIZA, José in *Cancioneiro de Abril*, pg.84

**«De que cor?»**

*De que cor é o braço que te estendo*
*Brando ou negro*
*Firme ou fraco?*
*(...)*
*Se a luta é comum*
*E o canto fraterno*
*Fiquemos unidos*
*Cada vez mais perto*
*(...)*
*Se a voz é a mesma*
*E o tempo tão escasso*

*Cruzemos as armas*
*Acertemos o passo*
*Lutemos sem tréguas*
*Até ao final*
*Com a força comum*
*Desta esperança vital*[289]

Resgate de baixas do exército português em Angola, foto retirada de dw.com

A Canção de protesto apela à unidade entre portugueses e africanos, pois «se a luta é comum», existe um inimigo comum. Apela-se à união e ao juntar dos soldados («Fiquemos unidos/Cada vez mas perto»).

«Lutemos sem tréguas», «cruzemos as armas» e «fiquemos unidos» são alguns dos pedidos que se fazem frente à Guerra. Pede-se fraternidade e força comum, esperança vital e rejeita-se a Guerra. Canta-se pelo fim da Guerra, apela-se a união dos povos, Portugal e Angola, Portugal e Moçambique, Portugal e Guiné-Bissau.

[289] LETRIA, José Jorge in *Cantos de Revolução,* pg. 35

# 6.Pós 25 de Abril

A 25 de Abril de 1974 deu-se a rutura total com o passado.

Esta data simbólica tão presente nos dias que decorrem, teve, de facto, uma ligação bastante sólida com a Canção.

Com a música veio a esperança, a *Grândola Vila Morena*, o *E Depois do Adeus* e as ordens para avançar. Estava em ordem o caminho para a Revolução e a música mobilizava uma nação que após quatro séculos de regime cantava por uma abordagem mais moderada e moderna da vida política contemporânea.

«(...) A Canção cumpre agora mais claramente a sua função, sendo, ao mesmo tempo, instrumento de mobilização e de grito de alerta nas horas de crise em que a democracia está ameaçada.

Através dela também a fraternidade se reforça e a alegria dos que lutam se acimenta. Cantando não se torna a Revolução vitoriosa, mas cria-se no seio das massas populares a convicção de que não está longe o dia do triunfo»[290], são estas as palavras de José Jorge Letria, pós 25 de abril, relativamente à Canção de Revolução e de Intervenção.

Já a 29 de março de 1974, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, se tinha demonstrado a importância da Canção como forma de mobilização de massas quando José Afonso chegou ao palco e declarou que se encontrava ali para cantar uma canção. José Viale Moutinho descreve esse dia em *Cancioneiro de Abril*: «E um emocionado coro se ergueu das tábuas do palco à plateia, por toda a parte daquela enorme casa. Na voz colectiva pulsava o maior dos sons, aquele que sentenciava o regime de quase meio século de implacável ditadura. O estrondoso êxito desse recital constituiu a maior brecha que os cantautores conseguiram abrir no poderoso muro que cercava o coração e a razão dos portugueses. Guerra colonial, opressão, censura, aculturação, tortura, perseguições e cadeia eram algumas das marcas de um regime que parecia de pedra e cal. Manuel Freire, na sua vez de cantar, num tom irónico, disse que não podia fazê-lo porque se esquecera das letras no comboio! Simplesmente, a censura não o deixava cantar! Mesmo assim, as suas canções, como as de todos, se não haviam passado ao crivo inquisitorial, emergiam da multidão que ocorrera ao Coliseu dos Recreios, acotovelando-se ali na rua, observada até à minúcia pelas forças da ordem

[290] LETRIA, José Jorge in *Cantos de Revolução* pg.14

marcelista. Aliás, suponho que nunca como então a cantiga figurara mesmo uma arma, uma arma na boca e mão do povo que mostrou saber usá-la à saciedade. O espírito de luta andava no ar.»[291]

Mas, a Canção não ficaria por aí. Mesmo no pós 25 de abril a Canção continuou a descrever o ambiente de mudança que se encontrava por Portugal, tanto como resposta aos diversos acontecimentos políticos, como forma de publicidade e apoio aos vários partidos que puderam, finalmente, agir livremente.

Deram-se várias tentativas de proibição de transmissão do Fado, tanto na rádio como na televisão, uma vez que este género musical havia ganho um cariz ligado ao Regime. Também com o 25 de abril, deu-se uma decandência dos artistas populares anteriores À revolução devido à mesma razão, como confirma Rui Vieira Nery: «No período revolucionário de 1974-1975, o Fado tenderá, na prática, a ser completo banido da Rádio e Televisão estatizadas. Pela mesma razão, até uma tradição popular já plenamente enraizada como a da Grande Noite do Fado é interrompida durante esses dois anos.»[292]

## 6.1.«11 de Março»

Muito aconteceu nos anos seguintes ao 25 de Abril, principalmente no ano de 1975.

Questões de natureza política e de natureza económica inundavam o que restava de Portugal nesta tentativa de modernizar o Sistema. A importância da esfera civil e da movimentação popular eram determinantes neste novo Portugal e a tentativa do Golpe de Estado de 11 de Março dirigida por António de Spínola não passou despercebida pelos grupos culturais e de mobilização popular:

*Ainda tentaram*
*Entrar no balanço*
*Mas não contaram*
*Com o nosso avanço*

*Puseram travões*
*Às nossas conquistas*

[291] MOUTINHO, José Viale in *Cancioneiro de Abril*, pp. 7 e 8
[292] NERY, Rui Vieira in *Para uma História do Fado*, pg.257

*Sempre com medo*
*Dos comunistas*
*(...)*
*Bateram nas costas*
*Do imperialismo*
*Com mãos repelentes*
*De tanto fascismo*[293]

António de Spínola

«Com as mãos repelentes de tanto fascismo», tentou-se um golpe de estado, «com medo dos comunistas»; com o 11 de março «tentaram entrar no balanço» mas Portugal já ía com avanço. Portugal tinha ganho ao fascismo e o povo recusaria qualquer vestígio de tentativas de o trazer de volta.

## 6.2.«Fascista Escuta»

Perante as demonstrações de força de direita, tanto a *maioria silenciosa* com o 28 de Setembro ou a tentativa de golpe de estado de 11 de Março já anteriormente discutida, o povo português lutava contra o fascismo, fechava-lhe a porta, já não o temia, mas negava a imposição do fascismo na sua terra:

*Já se cansou a reacção*
*Já se cansou de andar na lua*
*A reacção de tomba-la-lão*
*Até pensou em vir para a rua*
*(...)*
*Deixaremos sentinelas*
*Em cada esquina da cidade*
*Em todas as janelas*
*Romperá a liberdade*
*(...)*
*Não hão-de descer à rua*
*Nem que mande a Casa Branca*
*O povo vigilante*
*É por dentro que se tranca*

[293] «11 de Março» in *Cantos de Revolução*, pg.101;

*Não hão-de cantar vitória*
*Mesmo pagos pela CIA*
*A nossa maior arma*
*É a nossa democracia*

*FASCISTA ESCUTA*
*O POVO ESTÁ EM LUTA*
*NÃO ABRE A PORTA À REACÇÃO*
*NÃO ABRE NÃO* [294]

«O povo está em luta» após o 25 de abril e «em todas as janelas romperá a liberdade», pois Portugal acabou com o fascismo e não o deixará descer à rua, que é a casa do povo, nem que tenha ordens da maior potência do Mundo, nem que a CIA assim o quisesse, nem que Gerald Ford assim o mandasse. «O povo está vigilante» e trancará o fascismo lá fora.

Querendo, então, afastar o fascismo das ruas de Portugal, cada vez mais se fazia propaganda aos vários partidos que se apresentavam aptos a representar o novo Portugal.

## 6.3.A Canção Partidária

Portugal era uma democracia em consolidação.

Um novo Sistema estava a ser construído e os partidos preparavam-se para as eleições de 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. O PCP e o PS eram os grandes alvos da preferência dos portugueses com propaganda diversa em seu nome. Abriam-se alas para a Canção Partidária.

A Juventude Comunista marcou o seu lugar nos diversos grupos culturais, unindo vozes em seu nome, prezando uma «vitória final» para Portugal, com o «povo trabalhador» sempre no centro do seu hino, «com a voz erguida», a conquista no coração e «o livro e a espingarda» nas mãos:

**«**Com a Juventude Comunista**»**

*Nos campos, nas oficinas,*
*Tu mostrarás, camarada,*

[294] «Fascista Escuta» in *Cantos de Revolução*, pp. 43 e 44

*Que a força da juventude*
*Já ilumina esta estrada*

*Naquilo que se transforma,*
*Em tudo o que se conquista*
*Estará presente  e activa*
*A juventude comunista*

*COM A JUVENTUDE COMUNISTA*
*ATÉ À VITÓRIA FINAL*
*(...)*
*Edificando a unidade*
*Com o cimento da alegria*
*Avançarás com firmeza*
*Para a vitória que se anuncia*

*Contra muros e ciladas*
*Erguerás a tua voz,*
*Espingarda, punho e arado*
*Na luta de todos nós*

*COM A JUVENTUDE COMUNISTA*
*ATÉ À VITÓRIA FINAL* [295]
*(...)*

No entanto, para além do Comunismo, o Socialismo era também alvo de favoritismo por muitos portugueses, ganhando também lugar nas várias canções partidárias que marcaram o pós 25 de Abril.

«Pelo Socialismo»
*Tijolo ou argamassa*
*Baioneta ou enxada*
*A nossa força não passa*
*Porque a queremos reforçada*

*Reforçada ou guarnecida*
*Com o aço desta luta*
*Por ela damos a vida*
*E o esforço da labuta*

*Camponeses e operários*
*Para além destas fronteiras*
*Combatendo lado a lado*
*Nas mesmas trincheiras*
*(...)*
*Destruindo sem demora*
*As armas do capital*

Sessão inaugural da Assembleia Constituinte, a 2 de Junho de 1975, foto de Fernando Baião

[295] «Com a Juventude Comunista» in *Cantos de Revolução*, pp.29 e 30;

*Em breve libertaremos*
*O povo de Portugal* [296]

Com a promessa de libertar o povo de Portugal, os adeptos do Socialismo mantém a sua marca com a «força reforçada» usada em nome da luta pelo qual se dá a vida « e o esforço da labuta», tentando unir todos para «trabalhar lado a lado», como que se fosse na mesma trincheira, pois é uma guerra que se trava em nome da libertação de Portugal e do seu povo.

[296] «Pelo Socialismo» in *Cantos de Revolução*, pg.71;

# Considerações Finais

No contexto das transformações políticas, sociais, económicas e culturais que Portugal enfrentou a partir da década de ’60 do século passado até à Revolução de 1974, que papel desempenhou a canção como instrumento de combate e de comunicação de massas?

Ao longo da década de 60’ e do início da década de ’70, a luta contra o regime foi o objetivo principal de várias elites culturais e de esferas de movimentação popular. No contexto das tranformações políticas, sociais, económicas e culturais que Portugal enfrentou, a Geração de ’60 unificou-se pelo combate, fazendo uso da Canção como arma principal, uma vez que os níveis de iliteracia eram bastantes altos em Portugal, sendo que a Canção pode também ser anónima, sem qualquer base de comprovação de identidade que poderia, eventualmente, levar à censura e ao encarceramento dos artistas.

Com o crescimento dos Media, tanto na rádio, na TV e no Teatro de Revista, a Canção torna-se crucial nos movimentos de comunicação de massas. A Canção ganha forma de sistema de informação, um meio de transmissão de valores no sentido de homogenizar e unir, sendo uma voz que transcende o nível pessoal, permitindo ao indivíduo fazer parte da mobilização política.

Na sua obra *Cantos de Revolução*, José Jorge Letria sintetisa-o bem: «Em Portugal, nos anos da luta antifascista, a canção desempenhou um papel importante de mobilização, primeiro entre a massa estudantil, apoiando as suas lutas contra a repressão policial e a discriminação classista do ensino, depois nas fábricas, nas colectividades, nos centros de cultura e recreio. Sempre sob a apretada viglância da polícia fascista.

Num país onde não existia direito de reunião e liberdade de associação, a canção, promovendo o convívio, desenvolvia a consciência crítica dos trabalhadores, mobilizando-os para as formas de luta que estavam ao seu alcance.

De tudo isto pode-se falar de José Afonso, Manuel Freire, Adriano Correia de Oliveira, José Barata Moura, entre outros. Também sobre a canção militante se abateu a violência repressiva do fascismo, que proibia sessões, espancava espectadores, apreendia e destruía discos, suspendia programas de rádio e vigiava cantores.»[297]

«Também através da canção se pode contribuir para a consolidação do processo

[297] LETRIA, José Jorge in *Cantos de Revolução,* pg. 15;

revolucionário, fazendo com que muitas vozes se juntem fraternalmente, nas horas de vigilância ou nos momentos mais agudos da luta»[298].

Em suma, a Canção de Intervenção provou ter um papel de extrema importância na luta contra o Regime, tanto como intrumento de combate, como sistema de informação e transmissão de valores e de comunicação de massas, com o objetivo de unir e homogenizar.

A Cantiga é uma arma, tal como observa o GAC.

*A cantiga é uma arma*
*E eu não sabia*
*Tudo depende da bala*
*E da pontaria*

*Tudo depende da raiva*
*E da alegria*
*A cantiga é uma arma*
*De pontaria*
*(...)*
*A cantiga é uma arma*
*Contra a burguesia*
*Tudo depende da bala*
*E da pontaria* [299]

*Tudo depende da raiva*
*E da alegria*
*A cantiga é uma arma*
*De pontaria*

*Uma arma eficiente*
*Fabricada com cuidado*
*Deve ter um mecanismo*
*Bem perfeito e oleado*
*E o canto como a arma*
*Deve ser bem fabricado.*

[298] LETRIA, José Jorge in *Cantos de Revolução*, pg.18;
[299] «A Cantiga é uma Arma», GAC;

# Bibliografia

As seguintes Fontes foram retiradas da obra *Cancioneiro de Abril*:

**A Morte saiu à rua (1972)**
(José Afonso)
«A morte
Saiu à rua
Num dia assim
Naquele
Lugar sem nome
Para qualquer fim

Uma
Gota rubra
Sobre a alçada
Cai

E um rio
De sangue
Dum
Peito aberto
Sai

O vento
Que dá nas canas
Do carnaval
E a foice
Duma ceifeira
De Portugal

E o som
Da bigorna
Como
Um clarim do céu

Vão
Dizendo em toda a parte
O pintor morreu

Teu sangue
Pintor, reclama
Outra morte
Igual

Só olho
Por olho e
Dente por dente

Vale

À lei assassina
À morte
Que te matou

Teu corpo
Pertence à terra
Que te abraçou
Aqui te afirmamos
Dente por dente
Assim

Que um dia
Rirá melhor
Quem irá
Por fim

Na curva
Da estrada
Há covas
Feitas no chão

E em todas
Florirão rosas
Duma nação»

(Homenagem ao militante comunista, escultor José Dias Coelho, assassinado pela PIDE na Rua da Creche, em Lisboa, em 19 de Dezembro de 1961)

**Cantar Alentejano (1971)**
(José Afonso)
«Chamava-se Catarina
O Alentejano a viu nascer
Serranas viram-na em vida
Baleizão a viu morrer

Ceifeiras na manhã fria
Flores na campa lhe vão pôr
Ficou vermelha a campina
Do sangue que então brotou

Acalma o fluror campina
Que o teu pranto não findou

Quem viu morrer Catarina
Não perdoa a quem matou

Aquela pomba tão branca

Todos a querem para si
Ó Alentejano queimado
Ninguém se lembra de ti

Aquela andorinha negra
Bate as asas voara voara
Ó Alentejano esquecido
Inda um dia hás-de cantar»

(Homenagem à militante comunista Catarina Eufémia, ceifeira assassinada por um tenente da GNR em Baleizão, em 19 de Maio de 1954)

**Cantiga para os que partem/ Cantar de Emigração** (**1971)**
(Voz: Adriano Correia de Oliveira)

«Este parte, aquele parte
e todos, todos se vão
Galiza ficas sem homens
que possam cortar teu pão

Tens em troca
órfãos e órfãs
tens campos de solidão
tens mães que não têm filhos
filhos que não têm pai

Coração
que tens e sofre
longas ausências mortais
viúvas de vivos mortos
que ninguém consolará»

**Já o tempo se habitua (1969)**
(José Afonso)

«Já o tempo Se habitua
A estar alerta
Não há luz Que não resista
À noite cega
Já a rosa Perde o cheiro
E a cor vermelha
Cai a flor Da laranjeira
À cova incerta

Água mole Água bendita
Fresca serra
Lava a língua Lava a lama
Lava a guerra

Já o tempo Se acostuma
À cova funda
Já tem cama E sepultura
Toda a terra

Nem o voo Do milhano
Ao vento leste
Nem a rota Da gaivota
Ao vento norte
Nem toda A força do pano
Todo o ano
Quebra a proa Do mais forte
Nem a morte

Já o mundo Se não lembra
De cantigas
Tanta areia Suja tanta
Erva daninha
A nenhuma Porta aberta
Chega a lua
Cai a flor Da laranjeira
À cova incerta

Nem o voo Do milhano ...

Entre as vilas E as muralhas
Da moirama
Sobre a espiga E sobre a palha
Que derrama
Sobre as ondas Sobre a praia
Já o tempo
Perde a fala E perde o riso
Perde o amor»

**Livre (1968)**
(Voz: Manuel Freire)

«(Não há machado que corte
a raíz ao pensamento) [bis]
(não há morte para o vento
não há morte) [bis]

Se ao morrer o coração
morresse a luz que lhe é querida
sem razão seria a vida
sem razão

Nada apaga a luz que vive

num amor num pensamento
porque é livre como o vento
porque é livre»

**Pensamento (1963)**
(Letra: Manuel Alegre)
(Voz: Adriano Correia de Oliveira; António Portugal)

«[Refrão:]
Meu pensamento
partiu no vento
podem prendê-lo
matá-lo não

Meu pensamento
quebrou amarras
partiu no vento
deixou guitarras
meu pensamento
por onde passa
estátua de vento
em cada praça

[Refrão]

Foi à onquista
de um novo mundo
foi vagabundo
contrbandista
foi marinheiro
maltês ganhão
foi prisioneiro
mas servo não

[Refrão]

E os reis mandaram
fazer muralhas
tecer as malhas
de negras leis
homens morreram
estátuas ao vento
por ti morreram
meu pensamento»

**Queixas das Almas Jovens Censuradas (1957)**
(Letra: Natália Correia – J.M Franco)
(Voz: José Mário Branco)

«Dão-nos um lírio e um canivete
e uma alma para ir à escola
mais um letreiro que promete
raízes, hastes e corola.

Dão-nos um mapa imaginário
que tem a forma de uma cidade
mais um relógio e um calendário
onde não vem a nossa idade.

Dão-nos a honra de manequim
para dar corda à nossa ausência.
Dão-nos um prémio de ser assim
sem pecado e sem inocência.

Dão-nos um barco e um chapéu
para tirarmos o retrato.
Dão-nos bilhetes para o céu
levado à cena num teatro.

Penteiam-nos os crânios ermos
com as cabeleiras das avós
para jamais nos parecermos
connosco quando estamos sós.

Dão-nos um bolo que é a história
da nossa história sem enredo
e não nos soa na memória
outra palavra que o medo.

Temos fantasmas tão educados
que adormecemos no seu ombro
somos vazios despovoados
de personagens de assombro.

Dão-nos a capa do evangelho
e um pacote de tabaco.
Dão-nos um pente e um espelho
pra pentearmos um macaco.

Dão-nos um cravo preso à cabeça
e uma cabeça presa à cintura
para que o corpo não pareça
a forma da alma que o procura.

Dão-nos um esquife feito de ferro
com embutidos de diamante
para organizar já o enterro
do nosso corpo mais adiante.

Dão-nos um nome e um jornal,
um avião e um violino.
Mas não nos dão o animal
que espeta os cornos no destino.

Dão-nos marujos de papelão
com carimbo no passaporte.
Por isso a nossa dimensão
não é a vida. Nem é a morte.»

**Resiste (1964)**
(Luís Cília)
« Resiste, meu Amor, resiste,
Nas grades do país-prisão,
Não mostres esse ar triste,
Nem mostres desolação.

Não, meu Amor,
Não penses que te deixei,
Eu tenho milhões de irmãos
E como eles te salvarei.

De vermelho a nova aurora,
De vermelho vai chegar,
Sorrirá quem chora agora
Quando eu cantar novo cantar»

**Vampiros (1963)**
(José Afonso)

«No céu cinzento
Sob o astro mudo
Batendo as asas
Pela noite calada
Vem em bandos
Com pés veludo
Chupar o sangue
Fresco da

A toda a parte
Chegam os vampiros
Poisam nos prédios
Poisam nas calçadas
Trazem no ventre
Despojos antigos
Mas nada os prende

No chão do medo
Tombam os vencidos
Ouvem-se os gritos
Na noite abafada
Jazem nos fossos
Vítimas dum credo

manada

Se alguém se engana
Com seu ar sisudo
E lhes franqueia
As portas à chegada
Eles comem tudo
Eles comem tudo
Eles comem tudo
E não deixam nada

Às vidas acabadas

São os mordomos
Do universo todo
Senhores à força
Mandadores sem lei
Enchem as tulhas
Bebem vinho novo
Dançam a ronda
No pinhal do rei

Eles comem tudo
Eles comem tudo
Eles comem tudo
E não deixam nada

E não se esgota
O sangue da manada

Se alguém se engana
Com seu ar sisudo
E lhes franqueia
As portas à chegada
Eles comem tudo
Eles comem tudo
Eles comem tudo
E não deixam nada

Eles comem tudo
Eles comem tudo
Eles comem tudo
E não deixam nada»

As seguintes Fontes foram retiradas da obra *Cantos de Revolução*:

***11 De Março***
*Ainda tentaram*
*Entrar no balanço*
*Mas não contaram*
*Com o nosso avanço*

*Puseram travões*
*Às nossas conquistas*
*Sempre com medo*
*Dos comunistas*

*E se mais viessem*
*Mais se resistia*
*Que o nosso triunfo*
*Faz-se à luz do dia*

*Pensaram em golpes*
*De bastidores*
*Para nos trazerem*
*Dias piores*

*Bateram nas costas*
*Do imperialismo*
*Com mãos repelentes*
*De tanto fascismo*

***A Cantiga é uma Arma***
*A cantiga é uma arma*
*E eu não sabia*
*Tudo depende da bala*
*E da pontaria*

*Tudo depende da raiva*
*E da alegria*
*A cantiga é uma arma*
*De pontaria*

*Há quem cante por interesse*
*Há quem cante por cantar*
*Há quem faça profissão*
*De combater a cantar*
*Há quem cante de pantufas*
*Para não perder o lugar*

*O faduncho choradinho*
*De tabernas e salões*
*Semeia só desalento*
*Miticismo e ilusões*
*Canto mole em letra dura*
*Nunca fez revoluções*

*Se tu cantas a reboque*
*Não vale a pena cantar*
*Se vai à frente demais*
*Bem te podes engasgar.*
*A cantiga só é arma*
*Quando a luta acompanhar*

*A cantiga é uma arma*
*Contra a burguesia*
*Tudo depende da bala*
*E da pontaria*

*Tudo depende da raiva*
*E da alegria*

*A cantiga é uma arma*
*De pontaria*

*Uma arma eficiente*
*Fabricada com cuidado*
*Deve ter um mecanismo*
*Bem perfeito e oleado*
*E o canto como a arma*
*Deve ser bem fabricado.*

***Com a Juventude Comunista***
*Nos campos, nas oficinas,*
*Tu mostrarás, camarada,*
*Que a força da juventude*
*Já ilumina esta estrada*

*Naquilo que se transforma,*
*Em tudo o que se conquista*
*Estará presente  e activa*
*A juventude comunista*

*COM A JUVENTUDE COMUNISTA*
*ATÉ À VITÓRIA FINAL*

*Edificando a unidade*
*Com o cimento da alegria*
*Avançarás com firmeza*
*Para a vitória que se anuncia*

*Contra muros e ciladas*
*Erguerás a tua voz,*
*Espingarda, punho e arado*
*Na luta de todos nós*

*COM A JUVENTUDE COMUNISTA*
*ATÉ À VITÓRIA FINAL*

*Peito aberto, punho em riste,*
*Corpo ao rubro na batalha,*
*Caminhando lado a lado*
*Com o povo que trabalha*

*Com o livro e a espingarda*
*Nos dirás para onde vamos*
*Bandeira enorme e fraterna*
*Nos combates que travamos*

*COM A JUVENTUDE COMUNISTA*
*ATÉ À VITÓRIA FINAL*

***De que cor?***
*De que cor é o braço que te estendo*
*Brando ou negro*
*Firme ou fraco?*

*De que cor é a voz que partilhamos*
*Branca ou negra*
*Alegre ou triste?*

*Se a luta é comum*
*E o canto fraterno*
*Fiquemos unidos*
*Cada vez mais perto*

*Angola no sange*
*Lisboa na carne*
*Firme no grito*
*Até à vitória*

*Se a voz é a mesma*
*E o tempo tão escasso*
*Cruzemos as armas*
*Acertemos o passo*

*Lutemos sem tréguas*
*Até ao final*
*Com a força comum*
*Desta esperança vital*

***Fascista escuta***
*Já se cansou a reacção*
*Já se cansou de andar na lua*
*A reacção de tomba-la-lão*
*Até pensou em vir para a rua*

*A reacção chocou um ovo*
*E a cria já nasceu morta*
*A rua é a casa do povo*
*E o povo não abre a porta*

*Deixaremos sentinelas*
*Em cada esquina da cidade*
*Em todas as janelas*
*Romperá a liberdade*

*Com o fogo não se brinca*
*Com o povo ainda menos*
*A vitória será nossa*
*Por tudo o que sabemos*

*Não hão-de descer à rua*
*Nem que mande a Casa Branca*
*O povo vigilante*
*É por dentro que se tranca*

*Não hão-de cantar vitória*
*Mesmo pagos pela CIA*
*A nossa maior arma*
*É a nossa democracia*

*FASCISTA ESCUTA*
*O POVO ESTÁ EM LUTA*
*NÃO ABRE A PORTA À REACÇÃO*
*NÃO ABRE NÃO*

***Pelo Socialismo***
*Tijolo ou argamassa*
*Baioneta ou enxada*
*A nossa força não passa*
*Porque a queremos reforçada*

*Reforçada ou guarnecida*
*Com o aço desta luta*
*Por ela damos a vida*
*E o esforço da labuta*

*Camponeses e operários*
*Para além destas fronteiras*
*Combatendo lado a lado*
*Nas mesmas trincheiras*

*Solidários e fraternos*
*Sempre firmes na batalha*
*Olhos postos na alvorada*
*Que dá luz a quem trabalha*

*Destruindo sem demora*
*As armas do capital*
*Em breve libertaremos*
*O povo de Portugal*

# Bibliografia


- AAVV, «*Marcelismo*» in Dicionário da História de Portugal, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol.8 (9 vols.), (Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1999), pp.421-427;
- AAVV, *25 olhares sobre a I República. Do republicanismo ao 28 Maio*, dir. Maria Paula Barreiros (Lisboa: Edição Público, Comunicação Social, SA, 2010);
- AAVV, *Fado: Vozes e Sombras*, dir. Museu Nacional de Etnologia (Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1994);
- AAVV, *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010, A Busca da Democracia, 1960-2000*, dir. António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Vol. 5 (5 vols.), cor.António Costa Pinto, (Madrid: Fundación Mapfre, Lisboa: Penguin Random House Grupo Editorial Unipessoal, LDA., 2015);
- AAVV, *História da Música Portuguesa*, (Lisboa: INCM-Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1991);
- DUARTE, António, «Da balada de intervenção à música popular portuguesa e aos novos ritmos» in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, Vol. 5 (6vols.), (Lisboa: Publicações Alfa S.A, 1989);
- LETRIA, José Jorge, *Catos de Revolução* (Lisboa: Seara Nova, S.A.R.L., Guide –Artes Gráficas, Lda., 1975);
- MOUTINHO, José Viale, *Cancioneiro de Abril* (Lisboa: Ulmeiro, Garrido e Lino Lda, 1999);
- NERY, Rui Vieira, *Para uma História do Fado* (Lisboa: Edição Público, Comunicação Social, SA e Corda Seca, Edições de Arte, SA, 2004);
- ROSAS, Fernando, *História de Portugal, Sétimo volume: o Estado Novo (1926-1974*), dir. José Mattoso, Vol.7 (8 vols.) (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), pp.545-555